

Piratas, Jesuítas, Quilombolas,
Coronéis, Pescadores e Surfistas:
Uma pequena história ambiental de
Itacaré

Por Christian Palmer
Maio, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Palmer, Christian

Piratas, jesuítas, quilombolas, coronéis,
pescadores e surfistas : uma pequena história
ambiental de Itacaré / por Christian Palmer. --
1. ed. -- Santo André, SP : Ed. do Autor, 2021.

ISBN 978-65-00-20717-0

1. Bahia (Estado) - Aspectos ambientais
2. Biodiversidade 3. Itacaré (BA) - História
4. Meio ambiente I. Título.

21-62233

CDD-981.42

Índices para catálogo sistemático:

1. Itacaré : Bahia : Estado : Meio ambiente :
Descrição 981.42

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro é licenciado sobre o **Atribuição-CompartilhaIgual 3.0 Brasil (CC BY-SA 3.0 BR)** (Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International License.) Para ver uma cópia desta licença visita: <http://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/> ou escrever uma carta para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.



Você tem o direito de:

- **Compartilhar** — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato
- **Adaptar** — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.
- O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

De acordo com os termos seguintes:

- **Atribuição** — Você deve dar o [crédito apropriado](#), prover um link para a licença e [indicar se mudanças foram feitas](#). Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de nenhuma maneira que sugira que o licenciante apoia você ou o seu uso.
- **CompartilhaIgual** — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a [mesma licença](#) que o original.
- **Sem restrições adicionais** — Você não pode aplicar termos jurídicos ou [medidas de caráter tecnológico](#) que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.

Qualquer pergunta sobre este trabalho pode entrar em contato por email para ctpalmer@hawaii.edu

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1: Pré-história

Capítulo 2: Jesuítas e Pau-brasil

Capítulo 3: Cana e Guerra

Capítulo 4: Escravidão e Quilombos

Capítulo 5: Ouro e Diamantes

Capítulo 6: Cacau

Capítulo 7: Pescadores

Capítulo 8: Surfistas

Capítulo 9: A Estrada e Turismo

Capítulo 10: Crescimento Urbano

Conclusão

Introdução

“Era uma cidade abandonada, linda de morrer, uma história do passado tão grande por causa do Rio de Contas, dos Piratas, do cacau, e a história do local, da região. Puxar a história da região não é trabalho. Eu sinto falta disso. O crescimento é natural, mas sem história é ruim demais. O que eu sempre quis lutar é contra isto” (Claudio Magalhães, entrevista, maio 2012).

Este pequeno livro busca ilustrar a longa história das interações humanas e ambientais em Itacaré. Embora às vezes pareça um relato histórico padrão, é uma tentativa de incluir várias espécies na história, tal como pau-brasil, cana-de-açúcar, humanos, gado, cacau, mandioca, formigas cortadeiras, golfinhos, baleias e inúmeras outras espécies domesticadas e selvagens que deixaram sua marca na paisagem. É também uma história ecológica que inclui tipos de solo, chuva, ouro, diamantes, petróleo, rios, praias e topografia como atores principais na formação gradual de uma paisagem natural e cultural particular, historicamente produzida.

Itacaré já foi chamado a “Terra do Nunca,” um lugar mítico de piratas, índios e fadas, onde as crianças vão para nunca crescer. Essa narrativa escapista é uma das mais recentes em uma longa história de representações do lugar em que se transformou Itacaré. Essas representações e as culturas que as produzem moldam a paisagem local. Este pequeno livro registra uma breve história desse lugar mágico, para documentar as mudanças radicais e transformadoras em Itacaré nos últimos 500 anos e

tentar compreender as diversas formas como a cultura molda o jeito das pessoas interagirem com o meio ambiente. Eu tento entender como a relação do ser humano com a natureza muda e se desenvolve ao longo do tempo. Quando comecei a trabalhar em Itacaré, a posição econômica emergente do Brasil, a nova orientação política progressista e os movimentos ambientais em rápida expansão tornaram-no, potencialmente, um lugar estimulante para imaginar o desenvolvimento sustentável. As recentes mudanças políticas para o conservadorismo no Brasil nos lembram que a luta para encontrar um equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente é um projeto de longo prazo e que se estende por gerações. Como podemos equilibrar o impacto das atividades humanas com as necessidades de outras espécies e a estabilidade dos processos ecológicos globais é a questão mais importante de nossas vidas.

Responder a esta pergunta requer entender nosso passado e como chegamos onde estamos. Não podemos examinar a interação ambiental no sul da Bahia sem pensar historicamente sobre a intersecção entre economia do extrativismo, política, cultura, relações internacionais, diferenças de classes, ecologia e novas formas de ambientalismo, conservação e ecoturismo. A maior parte da crescente população do Brasil vive ao longo da Costa do Atlântico e exige uma tentativa de pensar positiva e produtivamente sobre os ecossistemas humanos. Embora esta seja uma história da pequena vila de pescadores de Itacaré, suas bacias hidrográficas circundantes, florestas tropicais, recifes e as formas

como os humanos interagiram com eles nos últimos 500 anos, também pretende ser uma narrativa sobre das relações de longo prazo que lembrará erros do passado e apontará novas possibilidades para a espécie humana e o planeta.

Não sou historiador e para este livro não fiz pesquisas originais em arquivos. Ele combina, no entanto, excepcionais pesquisas científicas e históricas de terceiros e alguns relatos orais que coletei durante minha pesquisa etnográfica sobre turismo em Itacaré, entre 2010 e 2012. Começo cada capítulo com palavras de pessoas que conhecem essa interessante história melhor do que eu e que me ajudaram a entendê-la. Meu trabalho foi juntar essas fontes diversas para produzir algo que pudesse ser acessível aos interessados. Sem nunca ter encontrado tempo para traduzir para o português minha própria tese sobre a história mais recente e as transformações causadas pelo turismo em Itacaré, este pequeno volume traz fragmentos que nunca chegaram à versão final daquele trabalho de doutorado. Sem conseguir escapar de minha condição de antropólogo, os últimos capítulos sobre surfistas, turismo e desenvolvimento urbano, acabaram ficando mais longos, tendo mais em comum com minhas próprias pesquisas sobre o desenvolvimento do turismo em Itacaré.

Depois de receber tanto de Itacaré, que me permitiu realizar minhas pesquisas antropológicas, espero ser capaz de retribuir, com este pequeno livro, um pouco da generosidade e simpatia dos moradores locais. Pensando nisso, esta é uma

tentativa de escrever algo que possa ser interessante e útil para aquelas pessoas. Embora os nativos e residentes de longa data já conheçam muito dessa história, espero que as informações que reuni sejam diversas e interessantes o suficiente para que todos aprendam algo novo. Embora parte dessa história seja a história do Nordeste e até do Brasil, incluo essa história regional para situar o desenvolvimento de Itacaré em um contexto mais amplo, enquanto penso em como as pessoas têm interagido com o meio ambiente ao longo do tempo. Para quem acaba de chegar a Itacaré, este livro o ajudará a apreciar os diversos elementos históricos que moldaram a região; para quem nunca lá esteve, espero que este pequeno livro seja motivador para visitar. Atualmente, os visitantes fornecem o estímo econômico da cidade e tomara que este livro aumente sua curiosidade e desejo de visitar este lugar tão especial.

Eis aqui uma breve história social e ambiental de Itacaré que explora como o início da história colonial e nacional criou as bases para os sistemas sociais e econômicos posteriores. A abordagem histórica nos fornece uma visão da cidade antes e um depois a partir do qual podemos compreender como os lugares são continuamente repensados e recriados ao longo do tempo. Além disso, um enfoque histórico mostra que movimentos dinâmicos entre povos e ideias acontecem há muito tempo. Em vez de focalizar uma história local estática que só se tornou cada vez mais interligada depois o desenvolvimento da estrada e do turismo, este livro enfatiza como Itacaré tem estado continua-

mente conectada a processos políticos e econômicos regionais, nacionais e globais, ao menos desde a chegada dos Jesuítas 300 anos atrás.

Uma perspectiva histórica de longa duração também inclui histórias ecológicas e seu papel na formação de histórias culturais (Escobar 2008). No contexto do Nordeste do Brasil, isso aponta para o desenvolvimento e duração de formas culturais, como sistemas de patronagem e coronelismo que se estendem por gerações (Graham 1990, Chilcote 1990, Bieber 1999). Esta história explora vários temas como a relação entre os diferentes regimes extrativos e produtivos e a paisagem, os fundamentos das relações econômicas e políticas entre as diferentes regiões do Brasil, os sistemas de posse da terra e sua relação com o sistema político, diferenças de classes sociais, o desenvolvimento dos espaços urbanos e sua relação com as estruturas sociais. A história de Itacaré é a história do Brasil e seu lugar no mundo. Espero que este texto contribua para o entendimento de Itacaré, em contexto nacional e internacional, como um pequeno lugar cosmopolita.

Capítulo 1: Pré-história

“E este contato com Itacaré me marcou muito. Vi Itacaré como um dos lugares mais especiais no Nordeste, pela mata Atlântica que você vê no mar, nas encostas da praia. Então é uma coisa que mexeu muito com minha juventude. Então voltar para esta região, profissionalmente, no trabalho de proteção a esta floresta, desta paisagem área costeira, me deu um grande prazer, uma grande satisfação” (Rui Rocha, entrevista, 3 de maio, 2012).

A Floresta

Antes que qualquer humano chegasse, a Mata Atlântica no Brasil era um Hotspot natural de biodiversidade. Era uma área com uma variedade impressionante de plantas, animais e insetos. A topografia escarpada, as grandes diferenças de altitude e a enorme variação climática, da Argentina até o Nordeste do Brasil, torna a Mata Atlântica uma das regiões de maior biodiversidade do planeta, contendo entre 1-8% da biodiversidade mundial. Mesmo agora, novas espécies de animais são regularmente descobertas na Mata Atlântica, sugerindo um grande desconhecimento sobre a região, apesar da presença de longo prazo de humanos (Da Silva e Casteletti 2003).

O Sul da Bahia possui mais de 50% das aves endêmicas da Mata Atlântica, sendo um dos seus três centros de endemismo mais importantes (Aguiar et al 2003). Espécies endêmicas são espécies que somente são encontradas em uma área particular e por isso são mais propensas a estarem ameaçadas de extinção por conta de sua distribuição limitada. Áreas com muitas espécies

endêmicas frequentemente também têm muitas espécies ameaçadas de extinção. A floresta é altamente diversificada, com 800 espécies de árvores em algumas áreas e mais de 270 espécies em um hectare no sul da Bahia (Dean 1995). Outro estudo na Reserva Florestal Caititu perto de Itacaré encontrou 450 espécies de árvores em um único hectare e a Mata Atlântica tem mais de 20.000 espécies de plantas, sendo 40% delas endêmicas. A extrema concentração de endemismo, alta biodiversidade e extensa destruição antropogênica tornaram a Mata Atlântica um Hotspot de biodiversidade e um dos ecossistemas florestais mais ameaçados do planeta.

A Mata Atlântica é separada da floresta amazônica pelo Cerrado, tornando suas espécies únicas e diferentes. No Sul da Bahia também existem formações de recifes endêmicas, as únicas no Atlântico Sul (Jablonski 2003), com a enorme pluma de água doce do rio Amazonas formando uma barreira entre as populações de recifes caribenhos e brasileiros. Essas características formam ecossistemas únicos que se desenvolveram por milhões de anos antes da chegada dos humanos. Assim que os humanos chegaram, essas diversas paisagens costeiras e os ricos ecossistemas marinhos que se estendem até o final da plataforma continental forneceram uma paisagem abundante para os recém-chegados.

<i>Tipos de Espécies</i>	<i>Número Total</i>	<i>Porcentagem endêmica</i>	<i>Porcentagem de total espécies mundiais</i>
Árvores e arbustos	20,000	40%	7%
Vertebrates	2,000	30%	5%
Mamíferos	298	30%	
Macacos	24	80%	
Pássaros	1023	20%	
Anfíbios	475	60%	
Répteis	306	30%	
Peixes de água doce	350	32%	

Tabela 1: Biodiversidade da Mata Atlântica (World Wildlife Foundation 2017)

A Chegada de Gente

As Américas foram os últimos continentes a serem colonizados por humanos. Os humanos evoluíram na África cerca de 200.000 anos atrás e de lá se espalharam pela Ásia, Austrália e Europa dezenas de milhares de anos antes de chegar às Américas. Os primeiros habitantes das Américas chegaram por uma ponte de terra do Norte da Ásia entre 12 e 20 mil anos atrás. Existem várias teorias sobre como eles entraram nas Américas, mas os primeiros sítios arqueológicos são encontrados espalhados pela América do Norte e do Sul, indicando que eles se espalharam rapidamente para o sul. Um dos primeiros locais de atividade humana no Brasil é a Caverna da Pedra Pintada perto de Monte Alegre, no Pará. As ferramentas de pedra, carvão e outros elementos das atividades humanas têm entre 10.000 e 11.000 anos de idade.

Assim que chegaram, esses grupos paleo-indianos começaram a transformar o meio ambiente. Quando chegaram já havia um grande número de megafauna, ou seja, animais de grande porte que vagavam pelo Brasil. Entre eles estava o mastodonte, um pequeno elefante que pesava 3,5 mil quilos com 2,5 metros de altura, bicho-preguiças gigantes pesando até 4 mil quilos com 6 metros de comprimento, tatus gigantes com 2 metros de comprimento e pesando até 800 quilos, uma espécie de rinoceronte chamada Toxodonte, tigres dente de sabre e outros. Evidências arqueológicas sugerem que os humanos matavam e comiam essas espécies quando tinham chance

(Medeiros et al 2018). Embora a mudança climática tenha contribuído, os humanos também participaram da extinção de muitas espécies de megafaunas nas Américas, como fizeram na Europa, Austrália e outras áreas ao redor do mundo. Os ossos de muitos exemplares dessa megafauna foram encontrados preservados por mergulhadores no fundo do Poço Azul, na Chapada Diamantina, indicando que eles vagavam pelas florestas e savanas do sul da Bahia. Essas extinções ilustram como os primeiros humanos começaram a mudar o ambiente por meio da caça. Espécies grandes, como mamutes ou bicho-preguiças gigantes, são engenheiros do ecossistema, mudando a distribuição de plantas e animais com seus movimentos migratórios e hábitos de pastoreio, cuja ausência pode ter um impacto profundo na dinâmica ecológica.

Os humanos também começaram a transformar a paisagem de outras maneiras. À medida que se moviam pela floresta, eles a transformaram plantando plantas úteis ao longo de suas trilhas, perto de acampamentos, e mudando gradualmente a composição da floresta para conter mais espécies convenientes para os humanos. A partir de pesquisas na Amazônia, vemos como grandes áreas de floresta tropical têm sido manejadas pelo homem ao longo de gerações para aumentar o número e a densidade de frutas importantes como pupunha, cacau, babaçu e outros.

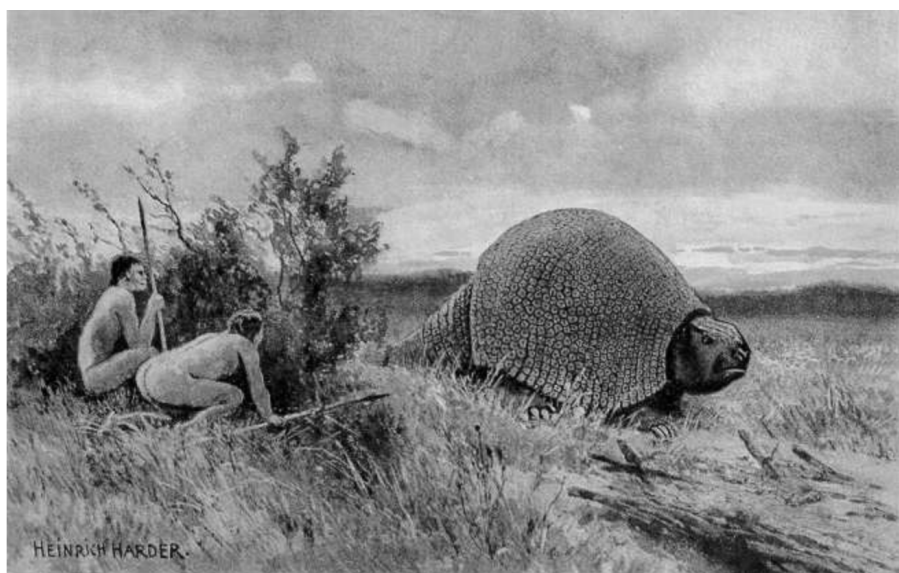


Figura 1: *Desenho de Tatu-Gigante e caçadores, (Harder 1920)*

Balée documenta como essa engenharia agroflorestal indígena pode realmente aumentar a biodiversidade na floresta e que cerca de 12% da floresta amazônica é antropogênica, ou formada por interações humanas (Balée 1993). Essas florestas manejadas pré-históricas desafiam a divisão entre áreas naturais e culturais. Enormes áreas da floresta foram lentamente alteradas pelos humanos ao longo do tempo. Embora tenha havido menos pesquisas na Mata Atlântica, processos semelhantes já estavam em andamento.

A ideia da floresta tropical como virgem, edênica e intocada foi amplamente produzida pelos primeiros colonos europeus nas Américas, ilustrando sua ignorância acerca dos milhares de anos de interações ambientais indígenas e criando um mito de uma paisagem vazia e não desenvolvida que foi aberta à exploração do Europeu. Esses mitos apagaram direitos de terras indígenas, estratégias de gestão ambiental e até a própria existência indígena. Embora não fosse surpreendente que os europeus tivessem pouco conhecimento dessa história ambiental, chama a atenção que esses mitos de uma paisagem intocada tenham sobrevivido por tanto tempo depois que arqueólogos, ecologistas e antropólogos documentaram o manejo e o cuidado de longo prazo dos ameríndios com a floresta tropical.

A caça e coleta, como sistema de subsistência, requer que os humanos tenham um vasto conhecimento sobre plantas e animais. Esse sistema também demanda mão-de-obra menos

intensa do que a agricultura. Em vez de limpar, plantar, e regar as plantas, o ser humano está deixando a natureza fazer a maior parte do trabalho, para simplesmente colher quando as frutas, grãos, e tubérculos estiverem maduros. Estima-se que os caçadores coletores gastem de 2 a 4 horas por dia na obtenção dos alimentos necessários, deixando o restante do tempo para práticas culturais e de lazer. A caça e a coleta também moldam a dinâmica social de uma sociedade. Os grupos são normalmente pequenos e se movem conforme a disponibilidade de recursos naturais. A necessidade de se mover exige que os nascimentos sejam espaçados, para que o crescimento da população se mantenha lento, e que as pessoas não acumulem muitos bens materiais porque só se pode possuir o que for possível carregar consigo. Idade e gênero passam a ser os principais fatores que marcam seu papel social. Os homens costumam caçar enquanto as mulheres coletam. Isso significa que essas primeiras sociedades de caçadores-coletores são bastante igualitárias, com pouca hierarquia social e pouca posse material. O antropólogo Marshall Sahlins descreve isso como o caminho Zen para a riqueza. Existe abundância natural, pois as necessidades básicas de todos são atendidas e eles têm tempo suficiente para socializar, relaxar e aproveitar a vida. Ao simplesmente atender às necessidades básicas de subsistência das pessoas, o impacto sobre o meio-ambiente é drasticamente reduzido (Sahlins 1998).

A Agricultura Começa

Uma vez que os humanos começaram a agricultura, eles começaram a interagir com o meio ambiente de novas maneiras. A transição para a agricultura é provavelmente a maior mudança na relação da humanidade com o planeta. Muitas espécies de importância global foram domesticadas no Brasil pela primeira vez, como mandioca, abacaxi, cacau, maracujá, batata-doce e outras. A mandioca é particularmente importante porque é relativamente fácil de cultivar, se dá bem em quase todos os tipos de solo, é resistente a pragas e pode fornecer uma quantidade significativa de calorias com relativamente pouco esforço. Esses primeiros sistemas de subsistência agrícola eram frequentemente comunais e transformaram a sociedade indígena. Outras importantes plantas domesticadas como milho, feijão e abóbora foram trazidas para o sul da América Central onde foram domesticadas há milhares de anos, ilustrando a importância do comércio e da migração iniciais à medida que as pessoas e as plantas domesticadas se migraram pelas Américas (Stock et al 2013). Essas plantas chegaram à Mata Atlântica e à Bacia do Rio de Contas, onde se tornaram importantes parceiras no desenvolvimento de sociedades mais complexas. A agricultura requer que os humanos modifiquem os ecossistemas de novas maneiras para cuidar de seus novos parceiros. Eles limpam florestas para fornecer luz solar adequada, irrigam e gerenciam cursos de água e desenvolvem nutrientes do solo para melhor apoiar as plantas.

O desenvolvimento da agricultura não significa necessariamente que as atividades humanas fossem propriamente mais destrutivas do ponto de vista ambiental. Grandes áreas de terra preta antropogênica na Amazônia são um testemunho da capacidade humana de aumentar e melhorar a capacidade produtiva do solo ao longo do tempo por meio de um manejo cuidadoso (Teixeira et al 2009). Uma das maneiras que os arqueólogos aprenderam sobre a ocupação humana na Amazônia foi por meio desta terra preta do índio. Esta terra é encontrada associada à cerâmica, carvão, ferramentas de pedra e agricultura. Por meio da deposição contínua de materiais orgânicos durante longos períodos de habitação, as civilizações pré-históricas construíram solos de melhor qualidade ao longo do tempo. Os solos contêm mais nutrientes e são menos ácidos do que os solos tipicamente pobres da Amazônia, tornando-os procurados pelos agricultores modernos da região. Isso nos ensina que as certas atividades humanas têm o potencial de enriquecer os ambientes em vez de destruí-los.

Além disso, o desmatamento cuidadoso das florestas por meio do cultivo roçado desmata de uma forma manejada. A roça pequena é feita na época mais seca do ano, queimada em fogo baixo e plantada com plantas úteis (Leonel 2000). Frequentemente chamada de agricultura de corte e queima, o fogo tem sido criticado como um desperdício, e é considerada uma prática destrutiva e proibida pelos governos. No entanto, antropólogos ambientais demonstraram que o corte e queima é a maneira

menos trabalhosa de limpar a terra (especialmente ao usar ferramentas de pedra) e quando feito de forma adequada e com baixa densidade populacional, imita os processos naturais e é indefinidamente sustentável. Ao usar uma pequena área desmatada por apenas alguns anos e permitir que ela cresça novamente, a floresta circundante fornece um banco de sementes para reflorestar as áreas desmatadas e a floresta pode se recuperar rapidamente, restaurando os nutrientes do solo e a biodiversidade. Ao mover os roçados a cada poucos anos, o cultivo itinerante permite que os humanos gerenciem com eficácia as florestas tropicais para as plantações, sem alterar permanentemente sua estrutura, ao mesmo tempo que controlam as pragas e mantêm a fertilidade do solo. O fogo tem sido uma ferramenta importante para o manejo eficaz e eficiente de ecossistemas. Com a introdução do colonialismo e da extração de recursos, essas mesmas ferramentas podem ser usadas para destruir permanentemente os ecossistemas e transformar a paisagem à medida que as populações aumentam e as terras desmatadas são transformadas em pastagens, em vez de permitir que cresçam em florestas depois do cultivo. Estes novos sistemas agrícolas provavelmente tiveram o maior impacto na formação e desenvolvimento da Mata Atlântica e na distribuição das espécies ao longo do tempo (Oliveira 2007).

Ao começar nossa história em tempos pré-históricos, aprendemos algumas lições importantes sobre as interações humanas com o meio ambiente. Primeiro, não existe um período

mítico em que os humanos vivam em completa harmonia com a natureza. Os humanos, como um animal muito inteligente, são engenheiros de ecossistemas e estão constantemente trabalhando com outras espécies para transformar os ecossistemas para atender às nossas necessidades. O mito do “nobre selvagem ecológico,” que vive em completa harmonia com a natureza, é apenas um mito. No entanto, milhares de anos de manejo e observação cuidadosa do ambiente natural pelos primeiros grupos indígenas ensinaram-lhes muitas habilidades essenciais para construir ecossistemas produtivos usando princípios ecológicos. Aprendendo com seus exemplos, podemos construir o solo, manter e manejar as florestas de maneira produtiva para obter alimentos e desenvolver relações positivas com o meio ambiente. Foi durante esta pré-história que muitas plantas essenciais foram domesticadas e moldaram a história da região e do mundo. Outra lição é que o impacto e as atividades humanas mudaram ao longo do tempo, à medida que os humanos passaram de caçadores-coletores para a agricultura, há cerca de 3.000 anos no Brasil.

A atividade humana em Itacaré certamente começou neste período da pré-história como em uma aldeia indígena localizada na foz do Rio de Contas que proporcionava um porto seguro para canoas, acesso a recursos marinhos, ribeirinhos e fazendas produtivas. Os primeiros humanos viveram extensivamente ao longo do curso de águas que forneciam meios de transporte e também acesso a uma ampla variedade de recursos. O Rio de

Contas também foi o principal motivo pelo qual Itacaré se tornou um local importante à medida que os europeus começaram a colonizar o Brasil e trazer uma nova onda de mudanças ecológicas para a Mata Atlântica.

Capítulo 2: Jesuítas e Pau-brasil

“Tem este Rio das Contas, a que os índios chamam Jussiape, para o conhecer quem vem de mar em fora, sobre a boca uns campinhos descobertos do mato, e ao mar uma pedra como ilha que está na mesma boca, pela qual entram navios do honesto porte, porque tem fundo e canal para isso bem chegado a esta pedra. Este rio vem de muito longe, e traz mais água sempre que o Tejo, o qual se navega da barra para dentro sete ou oito léguas até a Cachoeira, e dela para cima se pode também navegar, por ter fundo para isso. E é muito farto de pescado e marisco e de muita caça, cuja terra é grossa e boa, e tem muitas ribeiras para engenhos que se vêm meter neste rio (os quais se deixam de fazer por respeito dos Aimorés, pelo que não está povoado) o qual está em quatorze graus e um quarto. Deste rio das Contas a duas léguas está outro rio que se chama Anemoão, e dele a uma légua está outro rio que se chama Japarape, os quais se passam a vau ao longo do mar, que também estão despovoados” (SOARES DE SOUSA, 2000 [1587]: 39).

“Itacaré é o seguinte, o primeiro ciclo é pau-Brasil, segunda cacau, e depois turismo. O pau-Brasil mesmo aqui foi o seguinte, pessoal cortava pau-Brasil. Só que quem tinha este direito era a coroa portuguesa, mas vinha outro chamado piratas, italianos, francês, que também cortava esta madeira que era muito procurado. A coroa portuguesa perseguia eles e eles entravam aqui rio a dentro para esconder as embarcações dele, as vezes ficava com medo e até fundava o barco para o pessoal da coroa português não pegar eles” (Zé Eduardo, entrevista, 29 de junho, 2012).

Os Europeus Chegam ao Brasil

Na Páscoa, no dia 23 de abril de 1500, o marinheiro português Pedro Álvares Cabral avistou uma montanha verde arborizada que chamou de Monte Pascoal, agora localizado no sul da Bahia. Seus registros de navios se tornariam o primeiro registro histórico escrito do sul da Bahia e do Brasil.

Quando os primeiros colonizadores portugueses chegaram para fazer levantamento do terreno, encontraram a Mata Atlântica que cobria as terras litorâneas de quase todo o Brasil. A primeira atividade econômica no Brasil colonial foi associada a essas florestas. O Brasil recebeu o nome de sua primeira exportação, pau-brasil (*Caesalpinia sp*). O mesmo gênero de uma madeira asiática já amplamente utilizada na Europa, os europeus reconheceram imediatamente a importância econômica dessa espécie (Dean 1995). O cerne da madeira fica vermelho escuro ao ser exposto ao ar e é moído até um pó fino, misturado com água e fermentado para produzir tinturas rosa, roxo e marrom (Reichman 1959).

Em 1502, 750 toneladas de pau-brasil foram exportadas da Mata Atlântica e rapidamente se tornou a commodity dominante nos 70 anos seguintes, embora tenha sido continuamente exportada até 1887, quando um corante sintético de petróleo foi inventado (Poppino 1968). O pau-brasil não foi encontrado em toda a Mata Atlântica, mas o Rio de Contas era conhecido por suas consideráveis quantidades de pau-brasil ao longo de suas margens (Dias 2011: 69). Os primeiros europeus a navegar pelo interior ao longo do Rio de Contas provavelmente estavam extraindo pau-brasil. Como resultado dessa extração excessiva, o pau-brasil agora está ameaçado de extinção e não está tão amplamente distribuído na Mata Atlântica. Isso deu início a um sistema econômico de colonialismo e extrativismo, no qual a riqueza do Brasil era levada para sustentar Portugal, sem



Figura 2: Derrubado do Pau Brasil, primórdios do período colonial, no século XVI (Thevet 1575)

preocupações com o impacto no Brasil. Depois que o pau-brasil costeiro foi extraído, os colonos negociaram com grupos indígenas que cortavam e transportavam toras para a costa para o comércio de bugigangas e, depois, machados de ferro e armas de fogo. Isso se alinhava com as divisões de trabalho comunitárias e de gênero anteriores entre os Tupi, nas quais os homens trabalharam juntos de forma intermitente para limpar as florestas para roças cultivadas e cuidadas pelas mulheres (Schwartz 1978).

O processo colonial desenvolveu-se ainda mais em 1530, quando o Brasil foi dividido em 13 capitanias, cada uma com 50 a 100 léguas (300-600 km) de litoral, terras nas quais os nobres deveriam investir, proteger e desenvolver. O objetivo da mudança era distribuir o custo da colonização e recompensar os seguidores políticos. As terras ainda eram propriedade da Coroa, mas os nobres receberam o direito de seu uso. Em 1535, Jorge Figueiredo Correia, escriba do Rei de Portugal, enviou 250 homens e estabeleceu a Capitania de Ilhéus, localizada a 70 km ao sul de Itacaré (Bueno 1998). Dentro de cada Capitania, o Donatário, ou proprietário designado, dava ou vendia sesmarias de terra a seguidores leais, a fim de dividir ainda mais o custo e os investimentos da colonização. As enormes dimensões das sesmarias e o sistema fundiário daí resultante estabeleceram uma extrema concentração de terras nas mãos de poucas famílias da elite, o que segue até os dias de hoje como uma característica essencial do uso da terra no Brasil. A história da posse da terra é a história ambiental, econômica, cultural e política do Brasil.

Essa história inclui os sistemas oficiais e informais de posse da terra que começaram na época colonial e continuam até o presente. Também marcou as profundas diferenças regionais no Brasil, à medida que diferentes capitanias se desenvolveram de maneiras distintas ao longo do tempo.

O Escriba Real Correa dividiu a área de terra ao redor de Ilhéus entre outras famílias nobres, como a de Fernão Álvares, do banqueiro Lucas Giraldes e de Mem de Sá (Dias 2007: 60). No entanto, deve-se notar que as primeiras sesmarias para a Capitania foram encontradas em Portugal porque o donatário nunca saiu de Portugal (Coelho Filho 2001 in Dias 2011: 59). Mem de Sá doou aos jesuítas uma sesmaria de 12 léguas entre o Rio de Contas e a Baía de Camamu. Em 1563, os jesuítas conseguiram expandir suas propriedades para o norte até a ilha de Boipeba e outras quatro léguas ao sul ao Rio de Contas, para incluir a área ao redor da atual cidade de Itacaré, perfazendo suas terras algo em torno de 22 ligas. O padre jesuíta Luís de Grã iniciou a educação dos índios no norte da Capitania por volta de 1560, ajudou a fundar uma aldeia em Camamu e se expandiu para incluir assentamentos em Boipeba, Tinharé e Cairu (Dias 2007: 60, Campos 1981 in Dias 2011: 72). Como veremos adiante, os primeiros duzentos anos da história de Itacaré devem ser entendidos no contexto da relação dos jesuítas com o povo indígena e sua influência na área.

Em 1563, o banqueiro Lucas Giraldes comprou a Capitania de Ilhéus do filho do primeiro proprietário, que não

tinha condições financeiras para administrar o terreno (Dias 2011: 66). Em 1588, o filho de Giraldes, o herdeiro Francisco Giraldes foi nomeado Governador Geral do Brasil. Ele partiu para o Brasil para assumir o controle da Capitania sitiada, mas voltou para Portugal após um mês e meio vagando no mar e morreu no ano seguinte. Só em 1626 a Capitania foi vendida ao Almirante Dom João de Castro por 17.000 Cruzados (Dias 2011: 80). Este caso ilustra a falta de investimentos e energia por parte dos primeiros vários donatários no desenvolvimento da Capitania de Ilhéus.

Como cada Capitania se desenvolveu de maneira diferente, muitas histórias do Brasil negligenciam várias das Capitânicas menores, como Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, descrevendo os primeiros três séculos de sua existência como economicamente estagnados e politicamente precários. A partir dessas descrições, a história do Brasil se torna uma história de commodities de exportação como açúcar, gado, fumo, ouro, diamantes e, posteriormente, café.

Sob essa perspectiva, Ilhéus só ganha destaque na virada do século 19, quando entra em cena como centro de cultivo e exportação do cacau. Desafiando essa perspectiva está um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Santa Cruz que se concentra na Ilhéus colonial para descrever como ela se situava em relação aos processos econômicos e políticos em curso no Brasil colonial. Essa história se baseia em suas contribuições ao focar na terra e no desenvolvimento de Itacaré.



Figura 3: Mapa das Capitanias Português (Holman 1704)

A primeira descrição de Itacaré vem de Campos Moreno em 1610, cujo relato menciona que o Rio de Contas tinha um bom porto para navios de até 150 toneladas “um bom porto ousadamente utilizado pelos corsários franceses que saíam de lá para roubar os navios que saíam da Bahia e tudo que veio do Sul ao longo do litoral” (Carrara 2007: 30). Nessa época, a Coroa portuguesa mal dominava o vasto território, quando numerosos piratas e contrabandistas passaram a aproveitar a extração do pau-brasil que já estava em andamento em todo o Brasil.

Poucos anos depois, em 1626, quando o comandante holandês Thomas Sickes entrou no Rio de Contas e “avistou do lado sul três ou quatro habitações, e num monte ao norte outras tantas” (Dias 2007: 197). Embora os processos coloniais tenham começado de fato em 1657, quando os jesuítas chegaram, impressionados com uma árvore de 30 metros de diâmetro.

“No início do século XVIII, e Silva Campos quem informa, já existia no local uma aldeia de índios manso e alguns portugueses foreiros dos jesuítas, os quais concluíram a igreja matriz em 1722, dando fundamento a ereção da Vila Nova de São José da Palma do Rio de Contas. Realizou-se a solene cerimônia de sua instalação com o levantamento do pelourinho no dia 26/01/1732” (Dias 2007: 197).

Esta data fica reconhecida como a fundação da cidade, recebendo o status de Vila pela Condessa Donataria de Resende, passando assim a denominar-se Vila de São Miguel da Barra do Rio de Contas. A importância do pelourinho na implantação da pequena cidade enfatiza o papel das praças públicas como

espaços de exercício do poder público e da violência no processo de colonização (Veríssimo).

Jesuítas no Brasil e Bahia

As autoridades coloniais saudaram e até encorajaram o assentamento jesuíta da área porque tiveram grande sucesso na “pacificação” dos grupos indígenas, uma das maiores ameaças à existência continuada dos projetos coloniais (Dias 2007: 198). Os jesuítas também padronizaram a língua tupi, falada em todo o Brasil colonial nos primeiros anos. Seu sucesso em todo o Brasil, mas principalmente ao interior do Sudeste, mais tarde criaria motivos para sua eventual expulsão do Brasil.

A conversão jesuíta dos grupos indígenas exigiu que eles fossem reunidos em aldeias costeiras onde poderiam ser ensinados, convertidos e obrigados a trabalhar para os europeus. Embora a conversão forçada ao cristianismo fosse oficialmente proibida, os assentamentos compulsórios e a escravidão não eram. Esses assentamentos forçados frequentemente resultavam em catequizados indígenas fugindo de volta para a floresta ou morrendo de doenças introduzidas pelos europeus. Cerca de 80% dos assentados mais tarde partiram ou morreram, indicando que o arranjo foi mais benéfico para os jesuítas do que para aqueles indígenas (Guines 2018). Por exemplo, na Bahia, os Jesuítas estabeleceram 12 aldeias de 1550-1560 com uma população total de 40.000 indígenas. As epidemias de varíola e sarampo de 1560-1563 mataram milhares e em 1590 apenas três aldeias

permaneceram com 4.000 habitantes (Schwartz 1978). Os colonos indígenas poderiam sobreviver fora do espaço delimitado e facilmente escapar para o interior, longe de sua nova condição de camponeses amarrados à terra e trabalhando nas lavouras de exportação.

A conquista ou cooperação de grupos indígenas da região era essencial para os primeiros tempos da colonização portuguesa. Na capitania do sul de São Vicente, os casamentos mistos eram tão comuns que o tupi se tornou a língua franca da região por duzentos anos. A cooperação era necessária para a sobrevivência inicial, porém, mais tarde, quando os colonizadores se estabeleceram, escravizaram até os grupos vizinhos, assim como empreenderam grandes expedições escravistas ao interior do Brasil conhecidas como bandeirantismo. Jerônimo Leitão, por exemplo, liderou por seis anos uma expedição que alegou ter destruído cerca de 300 aldeias e capturado ou matado 30.000 pessoas (Dean 1995). Em torno de Itacaré e Ilhéus, os Pataxós, Tupiniquins e Aimorés eram os grupos mais importantes. Em Ilhéus, no ano de 1570, repetidos ataques dos Aimorés mataram mais de 3.000 colonos e paralisaram toda a produção de cana de açúcar da região. A contínua defesa de suas terras pelo povo indígena limitou os portugueses a uma estreita faixa costeira de ocupação até meados do século 19 (Bueno 1998).

Embora a escravidão indígena fosse oficialmente ilegal depois de 1570, havia uma lacuna para a captura de escravos em uma guerra “justa,” o que significava que os saques de escravos

continuavam indiscriminadamente. Alguns argumentam que os índios não foram escravizados nas terras dos jesuítas e aqueles que trabalharam para os padres foram pagos por seu trabalho (Dias 1997: 215). Como os jesuítas receberam isenção dos impostos pagos à coroa e tiveram controle sobre o trabalho indígena, eles frequentemente estavam em conflito com outros grandes proprietários de terras, também envolvidos na produção de açúcar, gado e tabaco. Os bandeirantes no Sudeste do Brasil frequentemente faziam incursões em aldeias jesuítas em busca de escravos e viam os jesuítas como competidores diretos pela mão de obra indígena, tão importante na produção agrícola. Há certo debate sobre se a escravidão dos jesuítas era ou não significativamente diferente da escravidão de outros proprietários em terras coloniais. Os jesuítas também possuíam escravos africanos trabalhando compulsoriamente em suas plantações. Os jesuítas escreveram a respeito da pureza dos nativos americanos e sua doutrina religiosa enfatizava a conversão religiosa mas os escritos e doutrinas não necessariamente estariam alinhada com o sua forma de gerenciar suas aldeias.

Diversas missões jesuítas no Brasil também operavam de diferentes maneiras e tratavam seus novos escravos catequisados de maneiras distintas. Os jesuítas muitas vezes escreveram contra a imoralidade, concubinato, brutalidade e falta de instruções católicas para os escravos indígenas de outros colonos, mas todos os novos colonizadores concordavam que os grupos indígenas deveriam trabalhar para produzir exportações

agrícolas. O trabalho indígena era parte integrante da nova economia agrícola em desenvolvimento no Brasil. Os indígenas foram gradualmente forçados a essa nova economia por meio de escravidão direta, enculturação e destribalização (conversão), e ainda pela imersão gradual no mercado capitalista como trabalhadores assalariados (Schwartz 1978). Esta última, no entanto, culminou na exclusão, marginalização e submissão desta população a altos índices de pobreza.

As aldeias jesuítas como projeto social fazem parte de uma história mais longa da engenharia social realizada por meio da arquitetura e do planejamento urbano na América Latina (Legume 2005). O desenvolvimento urbano dos jesuítas difere das aldeias indígenas anteriores em vários aspectos. Os Tupinambás da Bahia viviam tradicionalmente em aldeias de 400 a 800 habitantes, com várias unidades familiares grandes em 4 a 8 casas amplas. Os falantes de Gê viviam de acordo com clãs tradicionais e divididos por idade e grupos de sexo. Em cada caso, sua visão de mundo cultural e religiosa organizou a aldeia. Schwartz descreve como,

“As aldeias tradicionais e os padrões de residência refletem o cosmos social e religioso indiano. Mudar esses padrões era violar a segurança do universo tradicional e desorientar os índios no sentido literal da palavra”
(Schwartz 1978: 53).

O reassentamento de grupos indígenas teve como objetivo desestruturar, modificar, e por fim destruir sua cultura.

Da mesma forma, as aldeias jesuítas também foram estruturadas em torno de sua cosmologia e estrutura social. Por

exemplo, a igreja, a praça central e o pelourinho foram estabelecidos como os elementos centrais da nova aldeia. O espaço ordenado da aldeia deveria produzir ordem espiritual, social e política por meio da violência. Os processos de assentamento forçado e catequização estiveram intimamente ligados. Ao contrário da colonização espanhola nas Américas, guiada por uma legislação rígida que exigia praças quadradas e ruas retas, o desenvolvimento colonial português era mais livre para se desenvolver em relação com a topografia natural (Castriota 1999).

A organização do centro original de Itacaré parece sugerir das duas linhas de pensamento, a engenharia social dos jesuítas, que tentaram incutir ordem e desenvolvimento nos grupos indígenas por meio de ruas retas e quarteirões quadrados, mas ainda limitados pelos contornos naturais do rio, praia e morros ao redor. O centro é a parte mais antiga de Itacaré, originalmente composta por apenas quatro ruas, duas de cada lado da igreja paralelas à orla. Embora essas ruas sejam o núcleo da cidade velha, o centro foi gradualmente se expandindo para incluir uma área maior até ser bloqueado por colinas, pântanos e o rio. Esses limites naturais e impostos à expansão da cidade moldaram os conflitos em torno da expansão urbana. Apesar dessas imposições, “os aldeamentos, não obstante se configurarem como uma invenção dos brancos, foram assumidos pelos índios como espaços próprios, cuja preservação era a garantia da

manutenção das terras coletivas e de certo grau de liberdade e segurança perante os colonizadores” (Dias 2007: 185).

A maioria dos estudiosos desse período descreve a estagnação econômica como relacionada aos grupos indígenas agressivos e seus constantes ataques aos assentamentos locais (Dias 2007). Teorias mais recentes implicam os jesuítas na falta de desenvolvimento econômico, uma vez que controlavam quase metade da área total da Capitania, e sua propriedade impedia o desenvolvimento de projetos capitalistas maiores na região (Carrara 2007). Na melhor das hipóteses, a propriedade jesuíta serviu, em certa medida, para proteger os grupos indígenas de um desenvolvimento mais violento e do avanço de plantações em grande escala baseadas no trabalho escravo indígena. Eles também forneceram espaço para que pequenos agricultores portugueses trabalhassem suas colônias.

Enquanto o foco do projeto social dos jesuítas era a conversão e educação de grupos indígenas, seu sucesso nesse trabalho abriu espaço para outros colonos que desejavam a segurança e a companhia da igreja. Muitas igrejas eram apoiadas pelos fazendeiros da área que desejavam os serviços e o apoio espiritual de uma igreja na área. As cidades jesuítas incluíam, assim, numerosos foreiros e arrendatários, um tipo único de regime de arrendamento que transferia alguns dos benefícios da propriedade sem comprometer o controle político e econômico dos jesuítas.

Durante os séculos 17 e 18, os pequenos proprietários que alugavam terra dos jesuítas o faziam por meio de aforamento, arrendamento ou posse. Os dois primeiros são contratos de aluguel, enquanto o terceiro é caracterizado pela ocupação informal do terreno. É interessante que as duas segundas ainda sejam práticas de terra comuns na área, por razões semelhantes às do período original dos Jesuítas (Dias 2011: 82). Esses pequenos proprietários tinham poucos escravos ou nenhum e eram marginalizados do sistema de sesmaria e limitados pela falta de direitos à terra.

A Saída das Jesuítas

O controle dos jesuítas em Itacaré terminou abruptamente em 1759, quando foram expulsos do Brasil pelo Marquês de Pombal, que buscava centralizar a autoridade da Coroa portuguesa. A Coroa portuguesa suspeitava da independência, riqueza e lealdade papal dos jesuítas. A reforma de Pombal foi parte de um absolutismo esclarecido que pretendia aumentar a eficiência do governo e do comércio por meio da consolidação do controle do governo sobre a economia brasileira em crescimento, com a criação de empresas comerciais Reais e esforços renovados para reprimir o contrabando ilegal de ouro e diamantes. Pombal também mudou as políticas em relação às comunidades indígenas com a proibição da escravidão indígena acontecendo durante seu mandato e leis que encorajaram o

casamento entre brancos e indígenas para aumentar a assimilação (Fausto e Fausto 2014).

Como resultado da expulsão dos jesuítas, suas terras foram leiloadas, os edifícios foram convertidos para fins militares ou governamentais e escolas foram fechadas. Em Itacaré, devemos imaginar que famílias ricas da região compraram as terras que estavam arrendando e um novo padre católico, não ligado às ordens religiosas, mudou-se para a igreja de São Miguel. A saída dos Jesuítas marca o fim da primeira era de colonização de Itacaré. Dias conta como, quando os jesuítas foram removidos do Novo Mundo, seus bens foram confiscados, inventariados e, às vezes, dados aos índios que trabalhavam para os jesuítas (Dias 2007: 230). A Casa dos Jesuítas em Itacaré foi confiscada em 1759 e utilizada pela Câmara Municipal para as suas reuniões (Dias 2011; 152).

Logo depois, em 1761, Porto Seguro e Ilhéus deixaram de ser Capitanias privadas, a mais duradoura das Capitanias originais (Dias 2007: 47). Quando os Jesuítas foram removidos de São Miguel da Barra do Rio de Contas em 1759, a população era de 1.060 habitantes (Dias 2007: 77). A falta de mão de obra também limitou o crescimento por algum tempo, mas nas últimas décadas do século 18 houve crescimento econômico com o aumento da produção agrícola, madeireira e a expansão das usinas de cachaça (Dias 2011: 152).

Capítulo 3: Cana e Guerra

“Teve o ciclo da cana de açúcar, que não prosperou. Porque você tinha o vale do rio que era de condições naturais muito mais para cana de açúcar, mas o índio que habitava ali não permitia. Quando os portugueses construíam as instalações, ele destruiu. Aí os portugueses concentraram toda a produção de cana de açúcar no recôncavo, que não tinha este impedimento. E recolhia daqui, os chamados províncias do sul, que era sul em relação a Salvador, mas norte em relação de Ilhéus. Ela ficou com perfil de produtor de alimentos, basicamente exportava” (Roberto Setubal, entrevista, 4 de julho de 2012).

Cana de Açúcar e Senhores do Engenho

A cana de açúcar foi originalmente cultivada no sudeste da Ásia e foi levada para o oeste durante a Idade Média através do mundo islâmico. Introduziu-se nas Américas a partir das ilhas portuguesas da Madeira e Açores no Atlântico, rapidamente se estabelecendo como a principal atividade agrícola em todo o Brasil e no Caribe.

Vários engenhos de açúcar foram rapidamente estabelecidos em Ilhéus durante as primeiras décadas da colonização portuguesa, com 8 engenhos em operação na Capitânia em 1546 (Bueno 1998). No entanto, nos 85 anos seguintes este número diminuiu para 4, em grande parte como resultado da má administração, falta de mão de obra, falta de investimentos e resistência de grupos indígenas (Dias 2011: 53). Em comparação, por volta do mesmo período de 1570 a 1630 Salvador cresceu de 18 para 80 engenhos, Pernambuco de 23 para 150 e o

Rio de Janeiro de 0 para 60 (Carrara 2007: 19). O historiador Carrara compara o desenvolvimento em Salvador, Rio de Janeiro e Pernambuco com o desenvolvimento em Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo de 1607-1611, concluindo que o desenvolvimento extensivo dos três primeiros foi conectado ao aumento do investimento real em militares e administração, enquanto os últimos três foram deixados por conta própria (Carrara 2007). A importância da produção da cana-de-açúcar levou Salvador a ser a Capital das novas Colônias até 1763. A partir do início dos anos 1500, a posição de Itacaré e mesmo de Ilhéus deve ser entendida em relação a Salvador como centro do poder regional e da atividade econômica.

A produção de açúcar era organizada em torno do engenho, uma fazenda de propriedade familiar que produzia açúcar para exportação. O engenho tornou-se o foco de um sistema patriarcal e hierarquia racial que foi fundamental para o estabelecimento da cultura e da sociedade brasileiras (Freyre 1956, 1964). Este sistema permaneceu relativamente inalterado por 350 anos até o final do século 19, quando a revolução industrial introduziu as usinas semelhantes às fábricas industriais, junto com as ferrovias para o transporte da cana-de-açúcar, novos sistemas de organização do trabalho e propriedade por meio de corporações em vez de famílias.

A cana-de-açúcar requer muito trabalho manual e seu cultivo como mercadoria de exportação encorajou a expansão da escravidão tanto de grupos indígenas quanto de africanos

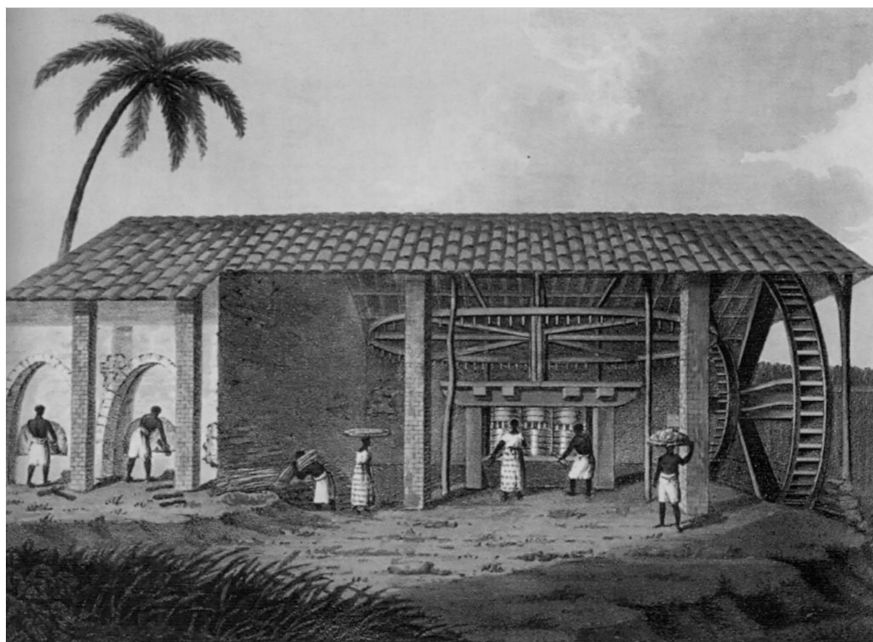


Figura 4: Engenho de açúcar, Nordeste brasileiro, 1816. (Gomes 2007)

escravizados. Os primeiros relatos coloniais referem-se a grupos indígenas como “negros da terra” e os africanos escravizados como “negros de Guiné,” reconhecendo suas posições racializadas e subservientes em relação aos colonos brancos. À medida que grupos indígenas sucumbiam a doenças introduzidas, escapavam para o interior e resistiam à expansão portuguesa, escravos africanos eram cada vez mais trazidos para trabalhar nos canaviais a partir de 1648. Por causa da dificuldade de controlar e manter os índios vivos, um escravo africano valia significativamente mais do que um índio, que era considerado um investimento mais arriscado. Alguns registros indicam que grupos indígenas de Rio de Contas foram levados a Sergipe para trabalhar nas plantações e torná-los menos propensos a escapar (Schwartz 1978). Nos 200 anos seguintes, 3,5 milhões de africanos foram trazidos, sendo que desse número a maior parte aportava na Bahia (Poppino 1968, Burns 1993). O fim da escravidão por decreto real em 1888 coincidiu com o surgimento do sistema usina de produção de cana-de-açúcar, embora os arranjos trabalhistas por meio do sistema de meeiros e do trabalho assalariado perpetuassem novas formas de exploração.

A plantação de cana-de-açúcar levou ao desmatamento extensivo da maioria das áreas de várzea, com desmatamento significativo para a obtenção de lenha para ferver o caldo da cana e gerar açúcar nos engenhos. Já em 1623, os governos coloniais tentaram decretar políticas para limitar o desmatamento, principalmente para proteger a madeira de lei para a Marinha

Real (Webb 1974). No entanto, mesmo nas áreas mais desenvolvidas, ainda havia faixas significativas de floresta no século XX. O desmatamento e as vendas de açúcar aumentaram e diminuíram com eventos internacionais. Com a queda da produção europeia nas colônias durante as guerras napoleônicas, a produção e os lucros brasileiros cresceram. Da mesma forma, a Guerra Civil dos Estados Unidos, a Primeira e a Segunda Guerra Mundial e, mais recentemente, o aumento da demanda por etanol levaram à expansão da produção brasileira de cana-de-açúcar. Desde o início, a economia das colônias brasileiras esteve intimamente ligada aos eventos internacionais que moldaram o mercado.

Embora a área ao redor de Ilhéus não tivesse o mesmo nível de produção de açúcar que a área mais ao Norte, isso não quer dizer que não houvesse produção de cana-de-açúcar na região. O Livro de Matrícula de Engenhos de 1807-1884 lista seis engenhos em São Miguel da Barra do Rio de Contas. Uma das listagens inclui o Engenho Conceição da Boa Vista, de propriedade de Martins da Lima, na margem norte do Rio de Contas em 1832, com bens tais como canoas, várias edificações, um moinho movido a água, alambiques, terras plantadas com cacau, mandioca e açúcar. A escavação arqueológica desse local revelou a produção em massa de açúcar e uma organização que separava o espaço de produção da área religiosa e de convivência, diferentemente dos engenhos localizados em Salvador (Costa et al 2018). Embora o açúcar tenha participado da história

de Itacaré, não foi a principal atividade econômica, ao contrário de outras áreas do Brasil.

A falta de produção extensiva de cana-de-açúcar talvez não deva ser entendida como algo totalmente ruim. A produção de cana-de-açúcar nas Américas estava intimamente ligada à expansão da escravidão, à degradação ambiental e às revoluções industriais na Europa. A produção de cana-de-açúcar na América gerou muito danos sociais, culturais e ambientais. Apesar da relativa baixa produção de cana-de-açúcar em Itacaré e arredores, é importante entender seu papel no Brasil Colonial e as práticas de terra e trabalho nas quais essa manufatura estava apoiada.

Guerra com Holanda e a Produção de Farinha

Em 1580 a Coroa Espanhola de Filipe II passou a controlar a Coroa Portuguesa, após a morte prematura do Rei Sebastião I, em 1578. Isso criou a União Ibérica, que durou até 1640. Em 1581 a Holanda tornou-se independente da Espanha, levando Filipe II a proibir o comércio holandês no Brasil. Por causa dos grandes investimentos holandeses na produção de açúcar no Nordeste, os holandeses bombardearam Salvador por 25 dias em 1599 e novamente em 1604 por 40 dias. Em 1624, tomaram a cidade depois que o exército local foi dissolvido. O domínio foi retomado pelos portugueses no ano seguinte (Dias 2011: 94). Mais tarde, os holandeses invadiram vários engenhos de açúcar e a guerra só terminou em 1640, quando a Coroa Portuguesa se

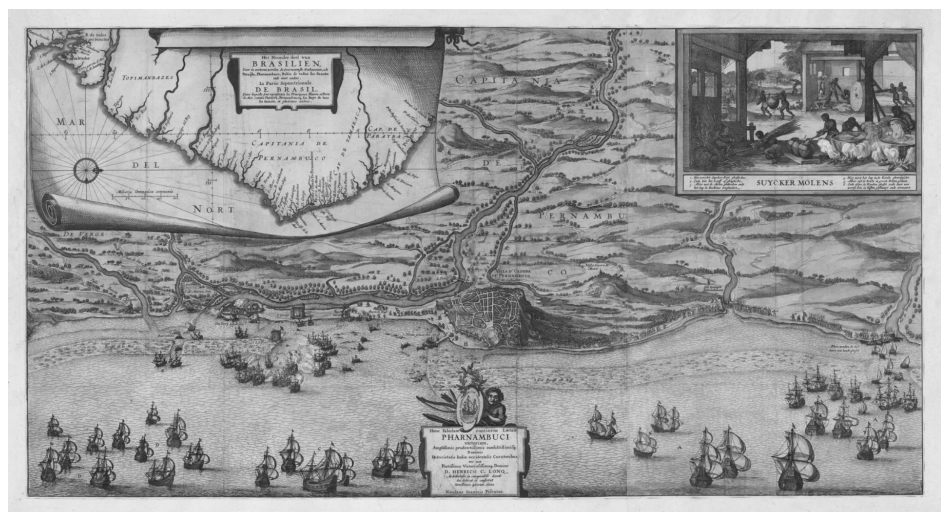


Figura 5: Mapa raro celebrando a conquista da Capitania de Pernambuco pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em fevereiro de 1630 por Nicolas Visscher. (Visscher 1640)

tornou independente da Espanha.

Durante a guerra, houve uma nova série de leis sob o governo de Diogo Luís de Oliveira (1627-1635), exigindo que as vilas de baixo, incluindo Camamu, Cairu, Boipeba e Itacaré fornecessem farinha para apoiar as tropas em Morro de São Paulo, que foram mantidas para defender a área contra a ameaça de constantes ataques das tropas holandesas. Eles eram obrigados a produzir uma determinada quantidade (20.000 alqueires) de farinha por um determinado preço, e só podiam comercializar o restante de seus produtos agrícolas em Salvador após cumprir essa cota. Essa lei vigorou por 50 anos, apoiando e favorecendo o desenvolvimento do açúcar na região do Recôncavo em torno de Salvador, em detrimento do desenvolvimento das regiões ao sul que eram obrigadas a produzir mandioca e depois vendê-la a preços abaixo do valor de mercado (Dias 2007: 70). Em 1674, o governo colonial proibiu o estabelecimento de plantações de cana-de-açúcar, fumo e produção de gado na região sul da Bahia, a fim de obrigá-los a produzir mandioca para apoiar a produção de safras de exportação na capital.

Esta não era uma economia capitalista, mas sim imperial e mercantil, moldada por relações de poder pessoais e patriarcais. Uma série de cartas entre as Câmaras Municipais das vilas de baixo ilustra a resistência em curso às leis que exigem a venda da farinha de mandioca por preços abaixo do mercado (Dias 2011: 118). Essa exigência funcionou para efetivamente transferir

riqueza dos pequenos proprietários no sul da Bahia para os grandes proprietários de plantações em Salvador, que se recusaram a plantar mandioca exigida por lei (500 plantas de mandioca para cada escravo) para alimentar sua crescente população (Silva 1991: 137). Devido à capacidade dos jesuítas de manter a paz com grupos indígenas e fornecer a farinha necessária para a manutenção dos exércitos e das plantações de cana-de-açúcar no Recôncavo, eles foram autorizados a continuar a ocupação da região.

As vilas de baixo também eram obrigadas a produzir mandioca porque a destruição ambiental das áreas periféricas ao redor de Salvador tornou a área do Recôncavo menos produtiva. O desmatamento em Salvador e arredores para prover fornos de lenha para as usinas de cana-de-açúcar, a queima de terras e o assoreamento dos rios danificaram os solos (Silva 1991 in Dias 2011: 86). Itacaré fazia parte desse arranjo e a economia se baseava principalmente na produção de mandioca. Em 1799 Itacaré exportou 30.000 alqueires de farinha, 150 alqueires de arroz e 50 alqueires de goma (Dias 2007: 77).

Embora a Capitania de Ilhéus não produzisse quantidades significativas de açúcar, fazia parte de uma rede econômica regional que apoiava a produção de cana-de-açúcar. Sua marginalização econômica foi mantida para sustentar os colonos mais ricos das regiões açucareiras de Salvador. Os agricultores do Recôncavo estavam tão focados na produção de açúcar que não quiseram arrendar terras para pequenos proprietários,

enquanto os jesuítas estavam mais do que dispostos (Dias 2011: 90). Os preços do aluguel no Recôncavo eram 2-3% do valor da terra por ano, enquanto os preços eram muito mais baratos nas vilas de baixo (Dias 2011: 91)

Em 1749 o Exército da Bahia foi reformado com a Capitania de Ilhéus contando com 22 companhias, das quais 3 estavam estacionadas na Barra do Rio de Contas. Em comparação, 12 estavam em Ilhéus e 7 em Camamu, o que ilustra a importância relativa de Itacaré nessa época (Dias 2007: 109).

Rochados de Mandiocas

Por ser a farinha de mandioca a base econômica de Itacaré e adjacências, tanto como regime de subsistência quanto como exportação econômica, ela merece uma explicação mais longa. A mandioca, especialmente a variedade amarga, é um alimento básico em todo o Brasil desde os tempos indígenas até os dias atuais. Enquanto as variedades doces podem ser fervidas e comidas, as variedades amargas devem ser raladas, lavadas, espremidas, secas e torradas para produzir farinha, a fim de remover o tóxico ácido cianídrico que causa a amargura (Saint 1977). O processo de secagem também ajuda a preservá-la, fazendo com que possa ser armazenada por longos períodos de tempo, ao contrário da raiz fresca. Essas técnicas de preparação continuaram praticamente inalteradas desde os grupos indígenas até o presente. A mandioca é plantada a partir de estacas em montes, cresce em solos muito pobres e pode resistir a condições

climáticas extremas (Saint 1977). Essas características também a tornam extremamente versátil e é cultivada em todo o Brasil, sendo uma importante cultura alimentar para grupos marginalizados em todo o país. Inicialmente, a mandioca é plantada junto com outros alimentos mas amadurece mais tarde entre 1-2 anos dependendo da variedade. Depois de madura, pode ser deixada no solo até que seja necessária, o que a torna excelente sob o aspecto do armazenamento de alimentos.

O essencial regime de agricultura de subsistência que existe até hoje em todas as pequenas propriedades do Nordeste é um legado de influência indígena e africana. Os alimentos básicos tais como mandioca, milho, batata-doce, pimentão, abóbora, feijão e abacaxi eram todas domesticações indígenas, da mesma forma que o quiabo, inhame, banana, feijão preto, gengibre, e pimentão vermelho provenientes da África (Burns 1993, Dean 1995).

O sistema de roçado para mandioca, que continua até hoje em grande parte do Brasil rural, é essencialmente o sistema indígena. No roçado, as terras são desmatadas ao final do verão e da seca, e, então, queimadas e plantadas em policulturas de arroz, feijão, milho, abóbora e eventualmente mandioca. Depois que o roçado é abandonado, mamão, goiaba, caju, graviola, pitanga, araçá, urucum, jabuticaba, grumixama, cambuci, cambucá, sapucaia, pacova, jenipapo e outras variedades de palmeiras úteis são plantadas ou deixadas em pé para serem colhidas posteriormente (Dean 1995). O intervalo de tempo entre

os roçados torna-se essencial para a saúde geral e a manutenção das florestas. Com rotações longas o suficiente, tradicionalmente de 20 a 40 anos, o sistema é altamente sustentável, pois os roçados agrícolas imitam as aberturas naturais da floresta que são semeadas novamente da matriz da floresta circundante.

A longevidade do sistema de cultivo itinerante do roçado no Brasil tem sido descrita como resultado de vários fatores, incluindo a fertilidade limitada dos solos nas florestas tropicais. Até mesmo a produção agrícola para exportação de café, cacau, cana-de-açúcar, algodão, fumo e outras safras têm sido mantidas por meio de uma fronteira agrícola que avança continuamente, semelhante ao cultivo roçado, mas em escala muito maior. Há uma teoria que explica como a queima da vegetação libera alguns dos nutrientes da biomassa da superfície para o interior do solo, e assim ser usado em vários ciclos agrícolas. Outra razão fascinante para a agricultura itinerante é escapar da competição de espécies da mata e predadores que se acumulam em campos agrícolas ao longo do tempo em climas tropicais sem um inverno forte.

No Brasil, as formigas cortadeiras têm sido apontadas como o principal agente responsável pela contínua expansão da fronteira agrícola. As formigas são agricultoras concorrentes, cortando folhas para alimentar suas fazendas subterrâneas de fungos e devastando campos agrícolas no processo. Eles constroem colônias imensas com ninhos de até 20-25 metros de profundidade, tornando quase impossível erradicá-los com fogo,

inundações ou venenos. Seus ninhos profundos são cuidadosamente mantidos na umidade correta por meio de elaborados sistemas de ventilação e drenagem. Enquanto as populações de formigas são mantidas sob controle nas florestas primárias, as repetidas queimadas e abertura da floresta destroem a maioria de seus predadores, elas prosperam em antigas áreas agrícolas e de pastagens, muitas vezes ocupando até 15% da área total e comendo tanta grama como o gado (Dean 1995). As formigas evitam áreas úmidas, onde o lençol freático proíbe escavações profundas, ou solo extremamente arenoso, o que significa que parte da região costeira e fundos de vales de rios podem ser plantados intensivamente.

Outra razão para a expansão contínua do sistema de roçado tem a ver com o modelo precário de posse da terra que foi endêmico no Brasil ao longo de sua história. Com a Coroa, capitanias, jesuítas e outros grandes proprietários de terras, todos simultaneamente concedendo terras, frequentemente extensas, muitas vezes para proprietários ausentes, aconteciam reivindicações sobre o mesmo pedaço de terra, de modo que sua posse concreta se dava através de violência e trapagens, e não por meios legais. Na maioria das vezes, o governo era incapaz e pouco dedicado às pesquisas que poderiam resolver as disputas legais por essas terras. Os pequenos proprietários, incapazes de defender sua propriedade, não tinham incentivos para desenvolver práticas intensivas de manejo do solo, mas estavam constantemente migrando para novas fronteiras agrícolas onde

poderiam cultivar por vários anos antes de seguir em frente (Dean 1995). A disponibilidade imediata de novas terras para ocupação e expansão agrícola e o enorme tamanho das terras concedidas encorajou o uso perdulário da terra mesmo até o século XX. Especialmente os pequenos proprietários, cultivando safras de subsistência, viviam como agregados em alguma propriedade grande pela boa vontade do proprietário ou fugiam constantemente para a próxima fronteira agrícola.

Em todo o litoral do Nordeste, a agricultura de subsistência é normalmente colocada nas piores terras, enquanto a cana-de-açúcar é plantada em solos profundos (até 20m), ricos solos massapé, à prova de erosão e que mantiveram sua fertilidade ao longo de 500 anos de safras de cana-de-açúcar (Hutchinson 1957). Essas terras produtivas ao longo do fundo dos rios são historicamente dedicadas apenas a culturas comerciais, e os primeiros códigos legais restringiam as pastagens e a produção de gado a áreas a dez léguas da costa e às margens dos rios (Burns 1993). Webb descreve como a mandioca, quando cultivada em terras agrícolas boas, é um indicativo da força dos sindicatos de trabalhadores em relação às corporações canavieiras (Webb 1974).

A produção de açúcar e fumo foi proibida de meados do século XVII à segunda metade do século XVIII (Dias 2011, Silva 1991). As duas commodities estavam conectadas porque o estrume era muito benéfico para o cultivo do tabaco. Uma variedade de leis promulgadas em 1686, 1704, 1712 e 1712 para

erradicar a produção de tabaco indicam que era uma mercadoria desejável para que os agricultores produzissem na área de Salvador a Ilhéus (Dias 2011: 124). Em todos estes casos, houve exceção e os súditos mais ricos e leais puderam continuar a produzir açúcar em um punhado de pequenos engenhos espalhados pela Capitania de Ilhéus (Dias 2011: 142). Isso ilustra como a capital de Salvador controlava quase inteiramente a economia e o que podia ou não ser produzido.

O gado foi o próximo boom econômico no Nordeste, começando em grande parte depois de 1700 (Poppino 1968). Bovinos, ovelhas, porcos, cavalos e cabras foram todas introduzidos pelas viagens europeias que impactaram drasticamente a paisagem. Por causa do foco na cana-de-açúcar em áreas mais produtivas, o gado ficou confinado ao Agreste e Sertão, o interior seco, quase deserto, além da sombra da chuva das cordilheiras costeiras (Webb 1974). A grande quantidade de terras disponíveis possibilitou uma pecuária de baixa intensidade que se expandiu pelo interior do Nordeste e ainda tem um impacto econômico importante. Mesmo ao longo da costa, as terras abandonadas para a agricultura por causa da infertilidade do solo eram frequentemente transformadas em pasto para o gado, proibindo a regeneração da floresta, compactando o solo e estabelecendo o fogo como parte regular da manutenção das pastagens (Dean 1995). A pastagem de gado também é uma forma de grandes proprietários de terras manterem uma grande área de terra “produtiva” com poucos investimentos financeiros,

técnicos ou outros, proibindo assim os posseiros de ocupar terras não produtivas. O gado foi criado primeiro para o couro, mas depois se tornou uma importante fonte de carne, especialmente porque as populações não agrícolas aumentaram durante a corrida do ouro.

Capítulo 4: Escravidão e Quilombos

“Eu sei que em 1615-20 a donatário da Capitania de Ilhéus já tinha preocupação com o ouro que saía do Chapada Diamantina, os diamantes que descia pelo Rio de Contas de burro e canoa. Quando chegava ali ficava no pé da pancada, lá em Taboquinhas. Aí entrava o navio negreiro, pegava e ia embora. Entrava Francês e de outros países. E os Portugueses que se fizeram donos do país queriam que queriam que este ouro não fosse para lugar nenhum, só para eles. Aí botaram pesquisas para falar com os Capitães de alguns navios sobre isto. Havia um navio negreiro, da África para aqui, aí para estes portos aí, não sei qual porto que ia. Aí talvez até para Ilhéus mesmo. Aí via sair um navio saindo no rio. Vinha costeando e viu um navio no rio. Aí ele disse eu vou pegar, vou brigar, vou derrubar aquele navio, eu pego e mete com a Palácio de Luz. E jogou o navio negreiro para a terra. Quando chegou eles se sentiram um pouco, solta os negros para os negros brigar mais a gente e quando terminar bota todo mundo para o porão. Eles armaram, quando os negros chegaram e viram aquele espigão de terra, encostando, foi tapeando eles, e quando chegou perto, um, xum, xum, todos eles na água. Eles ficaram sozinho, já brigou com o outro navio que jogou o navio negreiro para baixo. Aí foi embora e os negros ficou. Foram pelo espigão de terra e mandaram. Chegaram ali onde fizeram a usina de tratamento e eles encostarem.”

“Tinha um puto de líder que se chamava Gangasuri. Aí pegaram o Ganga e botaram o ribeirão que até hoje tem o nome dele. Botaram ele para baixo e eles ficaram em cima. Neste tempo não tinha casa nem qualquer coisa que vinha pela beira do rio, a estrada era aberta. Eles chamavam ele de líder. Era o lugar mais certo, perto da água e melhor para eles viver, e ele ficou aí. O que que inventou, plantar maxiricim com os índios e começaram a plantar mandioca. Plantar mandioca e fazendo farinha, fazendo farinha, fazendo farinha. Aí os navios negreiros de África entenderam negociar com eles. O carregamento de farinha e voltava com carregamento de negros, e muitos vezes

até compravam aí. Foi negociando. O Palácio de Luz descobriu e proibiu. A farinha tinha que ir até Salvador. Quando foi em 1706 começaram a queixar e disseram que os negros assaltavam e começou a fugir negro de todo lugar para ir a quilombo do Oitizeiro. E os negros vinha com fome, encontrava umas pessoas e pegava dinheiro para comprar comida, era aquela queixa e caía no ouvido do governador.”

“Chegou um Governador chamava, apelido pelo Conde de Pontes. Este Conde de Pontes ele proibiu batuque. Tudo de negro não podia fazer, era só trabalhar, trabalhar, trabalhar e apanhar. Aí tudo era rebeldia. Ele pegou a policia e mandou para que é a gente para atacar. A mesma coisa que fizeram com os Palmares. Vieram, mas quando chegaram, mas os oleiros avisaram. Tinha uma cidadezinha, mas era comandado pelo quilombo. O oleiro avisou e se partiram. No município daqui, no município de Camamu, aqui, ali, e lá e ficaram quietos. Eles vieram e se aquartelam no quilombo. Ficaram quase um ano. Não teve solução nenhum. Tinha algumas prisões, mas pouco, não teve sucesso. Aí eles saíram e foram embora. Já estava com o quartel em outro lugar e lá ficarem e formaram quilombo. Tem quilombo aqui que nunca foi escravo. Como o pessoal do Finado, um pretão, Sargento Bunga, o povo do Campo Seco nunca foi escravo. Tem duas famílias aí que nunca foram escravos. Porque correu de lá, se juntou com os índios, ficaram escondidinho pegaram família” (Otília Nogueira, entrevista, 25 de abril de 2012).

Escravidão Transatlântica No Brasil

Ilhéus estava ligada a esses mercados transatlânticos desde o seu início. Em 1624, um navio de Ilhéus foi confiscado carregando farinha de mandioca, arroz e zimbros (pequenas conchas usadas como pseudo-moeda durante o comércio de escravos na África Ocidental e foram encontradas ao longo de praias no Brasil e nas Maldivas) (Dias 2011: 68). Isso destaca a importân-

cia da farinha de mandioca na economia regional e sua relação com a escravidão.

As condições dos escravos na Capitania de Ilhéus eram um pouco melhores do que as da área circundante devido à dificuldade de comprar e manter escravos. Por exemplo, no Engenho de Santana, em meados do século XVIII, fazenda dos jesuítas nos arredores de Ilhéus, a maioria dos escravos vivia em unidades familiares, exceção no Brasil colonial (Dias 2007: 78). Os jesuítas também incentivaram a vida familiar para os escravos como parte de sua missão civilizatória. Embora a maioria dos fazendeiros tivesse pelo menos alguns escravos, a falta de mão de obra significava que muitos produtores menores estavam dispostos a abrigar escravos fugitivos em suas terras para aumentar sua produção. Esse arranjo costumava ser na forma de meeiros, em que os escravos davam metade do que produziam aos proprietários em cujas terras trabalhavam (Dias 2007: 77).

Silva examina o processo de compra de liberdades pelos escravos em Ilhéus de 1710 a 1758, observando as condições necessárias para que isso aconteça. Embora às vezes lhes fosse concedida liberdade por causa de um relacionamento de longo prazo com seus senhores ou por seus bons serviços ao longo do tempo, os escravos eram em sua maioria libertos por si mesmos, comprando alforria com seus próprios recursos. Os escravos precisavam de uma forma separada de renda para poder comprar sua liberdade, indicando uma relação escravo/senhor que

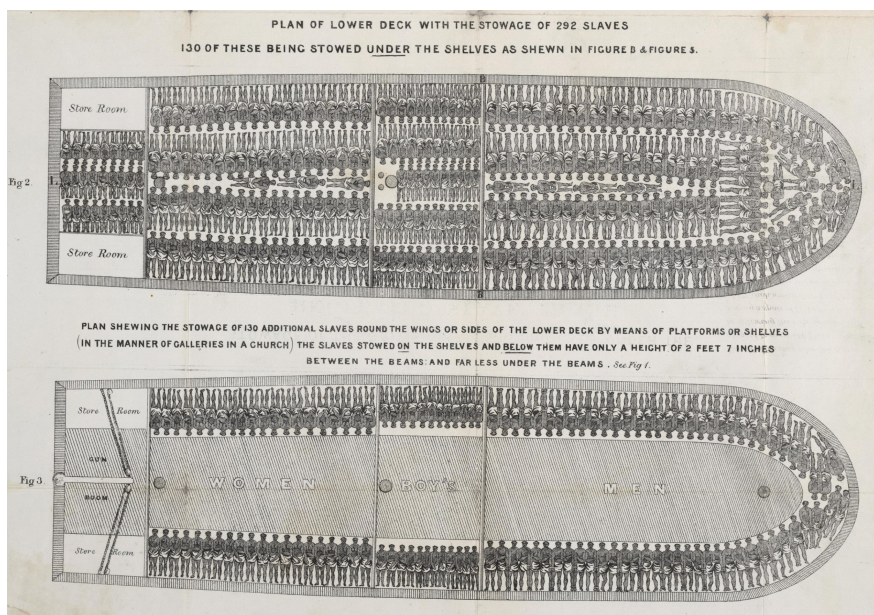


Figura 6: Armazenamento do Navio Brookes (Plymouth Chapter 1788).

permitia alguma autonomia limitada para os escravos nas relações econômicas (Silva 2007). Os escravos que viviam nas cidades ou praticavam como artesãos tinham mais probabilidade de economizar dinheiro do que os que trabalhavam na agricultura para comprar sua liberdade.

Estima-se que 5,9 milhões de africanos foram trazidos para o Brasil como escravos, cerca de 40% de todos os escravos trazidos para as Américas. Em 1819, cerca de 1/3 dos colonos no Brasil eram escravos, embora essa percentagem diminuísse gradualmente ao longo do tempo, à medida que mais europeus imigravam para o Brasil (Matoso 1986: 51). No entanto, devemos lembrar que toda a instituição da escravidão foi terrível, construída sobre sistemas institucionalizados de violência atroz e desumana. Os escravos eram açoitados, marcados com ferro quente, presos em correntes e fisicamente torturados de várias maneiras para forçá-los a aceitar sua opressão. Seus donos os forçavam a trabalhar de 15 a 17 horas por dia, geralmente em trabalhos agrícolas pesados. Algumas pesquisas sugerem que os escravos nas plantações viviam em média sete anos (Mattoso 1986: 102)

Quilombos e Resistencia a Escravidão

Essa violência era para evitar as rebeliões de escravos regulares que aconteciam de qualquer maneira. A maioria delas falhou devido à diversidade dentro dos diferentes grupos africanos e daqueles escravos nascidos no Brasil. A população

escrava era composta por grupos diversos e fragmentados que muitas vezes trabalhavam contra os interesses uns dos outros. Além dos levantes, os escravos frequentemente fugiam individualmente e em grupos para formar quilombos ou assentamentos de escravos fugitivos. Os quilombos geralmente não estavam escondidos, mas sim localizados nas fronteiras da sociedade brasileira onde o controle do governo era limitado. Os quilombos mantiveram sua independência criando uma sociedade organizada com os meios para se defender das forças governamentais. Os integrantes do Quilombo dos Palmares, um dos mais conhecidos, frequentemente interagiam e negociavam com as comunidades vizinhas. Palmares durou mais de cem anos, de 1580 a 1710, no interior de Pernambuco e foi formado por uma associação de aldeias cuja população aos milhares rivalizava com algumas das cidades mais estabelecidas da época. Ele acabou sendo derrotado pelas forças governamentais após 18 expedições de ataque ao longo de décadas.

Em Itacaré, o Quilombo do Oitizeiro foi estabelecido rio acima, às margens do Rio de Contas. De acordo com alguns historiadores, o Quilombo do Oitizeiro era na verdade um grupo de várias dezenas de escravos que viviam na propriedade de outros para cultivar mandioca. Dada a necessidade de mão de obra na região, os escravos tiveram acesso à terra, liberdade para formar famílias e ganhar dinheiro em troca de seu trabalho. Em vez de estar escondido, este quilombo estava disfarçado como uma pequena comunidade de agricultores (Mota 2010). Nesse

caso, o quilombo deu aos escravos fugitivos um novo arranjo como lavradores ou trabalhadores com um novo senhor às margens da sociedade, em vez de uma tentativa de escapar totalmente desta. O Quilombo do Oitizeiro foi dissolvido em 1806 por uma milícia de 50 índios Cariri, formada pelo governo para esse fim (Reis 1996). Embora os quilombos tenham existido ao longo das fronteiras da sociedade brasileira por décadas, a maioria acabou sendo destruída à medida que o estado expandia seu território e fortalecia suas forças armadas. A existência de quilombos ameaçava o sistema escravista no qual a economia brasileira estava fundamentada.

Pesquisas sobre o Quilombo do Oitizeiro indicam várias informações sobre Itacaré nessa época. Era uma área que produzia mandioca, estava no limite da sociedade e tinha relativa falta de mão de obra. Por causa dessas condições, a escravidão era provavelmente menos severa do que mais ao norte, na área ao redor de Salvador e outros centros urbanos maiores dedicados à produção de açúcar.

Capítulo 5: Ouro e Diamantes

“E o biju das contas vinha da Chapada, por causa disso que tinha piratas aqui, descia pessoal com joias, com pedras preciosas da Chapada Diamantina, as melhores estradas que tinha antigamente, de pé de animal era beirando os rios. As pessoas não iam entrar pela mata atlântica, era a facilidade muito grande, o Rio de Contas e Itacarê se tornou importante por causa disso desde o século 17. Desde aquela época era tudo escoado por aqui, até 1972 ainda era muita coisa” (Claudio Magalhães, entrevista, maio 2012).

O Ciclo de Ouro e a Sul da Bahia

O ouro foi descoberto no interior de Minas Gerais em 1697, e diamantes em 1720, dando início a uma corrida do ouro que atraiu grande quantidade de pessoas, recursos e atenção de Portugal e mudando o foco da colonização do litoral para o interior. Ao longo do século 18, mais de 3 milhões de quilates de ouro foram extraídos do Brasil e mais de 1 milhão de quilates de diamantes. Mais ouro foi tirado do Brasil de 1700 a 1770 do que do resto das Américas de 1492 a 1850 (Propino 1968). Com a chegada de mais de 450.000 colonos de Portugal, o português começou a substituir o tupi como língua principal no sudeste do Brasil e os conflitos entre novos e antigos colonizadores indicavam as altas tensões. Em 1720, a coroa portuguesa aprovou uma lei proibindo a emigração para o Brasil devido à escassez de mão de obra em Portugal (Reichmann 1959). Além disso, logo no início algumas leis foram aprovadas limitando o número de escravos que poderiam ser vendidos para operações de

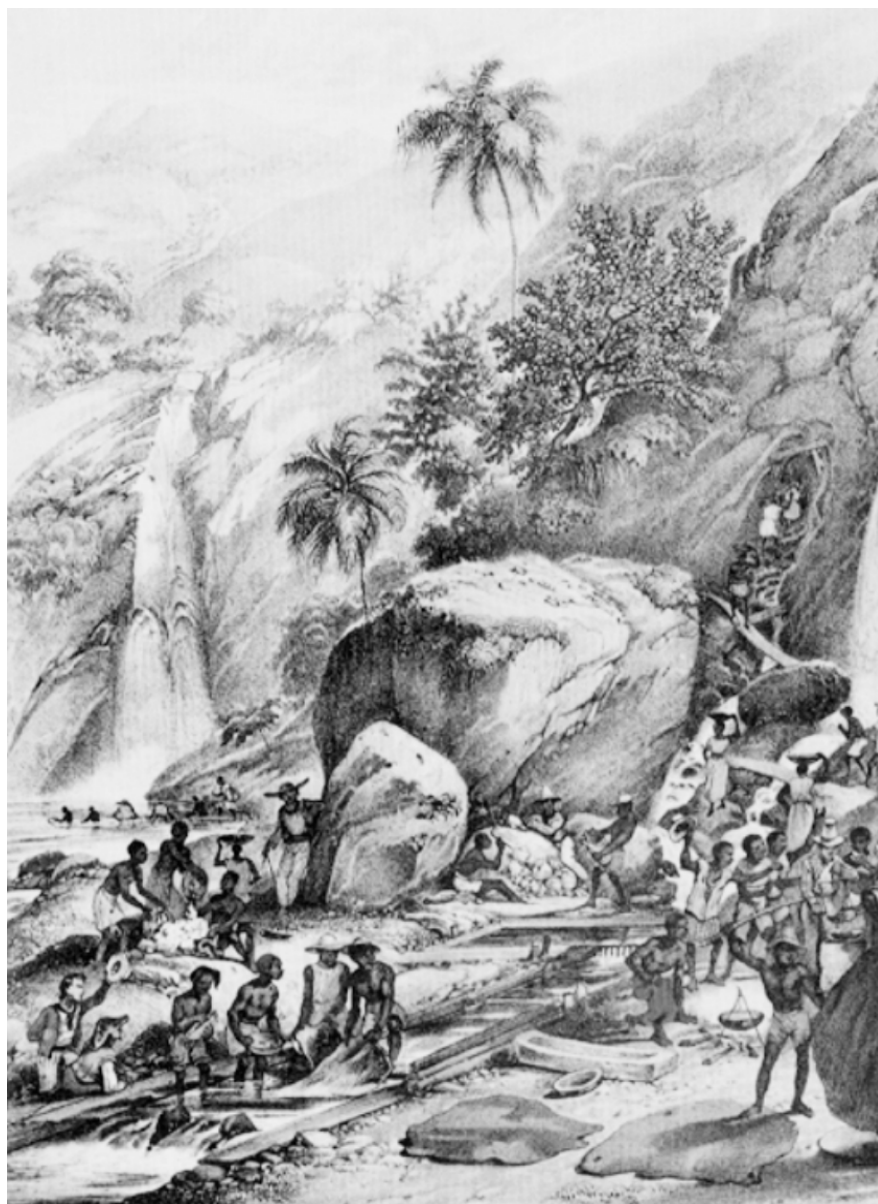


Figura 7: Pintura de Johann Moritz Rugendas de 1820-1825 retratando a mineração de ouro por lavagem perto do Morro de Itacolomi. (Rugendas 1820)

mineração, a fim de não aumentar muito o preço para as plantações já desenvolvidas e politicamente poderosas no Nordeste (Higgins 2010).

Enormes quantidades de escravos também foram trazidas da África Ocidental, e com eles, experiência e conhecimento em mineração de ouro que era altamente valorizada (Dean 1995). Esse boom massivo afetou o Brasil de várias maneiras. A agricultura e a pecuária se expandiram para fornecer alimentos para enormes populações de mineração que não os produziam para si mesmas. O poder econômico e político do país mudou do Nordeste para o Sudeste, transferindo a capital de Salvador da Bahia para o Rio de Janeiro em 1763 (Dean 1995). Essa mudança é um momento importante para o desenvolvimento de identidades regionais no Brasil até hoje.

A geologia de Minas Gerais evidencia que o ouro encontrado estava amplamente distribuído por uma enorme área de pequenos riachos e rios. Ao contrário das minas de poços que podiam ser controladas e reguladas, essa garimpagem de ouro e dragagem de bancos de cascalho podiam ser feitas com relativamente pouco equipamento e em quase todos os lugares. Isso significa que a produção de ouro era quase impossível de regular. Embora a coroa teoricamente possuísse todos os direitos minerais de subsuperfície, era permitido a qualquer pessoa o direito de fazer uma reivindicação de terra, desde que pagasse um quinto à coroa. Isso deveria ser feito levando o ouro para ser refinado em forjas do governo. Outra tentativa foi canalizar ouro

pela casa da moeda do governo do Rio de Janeiro, mas estima-se que apenas cerca de 5% do ouro extraído passou pela casa da moeda, o que significa que 95% saiu do Brasil por outros meios (Higgins 2010). A geologia natural da região favoreceu a criação um mercado ilícito para o contrabando de ouro que teve implicações importantes para Itacaré.

Piratas e o Rio de Contas

Em relação a Itacaré, a Política de Terras Proibidas da Coroa vetou a colonização e ocupação no interior do Espírito Santo e no sul da Bahia até 1808, a fim de limitar o contrabando de ouro e diamantes por outras potências europeias. A selva densa e os grupos de índios belicosos foram incentivados como uma barreira protetora, um obstáculo ao contrabando das minas de ouro no interior. Essa área foi finalmente colonizada ao final do século 18 e início do 19, em seu interior, de leste a oeste, ajudando a explicar a quantidade relativamente grande de florestas tropicais costeiras que persistiram ainda por algum tempo no norte do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Sul da Bahia (Langfur 2006).

Quando os missionários jesuítas chegaram a Itacaré em 1720, a corrida do ouro estava bem encaminhada, mas ainda havia 40 anos de seu auge na década de 1760. O desenvolvimento inicial de Itacaré foi limitado pela constante ameaça de ataques indígenas e proibições à exploração do interior, bem como pelas pressões da mineração e colonização em Minas Gerais que forçaram os grupos indígenas a se dirigirem ao

litoral. Sua localização na foz do Rio de Contas tornava este um local ideal para os piratas e contrabandistas que traziam ouro e depois diamantes, do interior ao longo do Rio de Contas, que desce 400 km da Chapada Diamantina no interior (Weigand 2003).

O Rio de Contas era originalmente chamado de Jussiape pelos grupos indígenas da região e depois Rio São Julião pela expedição de Vicente Pinzon e Diego Lepa. As histórias sobre as origens do nome Rio de Contas são variadas. Uma vem de dois padres que estariam sendo agredidos por índios e um deles teria dito que haveria de acertar suas contas com Deus. Outra, do historiador Borges de Barros, afirma que o nome vem de pedras azuis redondas que pareciam contas de rosário, enquanto um terceiro relato, do historiador Émerson Pinto de Araújo, de Jequié, interior da Bahia, afirma que o nome veio da necessidade de resolver as contas com os cobradores de impostos imperiais durante o período mineiro (www.itacare.com). A ironia do último relato é que o rio pode ter ajudado a evitar o pagamento dos impostos também.

Embora tenha havido ataques indígenas à pequena cidade costeira do sul da Bahia até o século 19, presumia-se que eles haviam sido completamente assimilados até um recente ressurgimento indígena (Grunewald 2002). Mesmo até o presente, há relativamente pouca pesquisa sobre os grupos indígenas no litoral do Brasil comparado com os grupos da Amazonas. Só nos últimos 50 anos houve um ressurgimento indígena no litoral do

Brasil, com mais e mais grupos reivindicando a identidade indígena e a terra e os direitos políticos que a acompanham (Warren 2001). French descreve como as identidades indígenas no Nordeste do Brasil devem ser entendidas dentro do contexto das categorias legais nacionais que fornecem direitos coletivos de terras a esses grupos (French 2009). Enquanto Grunewald ilustra como o turismo encorajou a produção cultural ao produzir um mercado para danças indígenas, artesanato e outros produtos (Grunewald 2002).

Devido à exclusão específica de Itacaré da produção de açúcar e aos limites impostos à ocupação do interior durante o período de mineração, pode-se dizer que Itacaré foi excluída dos grandes ciclos econômicos brasileiros e permaneceu pequena, fora do caminho. No entanto, o desenvolvimento de Itacaré só pode ser realmente entendido durante este tempo como conectado e moldado pelas diversas administrações, migrações e o impacto das políticas imperiais e internacionais mais amplas. O que aconteceu em Itacaré estava relacionado ao comércio de escravos africanos, ao desenvolvimento religioso europeu e aos conflitos entre o catolicismo e as teologias do iluminismo inglês, às guerras holandesa, espanhola e portuguesa, e ao movimento de ouro e diamantes de pequenas cidades mineradoras do interior para a Europa. De muitas maneiras, desde a colonização, Itacaré foi conectada por centenas de pequenas maneiras a um mundo cada vez mais globalizado e interligado.

Capítulo 6: Cacau

“O ciclo mais contínuo, mais duradouro que fez a chamada modelagem da fisionomia de Itacaré, foi o ciclo do cacau. Naquele vale do Rio de Contas foi plantado tudo, foi plantado arroz, feijão, cana de açúcar, café, mas não prosperou. São terras férteis do aluvião do rio, o ciclo que realmente pegou e desenvolveu no vale do Rio de Contas e sobretudo, nos tributários do Rio de Contas, onde a terras eram mais férteis, principalmente um chamado catolé, que fica de depois de taboquinhas já bem próxima a Ubaitaba e Aurelino Leal. O ciclo do cacau foi o ciclo responsável pela formação de Itacaré em seus múltiplos aspectos, em seu aspecto humanístico, em seu aspecto da infraestrutura produtiva, infraestrutura urbana, na modelagem do município, tudo que tem ali tem uma associação com o ciclo do cacau. Do ciclo dos jesuítas você tem a igreja e pouco equipamentos que tem ali do ciclo dos Jesuítas, a Igreja é a mais expressiva. Foi um edifício que começou no final do século 17 e terminou a construção no século 18, 1723, quando concluiu a edificação, sobre a influência jesuíta, dos padres Jesuítas que fizeram isto. Então se você der uma definição de Itacaré com todo o peso histórico, Itacaré é um município típico do ciclo cacaueiro. E tudo que ela teve de estruturação foi deste ciclo, foi a fase mais áurea, a apogeu, e começou no final do século 19, no 1880 e durou até no final do século 20, até os anos 70, 80, até o final do século 20. Só com o advento da vassoura de bruxa, uma doença, que desarticulou a economia regional” (Roberto Setubal, entrevista, 4 de julho de 2012).

O Ciclo do Cacau

Por muito tempo, o Sul da Bahia foi amplamente arborizado, com árvores até a beira da água, uma provável combinação de inacessibilidade, presença indígena e solos arenosos. As extensas florestas ao redor de Ilhéus foram cortadas seletivamente durante séculos como uma parte importante da indústria

de construção naval em Salvador, que produzia a maior parte da tonelagem para a Marinha Portuguesa (Dean 1995). Muitos dos primeiros esforços de conservação no Brasil foram desenvolvidos em torno da preservação de madeiras nobres, ou Madeira de Lei, para consumo real. Embora esses decretos ineficazes ilustrassem o poder limitado da Coroa nas atividades econômicas brasileiras mais do que qualquer outra coisa.

A Mata Atlântica ao longo da costa do Brasil foi bastante explorada até a década de 1970, fornecendo até 50% da madeira do país (Câmara 2003). Também foi amplamente roçado para plantações de açúcar, café, cacau e gado. A lenha foi cortada para a produção de carvão, trens a vapor, indústria e cozinha (Dean 1995). O desenvolvimento econômico do Brasil de 1500 a 1970 foi amplamente alcançado pela extração de valor da biodiversidade, biomassa e fertilidade do solo fornecida pela Mata Atlântica. De modo geral, as estruturas legais, políticas e financeiras encorajaram as pessoas a converter as florestas para outros fins o mais rápido possível, vendendo as gerações futuras para obter lucro imediato (Young 2003, Dean 1995). Desde 1500, cerca de 93% da floresta foi extensivamente alterada.

A expulsão dos jesuítas abriu caminho para a diversificação econômica e novas exportações (Dias 2011: 43). Após a implantação inicial de Itacaré, permaneceu relativamente pequena até o final do século 19, quando Itacaré se tornou um importante local de escoamento de cacau do interior rural que

descia o Rio de Contas e diversos sobrados foram construídos ao longo da orla com dinheiro do cacau no início do século XX.

O desmatamento, o crescimento econômico e populacional no Sul da Bahia, incluindo Itacaré, começaram a valer com o boom do cacau. O cacau é originário da Amazônia Ocidental e tem duas variedades principais, o Crioulo que se estende por toda a América Central e o Forasteiro, que se encontra em toda a região Amazônica. No início, ele foi coletado da floresta em toda a Amazônia por grupos indígenas administrados por jesuítas (Walker 2009). Também foram os jesuítas que levaram as primeiras plantas para Ilhéus, em 1752. A produção começou a se expandir de 1836-1856, quando imigrantes alemães, franceses e portugueses começaram a plantá-lo após fracassarem no cultivo de café na região. Uma seca em 1877 levou ao aumento da imigração do Sertão, pois trabalhadores deslocados vieram atuar nas plantações de cacau em expansão. No final do século 19, cerca de 95% do cacau brasileiro era cultivado no Sul da Bahia, que, em seu auge, produzia 20% do abastecimento mundial (Alvim e Nair 1989). A enorme demanda mundial criou um grande boom econômico no Sul da Bahia que gerou grandes fortunas. Estes se tornaram os coronéis do cacau que controlavam a política regional.

Esses velhos e novos coronéis estavam interessados em construir um “mito dos colonos” homens empreendedores que elevaram Ilhéus a um lugar de destaque no cenário nacional. Da mesma forma, o descaso com o processo [colonial] anterior teve

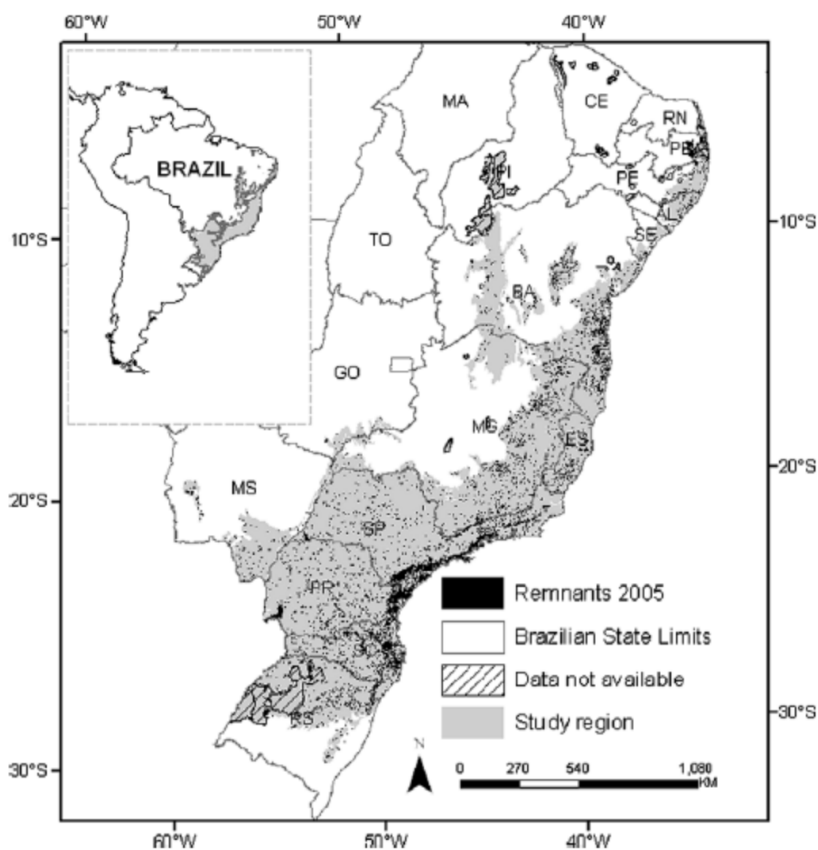


Figura 8: Área original (cinza) e a área remanescente (preta) da Mata Atlântica

a função de apagar da memória coletiva as violentas grilagens de terras, muitas das quais foram consideradas desocupadas, ainda que pertencessem a antigos assentamentos indígenas com reivindicações fundiárias formadas no século XVI (Dias 2007: 50). Esta nova safra de exportação forneceu a matéria-prima para as fábricas de chocolate na Europa e uma classe crescente de consumidores na Europa em industrialização. O desmatamento, as lutas pela terra e as violentas lutas políticas descritas por Jorge Amado estavam relacionadas às mudanças nas economias internacionais e ao aumento da globalização. Amado descreve esta região da seguinte maneira.

“As terras de cacau, região que abrange todo o sul da Bahia no Brasil, foram fertilizadas com sangue. Eles foram conquistados a pé em lutas ferozes de violência indescritível. Eram terras bárbaras, onde florescia o banditismo e a morte, o ódio implacável e a mais cruel vingança ... Os homens se propuseram a conquistar a floresta, a limpá-la e a transformar a paisagem e a economia de uma vasta área” (Amado 1989: vii).

O Escoamento de Cacau nas Cidades Litorâneas

Em Itacaré e Ilhéus, os coronéis envolvidos com o cultivo, venda e transporte do cacau construíram uma nova arquitetura neocolonial que marcou os centros urbanos da região. A população de São Miguel da Barra de Rio de Contas em 1872 cresceu para 3.102 homens livres e 510 escravos (Lycra 2007). Por ter um porto de razoável porte, Itacaré foi usada para continuar o comércio de escravos, mesmo depois de ser



Figura 9: O Porto de Itacaré com escuna.

oficialmente proibido em 1850 e os portos maiores terem sido fechados e regulamentados.

Embora o cacau seja cultivado nos arredores de Ilhéus, o plantio agrícola concentrou-se nos melhores solos do interior e, segundo muitos relatos, as terras ao redor da vila de Itacaré não foram amplamente desmatadas e plantadas com cacau, embora fosse uma importante cultura no município. No entanto, Itacaré serviu como um porto importante durante o boom do cacau. Por volta de 1900, despachou 6.793 toneladas do produto, rivalizando com o de Ilhéus, um centro regional consideravelmente maior, que no mesmo ano despacharia apenas 5.995 toneladas (Meliani 2006). A explosão do cacau na região também trouxe migrantes de outras partes do Nordeste, representando um crescimento da população regional em 337,84% no período de 1890 a 1920. Foi entre 1895 e 1930 que a maioria dos casarões e armazéns do centro de Itacaré foram construídos em estilo neocolonial para os coronéis que controlavam a exportação de cacau. Arquitetos da França foram trazidos para estas construções e as lojas em Itacaré vendiam alguns dos melhores produtos importados da Europa.

Foi nessa época, em 16 de dezembro de 1931, que o nome do município foi alterado de Barra do Rio de Contas para Itacaré, palavra tupi-guarani que significa pedra torta ou pedra arqueada (Setúbal, Aspectos Históricos). Já que nomear uma área é uma forma de controlar, marcar e organizar o espaço, os colonizadores quase sempre renomeiam os lugares à medida que

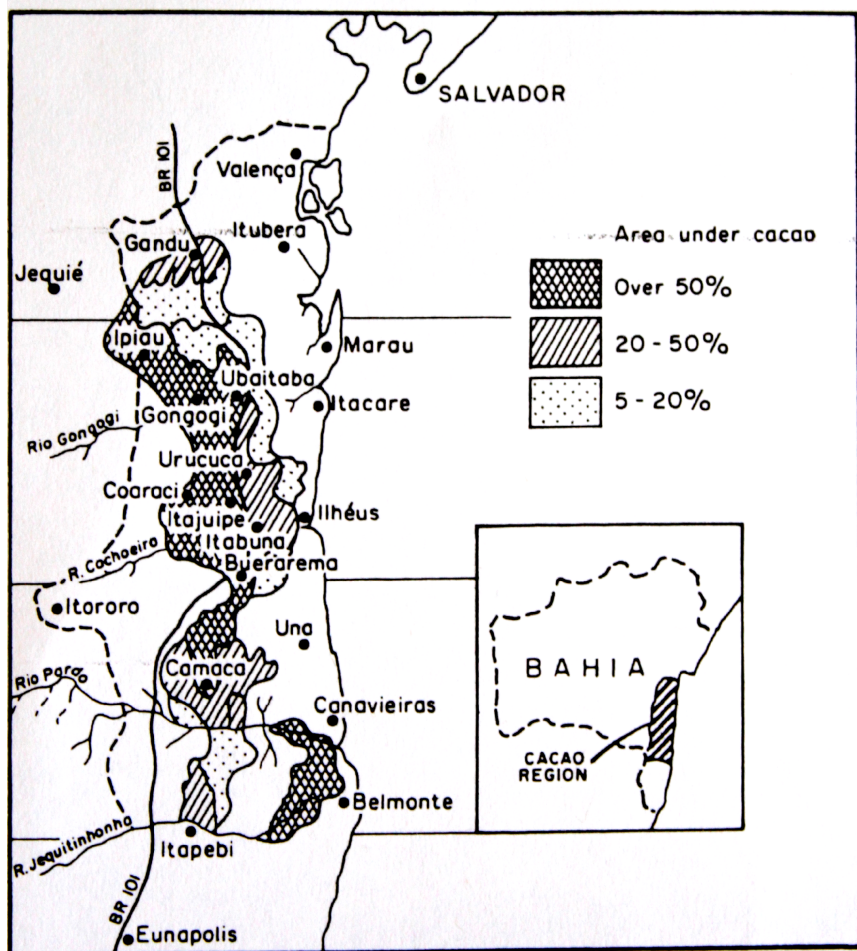


Figura 10: Mapa da região de cacau no Sul da Bahia (Alvim e Nair 1989).

os conquistam e removem os assentamentos indígenas. Em muitos lugares, os nomes indígenas começam a voltar apenas depois que as populações nativas reais foram removidas e não são mais uma ameaça para os colonizadores. Esse reconhecimento das contribuições indígenas ao Brasil também pode ser encontrado no trabalho de Gilberto Freyre sobre a miscigenação e a recriação de uma identidade nacional que inclui as culturas indígenas e africanas no início do século XX. Jorge Amado expande, no plano da literatura, essas ideias, celebrando o Nordeste e a cultura nacional como mestiça, evocando as heranças indígenas e africanas na Bahia (de Deus Pinheiro 2016). É importante ressaltar que a Barra de São Miguel do Rio de Contas só se tornou Itacaré no século XX, depois destas mudanças culturais e políticas no Brasil.

Embora quase todos agora cheguem a Itacaré de carro, historicamente foi o oceano que proporcionou sua conexão com o resto do Brasil e o mundo. Itacaré foi fundada em função de seu porto, cuja existência proporcionou tantas conexões econômicas, sociais e culturais com o resto do mundo. Como cidade portuária, o transporte marítimo era das atividades mais importante. Dona Bela, que foi criada em Itacaré e tem visto todas as mudanças ao longo das décadas, descreve como,

“Lá no Forte tinha um trapiche de Matos Souza, era uma firma de cacau. E este chão aqui na esquina aí era outro trapiche de Cacau, chamada Correia Ribeiro. Correio Ribeiro tinha umas barcas grande que carregava cacau, e tinha navio também. Imprensa era navio, Porto Seguro era navio, barçaça. Tinha Carai,

Santarém, Camamu, Brasileira, estas eram do Correia Ribeira. Tinha outras pessoas que tinha navio e barcaça, mas eram próprio. Tinha Mestre Anízio que tinha uma barcaça grande chamada Lealdade, carregava cacau. Era velha. A Imprensa e Porto Seguro era navio a motor. Tinha outras pessoas que tinha particular, próprios, tinha seu Álvaro Reis que tinha um barco que carregava cacau. Tinha Tete, Conceição que era de um Senhor. Tinha um cunhado que tinha três navios, Etário, um navio a motor, o Atlas, que era de motor, e um pequeno chamada Cisne Branco. Este teve uma explosão e se acabou. Não sobrou ninguém, estava carregando estudantes que estudavam em Salvador. E quando explodiu este barco morreu uma porção. Foi uma tristeza para o lugar, foi uma porção, tudo daqui, tanto rapaz, quanto moça” (Dona Bela, entrevista, 13 de Fevereiro 2012).

A última história de Dona Bela conta a tragédia da Cisne Branca. As crianças de Itacaré costumavam viajar para Salvador para cursar o ensino médio. Eles frequentaram o ensino fundamental em Itacaré e, se fossem bons alunos e os pais tivessem dinheiro, eles iriam para Salvador fazer o ensino médio. Às vezes, poderia ser uma viagem perigosa.

Outro pedaço da história na areia ao longo da orla principal é a caldeira enferrujada do Humaitá, um navio a vapor alemão que encalhou em Itacaré enquanto carregava soldados brasileiros para a Guerra do Paraguai (1874-1876). Isso comprova o tamanho dos navios que trafegavam no porto agora assoreado. Contudo, nas décadas seguintes, uma série de investimentos em infraestrutura no interior fez com que Itacaré fosse excluída da rede de transporte.



Figura 11: Sobrados da época do cação no centro de Itacaré.

De 1920 a 1926, o Porto de Ilhéus foi ampliado e em 1923 foi construída uma ferrovia ligando-o porto às regiões produtoras de cacau de Ubaitaba e Aurelino Leal (Melina 2011, Couto 2007). Essas contínuas medidas de desenvolvimento em outras regiões tiveram quase como efeito colateral uma crescente marginalização do porto de Itacaré, pois os produtos eram levados por estradas e trilhos de trem para Ilhéus e de lá despachados. Em 1954, Itacaré despachou 3.800 toneladas de cacau em comparação com 96.282 toneladas despachadas de Ilhéus (Meliani 2006). Durante o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, diversas estradas foram construídas, incluindo a BR-101 que liga o Norte ao Sul do País mas passou por Ubaitaba no interior, deixando Itacaré longe do asfalto.

Além disso, duas grandes barragens construídas, Pedra e Funil foram construídas em 1964 e 1969 no Rio de Contas para controle de enchentes e produzir energia hidrelétrica. Sua construção mudou os padrões de sedimentação do baixo Rio de Contas. Pesquisas sugerem que as barragens reduziram o volume e a intensidade dos eventos de inundação, diminuindo a capacidade do rio de abrir o canal e causando aumento do assoreamento (Campos 2002). Dona Bela descreve como;

“Aí era o cais, está aqui não tinha areia, quando enchia era só água, mergulhava de cabeça em frente do cais, era fundo. Depois foi descendo esta areia depois a barragem do Funil. Aí, foi descendo esta areia, entulhando aí. Era muito diferente. [Chegava barco maior.] Ficava fundeada aqui e no forte, era fundo. Está cheio de areia, agora está raso” (entrevista, 13 de Fevereiro 2012, Dona Bela).

Desde então, o porto perdeu a capacidade de receber os grandes navios que ali atracavam para transportar cacau. Agora, até mesmo os pequenos barcos de pesca estão frequentemente deitados de lado na lama da maré baixa.

Como Itacaré se tornou cada vez mais isolada, sua população realmente começou a se contrair até a década de 1970. Posteriormente, com o aumento do turismo, a população começou a se expandir novamente, mas desta vez concentrada no centro urbano e não nas regiões rurais onde o cacau era produzido. Parte dessa redução populacional também se deve à perda dos bairros do interior de Itapira e Pedrinhas (que se tornaram Ubaitaba) em 1933 e do Distrito de Pioro com as aldeias Laje do Banco e Poço Central, que se tornou Aurelino Leal em 1961 (Setúbal, O Município). Essa redução da população também indica a importância cada vez menor do porto de Itacaré à medida que novas redes de transporte foram desenvolvidas.

O único distrito que ficou com Itacaré é Taboquinhas, uma pequena cidade localizada na extremidade superior navegável do Rio de Contas, no fundo de uma série de corredeiras. Os barcos subiam e desciam o rio, transportando materiais e pessoas importantes de um lado para outro. Essa área era importante na produção de cacau. A primeira estrada de terra para Itacaré passava por Taboquinhas ligando Itacaré às áreas produtoras de cacau do interior. Foi somente com a construção da BR001 em 1998 que Taboquinhas ficou cada vez mais isolada, à medida

ANO	POP. TOTAL	POP. URBANA	POP RURAL
1950	23.117	3.468	19.649
1957	23.396	3.309	19.887
1970	14.104	2.617	11.487
1980	13.211	3.027	10.184
1991	18.431	4.275	14.156
2000	18.120	7.951	10.169
2010	24.340	13.670	10.670
2020	28.684		

Tabela 2: Gráfico da População de Itacaré de 1950 a 2019 (Setúbal, Aspectos Históricos e IBGE)

que a população de Itacaré começou a explodir com a nova economia do turismo.

Cabruca e a Mata Atlântica

O cacau é cultivado de duas maneiras: primeiro a terra é totalmente desmatada e o cacau é cultivado a pleno sol. O segundo método é o sistema cabruca, que responde por cerca de 50-70% das plantações de cacau no sul da Bahia (Aguiar et al 2003). No sistema cabruca, o cacau, naturalmente uma árvore de sub-bosque, é cultivado em florestas naturais desbastadas seletivamente, nas quais cerca de 1/3 das maiores árvores são cortadas, deixando cerca de 50-60% da cobertura das árvores (Bright e Sarin 2003). Bright e Sarin descrevem um ciclo de cacau de 30 anos em que a diminuição da fertilidade do solo leva à diminuição da produção. Em resposta, mais árvores são cortadas, o que aumenta a produção no curto prazo, mas ainda mais degrada e seca os solos e, eventualmente, danifica as árvores e a produção futura, momento em que novas terras são desmatadas. Embora o cacau cultivado na cabruca tenha demonstrado conter significativa biodiversidade vegetal e animal, o baixo recrutamento de novas espécies e uma alta mortalidade de espécies significam que a floresta é gradualmente e continuamente degradada sob o sistema cabruca (Sambuichi 2006).

Durante o início do século 20, a rápida expansão do plantio de cacau levou a muito desmatamento e guerras foram travadas enquanto os fazendeiros expandiam suas terras, vividamente descritos nos romances de Jorge Amado (Robben 1989).

Apesar da violência, o crescimento econômico da região dependia do cacau. Porém, em 1899, o fungo Vassoura de Bruxa, endêmico da Amazônia, atacou as plantações de cacau, causando uma queda de 75% na produção e levando ao abandono de muitas plantações de cacau na região. Grandes proprietários de terras mudaram para a pecuária, exploração madeireira e plantações de eucalipto, com cerca de 80% do cacau cabruca convertido para outros usos desde a epidemia da vassoura de bruxa (Aguiar et al 2003, Couto 2006). Embora variedades resistentes de cacau tenham sido desenvolvidas, elas ainda precisam ser amplamente adotadas (Bright e Sarin 2003). Esses processos refletem um ciclo de ocupação da terra descrito por Young, no qual a terra é limpa para a expansão agrícola, levando ao crescimento econômico e ao aumento da especulação da terra. À medida que a produção agrícola diminui, a necessidade de trabalho diminui e há um êxodo rural enquanto a terra permanece degradada (Young 2003).

Uma pequena história de reforma agrária

A história do sistema de sesmarias e o grande número de escravos no Brasil significava que a maior parte das terras pertencia a uma pequena porcentagem da população. A terra concedida pela Coroa deveria ser cultivada dentro de cinco anos ou devolvida à Coroa, embora isso quase nunca fosse de fato imposto. No entanto, estabelece uma precedência na qual a terra deve ser limpa e usada produtivamente. Somente em 1822 e 300

anos de colonização é que o sistema de sesmaria terminou, oficialmente quando Dom Pedro II anunciou a Independência do Brasil de Portugal e estabeleceu uma monarquia no Brasil. Este foi também o início das mudanças nos sistemas políticos e econômicos que trariam a Nova República no início do próximo século.

Em 1850, foi criada uma nova Lei da Terra. Com a pressão da Grã-Bretanha, o tráfico de escravos fora recentemente proibido e as novas ideias econômicas cada vez mais compreendiam a terra como uma fonte de produção e não simplesmente um sinal de status social. A Lei de Terras de 1850 efetivamente criou a propriedade privada, mas também exigiu que a terra fosse obtida por herança ou compra. As terras que já estavam ocupadas podiam ser reivindicadas, mas era impossível obter novas terras por meio de usucapião, ou simplesmente pela ocupação e posse. Todas as terras não ocupadas pertenciam ao estado e precisavam ser compradas. Isso foi feito com o intuito de garantir mão de obra, proibindo os imigrantes (que estavam sendo procurados para substituir o trabalho escravo decrescente) e em breve os escravos libertos, de migrarem para interior e se estabelecerem em novas terras, obrigando-os a comprar terras do estado ou dos proprietários anteriores. Leis foram estabelecidas para manter a estratificação social e limitar o avanço e ascensão de ex-escravos. Alguns estados do Sudeste realizaram leilões de terras que resultaram na divisão territorial, mas sua maior parte permaneceu sob controle governamental. A lei trabalhou para

consolidar a posse de terras nas mãos de famílias poderosas e tradicionais, o que tornou mais difícil para que a população em geral fosse legalmente proprietária.

Nesses períodos existiu uma quantidade considerável de terras devolutas, ou seja, que não pertenciam a ninguém e não estavam sendo utilizadas pelos governos Federal, Estadual ou Municipal. Em 1861, a distribuição de terras foi descentralizada, dando aos estados e municípios o direito de vender as não ocupadas. Isso deixou um poder considerável no governo local, favorecendo a elite regional no controle e ocupação da terra (Couto 2007). A Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988 trabalharam para novamente centralizar esse poder no Governo Federal, criando normas mais claras para definir os direitos fundiários de posse (Couto 2007). Atualmente, todas as terras não reclamadas dentro dos limites da cidade pertencem ao Município, enquanto as rurais não reclamadas pertencem ao Governo do Estado.

Foi só na Constituição de 1946 que a terra foi definida como tendo função social, e foi somente com a Constituição de 1988 que se tornou possível ao estado a desapropriação de terras com vistas à reforma agrária. A reforma agrária se sustenta na ideia de que a terra deve ser usada de forma produtiva o que leva a reivindicações por elas. Depois de um longo tempo em que o controle legal da terra foi restritivo, uma nova legislação foi criada para legalizar aquilo que de fato já acontecia às margens do sistema legal, a ocupação fundiária por pequenos proprietários.

ários. Essa história de leis fundiárias explica a distribuição desigual de terras, o que perdura nos fatos de que a maioria das pessoas não tem o título completo das terras em que vivem, e de que os sistemas informais floresceram fora do sistema legal.

Após o colapso da economia do cacau com o fungo Vassoura de Bruxa ao final da década de 1980 no Sul da Bahia, grandes proprietários abandonaram suas fazendas de cacau arruinadas ao deixarem de ser produtivas. Os pequenos agricultores que viviam e trabalhavam nessas propriedades ficaram à deriva, estabelecendo-se em periferias urbanas. Ao mesmo tempo, a ditadura militar chegava ao fim e a reforma agrária ganhava espaço na nova Constituição de 1988 que previa a base legal para a apropriação de terras improdutivas. No Sul da Bahia, os pobres sem-terra adaptaram-se a essas mudanças ocupando fazendas privadas improdutivas e abandonadas, que não cumpriam um propósito social de estabelecer assentamentos de reforma agrária. Para estabelecer legalmente um assentamento de reforma agrária, o INCRA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, irá identificar uma fazenda, comprá-la do proprietário e então permitir que pessoas nela se instalem, ou mais comumente, agricultores sem terra invadem e ocupam a fazenda, fazendo então uma petição para que o INCRA legalize sua ocupação. O grande exemplo histórico disso possivelmente sejam as famosas reformas agrárias empreendidas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), nas quais os militantes ocupam terras, organizam protestos e trabalham por

políticas de reforma agrária em todo o país, enquanto grupos menores também trabalham de maneiras semelhantes (Robles 2001, Wolford 2010).

A reforma agrária é um movimento maior em toda a América Latina, geralmente promovido por governos de orientação popular, para redistribuir grandes propriedades improdutivas aos pequenos agricultores, como forma de desafiar a concentração histórica de terras nas mãos de famílias da elite, resultado da colonização europeia. No Brasil, a concentração de terras começou com as Capitanias e foi mantida com leis agrárias que constantemente favoreciam os ricos e tornavam difícil para as classes sociais marginalizadas obterem posse legal da terra (Grindle 1986). Apesar da Constituição do Estado Novo de 1946 decretar que a terra tinha finalidade social, devendo ser usada de forma produtiva em benefício da sociedade, na prática isso envolvia pouco mais do que retórica intelectual. Embora a reforma agrária tenha ocorrido aos trancos e barrancos, apenas a partir da Constituição de 1988 se estabeleceram os procedimentos legais que facilitam a transferência de terras, especialmente durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (Ondetti 2008). O declínio do cacau, o consequente abandono da região pelos latifundiários e o declínio geral da economia, em conexão com a democratização nacional, proporcionaram o contexto para o Sul da Bahia liderar a reforma agrária. Com isso, Itacaré foi um dos primeiros municípios do país a ter um secretário municipal de reforma agrária, instituído

por Edgar Reis, advogado da reforma agrária que mais tarde exerceria o cargo de prefeito entre 1989-1990. Esses processos também ilustram como a implementação da reforma agrária foi uma resposta à pressão política e se tornou uma forma de relacionamento patrono-cliente.

Nesse período, os trabalhadores rurais se organizaram e lutaram por diversos assentamentos de reforma agrária em Itacaré. O município comprou várias fazendas menores na área para criar assentamentos, enquanto o estado da Bahia e o INCRA foram pressionados a comprar diversas fazendas maiores. Uma das primeiras e mais significativas delas para o desenvolvimento urbano de Itacaré é a Marambaia, área que o INCRA se apropriou em 1986, assentando trinta e duas famílias em mais de oitocentos hectares, cada uma recebendo vinte e cinco hectares. Os envolvidos lembram do processo tão sangrento e violento no qual o fazendeiro contratou pistoleiros para impedir as ocupações das terras pelos trabalhadores. Posteriormente, ativistas locais e agricultores sem-terra estabeleceram vários outros assentamentos de reforma agrária na região. Embora os processos municipais, estaduais e federais sejam diferentes entre si, o ideal é que no final do processo os trabalhadores paguem por suas terras e os empréstimos que obtiveram para construir e melhorar a terra dentro de quinze a dezessete anos e, eventualmente, recebem o título legal completo de sua terra. O processo visa proibir a especulação de terras e exigir que os trabalhadores utilizem a terra de forma produtiva para seu sustento.

As primeiras áreas de assentamento da reforma agrária na década de 1980 incluíam muitas áreas densamente florestadas, incentivando os colonos pobres a desmatar e cultivar a terra. O estado via o desmatamento como uma melhoria da terra e, portanto, ajudava a reforçar a reivindicação legal de um ocupante sobre sua terra (Dean 1997). No entanto, muitas dessas terras florestadas e inutilizadas eram frequentemente terras impróprias para a agricultura, o que muitas vezes explica porque permaneceram florestadas num primeiro momento. À medida que ativistas ambientais e organizações conservacionistas começaram a reconhecer a importância ecológica da Mata Atlântica na região, a mudança da legislação ambiental em nível federal também modificou a natureza dos assentamentos de reforma agrária. Assentamentos subsequentes foram estabelecidos apenas em áreas já desmatadas ou com sistemas de cabruca, implantados com cacau que poderiam gerar renda. Embora a terra florestada tenha sido vista anteriormente como improdutiva e sem condições de cumprir sua função social e, portanto, disponível para apropriação pelo Estado, ela passou a ser vista como importante e digna de proteção. Terras florestadas também se tornaram valiosas para o mercado imobiliário, pois os migrantes de novas amenidades queriam construir suas casas cercadas por florestas e pagaram mais por terras com árvores maiores. O turismo, assim como os crescentes movimentos ambientais, contribuíram para essas mudanças de perspectivas a respeito da floresta no Sul da Bahia.

Reivindicar terra devolutas (terras públicas não reclamadas) e fazendas privadas abandonadas como espaços potencialmente públicos abre espaço para que as agências governamentais distribuam essas áreas aos pobres sem-terra que a merecem. No entanto, as muitas complicações - tais como muitos requerentes não reconhecidos para esta terra; os complicados sistemas de posse da terra e burocracias estatais ineficazes - muitas vezes tornam os processos reais de distribuição dependentes de um sistema político mais responsivo, em vez do sistema legal formal. Na verdade, a origem desses processos geralmente está na ocupação informal, e não da compra formal. Como veremos mais adiante, a maioria dos novos bairros de Itacaré teve sua gênese nesse tipo de distribuição informal de terras que mais tarde foi legitimada, com alguma ou outra medida, por pressões políticas. A organização política dos residentes em associações comunitárias torna-se um processo chave para a afirmação de seus direitos coletivos e individuais ao espaço, e os capacita a interagir com os políticos e burocracias locais de forma mais eficiente (Lazar 2007). Esse complexo processo de negociação entre moradores, políticos e burocratas determina o uso dos espaços públicos e é essencial para a regularização fundiária e o crescimento urbano. Embora extrajudiciais, essas negociações não são um fracasso sistemático, mas sim a maneira como o sistema político funciona para fornecer alguma forma de redistribuição de terras (Mathews 2008).

O turismo, ao inflar rapidamente os valores das terras, adiciona outra dimensão a essas negociações já complexas. O título de terra gerado pela reforma agrária é concedido aos beneficiários com base no seu valor de uso (para viver e cultivar) e na lei federal que reconhece que a terra deve ser usada para cumprir sua função social. O turismo, ao aumentar drasticamente o valor de troca da terra, torna seu valor agrícola insignificante. Com isso, a terra pode ser imediatamente vendida, fazendo com que aqueles que foram beneficiários, se mudem ou passem a ocupar apenas uma fração daquilo que lhes foi originalmente destinado. Mesmo sem títulos legais, alguns residentes nos assentamentos de reforma agrária venderam algumas de suas terras de qualquer maneira, porém a preços significativamente mais baixos devido ao seu status legal questionável. Os conflitos entre a posse legal e informal, a mudança dos valores da terra e suas diferentes avaliações são questões fundamentais para compreender os impactos sociais de uma economia turística que vem chegando em Itacaré.

Capítulo 7: Pescadores

“Mas voltando para o Rio de Contas, a cidade de Itacaré começou a desenvolver neste sentido, chegou 72 e ficou parado. Então 72, 80 tudo parado, não tinha tráfego, vivia pessoal do peixe. Os nativos que tinha sua roça, e pescava. E o pesqueiro aqui é muito perto, dizem que o Itaquarense, vai porque aqui é plataforma continental, pessoal sai para pescar e volta meio dia. Ficava todo mundo sentado, na saúde, com barriga, sem fazer nada. Só tinha este movimento. Tinha um turismozinho no verão, mas ninguém aguentava ficar aqui. Quando cheguei aqui e não era verão, as casas antigas, muitas eram destruídas. Olhava dentro com os móveis, parecia que estava no passado, foi a sensação que tinha quando cheguei em 85. Voltei para Rio de Janeiro e falei, eu vou juntar dinheiro para morar em Itacaré. Aí ...em 87 voltei de novo e comprei a primeira fazenda, sítio aqui” (Claudio Magalhães, entrevista, maio 2012).

Pesca em Itacaré isolada

À medida que as redes ferroviárias e rodoviárias contornavam e isolavam Itacaré, o porto ficava assoreado e os antes prósperos produtores de cacau mudavam-se de Itacaré para cidades em crescimento no interior. A pesca foi uma importante alternativa econômica para os trabalhadores que permaneceram na cidade. Pescadores falam sobre como Itacaré é um lugar fácil para ser pescador. Os pesqueiros mais produtivos ao longo da costa atlântica brasileira são as zonas de transição, onde a plataforma continental rasa termina e afunda no oceano azul profundo. Como a plataforma continental próxima a Itacaré fica relativamente próxima da costa, apenas sete ou oito quilômetros, os pescadores podiam sair para pescar pela manhã e voltar à

tarde. Essa mesma característica geográfica particular também permite que tempestades e ondas cheguem com mais força às praias, o que atraiu os primeiros surfistas. Além da borda da plataforma continental, os pescadores usam regularmente cinco outras áreas ecológicas, incluindo manguezais, rios, a zona das marés, bancos de lama e recifes de coral (Robben 1989). Existem vários tipos de pesca, incluindo redes de lançamento, cerco, arrastão, redes profundas, bem como pesca com vara e linha. Enquanto a pesca perto da costa acontecia o ano todo, em diferentes horários e locais com base no comportamento das diversas espécies, a pesca na zona de transição da plataforma continental acontecia principalmente durante os meses mais calmos do verão.

Apesar da facilidade de pesca e produtividade da área, ainda era preciso ganhar dinheiro como pescador. Os mais velhos relembram o tamanho e quantidade dos peixes capturados, mas notam ironicamente, que, sem ninguém para comprá-los, eles acabavam doando o pescado ou trocando-os dentro da cidade. As relações que os pescadores tinham eram do tipo patrono-cliente, que conectavam os pescadores a mercados maiores que lhes permitiam obter crédito, mas em uma posição subordinada e dependente. As relações econômicas com o mercado de pescado foram construídas em torno de um sistema de clientelismo comum em todo o Nordeste do Brasil, conhecido como sistema meia. Nesse sistema, quando um barco retorna à costa e vende o pescado, os custos de gelo, óleo, gás e manuten-

ção são deduzidos e metade do lucro restante pertence ao proprietário do barco. Se o proprietário também trabalhasse no barco (geralmente como capitão), ele também receberia sua parte nas capturas restantes. Este sistema de meia espelha relações semelhantes para meeiros em terras pertencentes a terceiros e é uma forma de relacionamento entre patrono e cliente no Nordeste do Brasil (Lanna 1995). Outra maneira na qual essas relações tomam forma, é por meio de dívidas, em que mercados ou intermediários adiantam crédito ao pescador antes da captura e serão reembolsados com juros assim que os pescadores obtiverem êxito.

Izio, um velho pescador, magro e bronzado de sol, costumava ficar parado em frente ao rio, observando os barcos que chegavam. Ele foi o primeiro presidente da Colônia de Pescadores Z-18. Naquela época, havia um comprador de peixe que chegava de avião, pousando na praia do outro lado do rio durante a maré baixa, ou em um campo de aviação, nas colinas atrás da cidade, na maré alta. Izio lembra que;

“Mudou porque hoje tudo que você pega vende. Naquele tempo não era assim. Hoje todo pescado que você pega vende. Tudo que você pega, não fica nada. Naquele tempo, tinha um chamado Mandinho, só quem comprava peixe era ele. Comprava o peixe para salgar, tirar para Ubaitaba, estes cantos. Tudo que você chega aqui desaparece, vende tudo. No meu tempo não era assim. Hoje tem um pescador que salga um quilo de peixe? Não tem. Hoje só se fala no gelo. Pescador de hoje, quando chega já entregue para os camelôs. Os camelôs que vendem para os restaurantes, a população, para fora também” (Izio, entrevista, 9 de março, 2012).

Izio contou como o isolamento físico de Itacaré impediu que esse tipo de rede comercial se desenvolvesse plenamente. Alguns peixes foram salgados e vendidos fora de Itacaré por alguns intermediários, mas as pessoas dentro da cidade consumiam a maior parte da pesca. O crescimento do turismo e a chegada da estrada também aumentaram o acesso dos pescadores aos mercados. Agora, a maioria dos pescados são vendidos na cidade em diferentes mercados de peixe, e tudo que não é consumido localmente, é enviado no gelo para centros urbanos maiores.

A Política da Pesca

A Colônia Pesqueira Z-18, fundada em 25 de agosto de 1965, é a mais antiga organização pesqueira da cidade. O Governo Federal organizou colônias de pescadores em todo o Brasil a fim de rastrear e regulamentar a pesca artesanal e fornecer potenciais recrutas para a Marinha. As colônias existem em grande parte para que os pescadores consigam acessar os direitos trabalhistas como aposentadoria federal e benefícios de desemprego, e acesso a outros programas do governo que, de outra forma, eles não conseguiriam receber devido à natureza informal de seu trabalho. Como a colônia é um local importante para a política redistributiva comunitária, a liderança da colônia pode ser um caminho para o envolvimento político local.

Nas últimas décadas pescadores tem formado várias associações para se defenderem e melhorar sua posição financeira. Cada um desses grupos tem uma história e uma organização

social própria. A ASPERI, Associação dos Pescadores de Itacaré, reúne muitos dos proprietários de barcos, fornece gelo para os barcos afiliados, compra e revende o pescado. Outra cooperativa foi criada para fazer embarcações de águas profundas por meio de um programa governamental de incentivo a esse tipo de e tem treinado um grupo de membros nos últimos anos. Todos os pescadores que estão nessas outras organizações também estão associados à Colônia Z-18.

Embora as pessoas sempre tenham pescado para subsistência, a importância da pesca flutuou ao longo dos diferentes ciclos econômicos. Com o declínio do cacau em função da praga Vassoura de Bruxa nos anos 80, muitas pessoas da região que haviam trabalhado nas plantações de cacau migraram para o litoral e passaram a pescar para sobreviver. A pesca cresceu em importância quando outras alternativas econômicas tornaram-se menos viáveis. O boom da lagosta no sul da Bahia no início dos anos 1990 contribuiu para esse crescimento, quando um grande número de trabalhadores veio para o litoral para se tornar pescador de lagosta. A demanda externa pelas lagostas alimentou o frenesi de sua colheita em pequenas cidades ao longo da costa, que rapidamente esgotou a pesca. Os pescadores se lembraram de como, “A cidade cheirava mal, tanta lagosta que a gente pescou! Montanhas de lagostas!” (Weigand 2003). As pessoas descreveram como pilhas de cabeças de lagosta caíam nas ruas e toda a cidade cheirava de peixe podre. De repente, os pescadores tinham bicicletas, TVs, rádios e todos os tipos de bens de

consumo enquanto lucravam com os ganhos inesperados de curta duração. Esse período de superexploração foi caracterizado pela extrema competição, suspeita e roubo de lagostas e redes.

Embora parte disso tenha sido atribuído ao grande número de pescadores vindos de fora, o resultado final foi um enfraquecimento dos sistemas tradicionais de gestão da pesca. Apesar da percepção dos forasteiros de Itacaré como isolada e pré-moderna, este episódio é outro exemplo de como a cidade foi conectada a forças maiores do mercado em diferentes períodos históricos.

O crescimento do turismo no verão e o maior acesso a tecnologias e equipamentos de pesca como gás, gelo e crédito também mudaram a pesca em Itacaré. Motores e barcos maiores tornaram a pesca de água profunda mais segura durante todo o ano, e os calendários de pesca agora funcionam de acordo com o calendário turístico tanto quanto com os padrões climáticos naturais. Essas mudanças também mudaram a organização social dos pescadores com três grupos distintos de pescadores. Um grupo está associado ao porto e esses pescadores costumam ser de outros pontos do litoral e atracam em Itacaré durante a temporada de camarão ou de outras migrações de peixes. Alguns deles até se mudaram para Itacaré e ali se estabeleceram. Muitas embarcações usam redes de arrasto para camarão, e por isso são maiores e com motores mais potentes, proporcionando maior retorno econômico. O segundo grupo são nascidos principalmente em Itacaré e geralmente pescam com barcos menores e pesca mais com linha. O terceiro grupo inclui aqueles que

pescam principalmente nos rios e manguezais em vez de em mar aberto, usando canoas e barcos menores. Os manguezais são locais importantes para a presença de tainha e outras espécies que migram entre o rio e o oceano e também fornecem caranguejos, mexilhões, lenha e taninos da casca do manguezal vermelho, importantes na preservação das redes. Marginais e pantanosos, os manguezais costumam ser as últimas terras a serem habitadas, geralmente ocupados pelos posseiros excluídos de outras terras. Essas divisões sociais evidenciam a idealização simplista dos pescadores e sua posição social na cidade anterior ao desenvolvimento do turismo.

Pescadores e Conhecimento do Mar

Etnografias clássicas de comunidades pesqueiras costeiras no Nordeste do Brasil descrevem como os pescadores, especialmente nos manguezais e estuários, têm sido muito marginalizado social e economicamente (Forman 1970, Cordell 1989). Em Itacaré, o manguezal está associado ao bairro de Porto de Trás, um quilombo urbano. Essas etnografias ilustram como os pescadores construíram um elaborado sistema de posse e formas de gestão de recursos com base no respeito que lhes dá um senso de propriedade e orgulho (Cordell 1989, Cordell e McKean 1985). Além disso, os estudiosos documentaram a etnoecologia das comunidades pesqueiras do Atlântico, examinando a precisão do conhecimento dos pescadores locais sobre a reprodução e migração dos peixes (Silvano et al 2006). Esta

pesquisa descreve práticas tradicionais de pesca, conhecimento ecológico, posse do mar e território, enfatizando a eficácia das práticas locais de manejo e técnicas de pesca, ao mesmo tempo em que detalha as crescentes ameaças e invasões pelas frotas pesqueiras industriais (Diegues 1983, 1992, 1994, 2004, Begossi 2001, 2006). Os etnoecologistas também descreveram os sistemas locais de posse marinha e a durabilidade de longo prazo desses sistemas, às vezes durando gerações (Begossi 1998, 2006).

Estas pesquisas etnoecológicas desafiam a noção do oceano como espaço vazio, descrevendo uma geografia local na qual os rios, manguezais e mares próximos à costa são marcados por cabeças de coral, marcos marítimos e um elaborado sistema de triangulação em que edifícios, montanhas e outros marcos em terra são usados, em combinação com linhas de prumo para testar a profundidade e a composição do fundo, para marcar locais de pesca no oceano aberto. Esse conhecimento é guardado e os pescadores fazem de tudo para esconder seus melhores locais de pesca dos concorrentes (Forman 1970, Cordell 1989). Esta pesquisa enfatiza que as águas próximas à costa, embora comumente entendidas como espaços públicos e, portanto, pertencentes ao governo nacional, já são utilizadas, ocupadas e administradas por pescadores por meio de sistemas tradicionais de posse. Em toda Itacaré, sistemas tradicionais semelhantes para o uso do espaço público entraram em conflito com os sistemas



Figura 12: *Barcos de Pesca em Frente do Centro de Itacaré. Foto por autor.*

legais de posse da terra, uso e acesso a praia e trilhas, já que os desenvolvedores de resorts tentaram fechar o acesso costeiro tradicional.

Como a pesca requer um conhecimento detalhado do ambiente local, ser pescador estimula um forte apego ao lugar. Conectado por sistemas tradicionais de posse, práticas comuns de pesca e marginalização econômica compartilhada; pescadores desenvolveram um forte senso de identidade local em relação aos veranistas mais ricos e turistas posteriores. Muitos moradores se autodenominam “filhos de pescadores,” um status que indica sua longa ligação com Itacaré, mas poucos jovens estão optando por se tornarem pescadores. Nenhum dos quatorze filhos sobreviventes de Joaquim é pescador e o que mais pesca trabalha como salva-vidas. A filha de Catu, um pescador e eletricitista nativa, disse a ele que quer ser bióloga, para “defender os bichos” e que ele “pescou todos aqueles anos para apoiá-la” (Catu, entrevista, 30 de abril de 2012). Porém, mesmo que a geração mais jovem trabalhe no turismo, na prefeitura ou em outras ocupações, sua ligação com quem pesca sinaliza sua legitimidade e ligação com Itacaré como vila de pescadores. Por causa desse status, os pescadores também se envolveram em muitos movimentos políticos e ambientais importantes na região. Muitos pescadores locais trabalharam lado a lado e apoiaram grupos que lutaram por direitos à terra, acesso público às praias e o estabelecimento de áreas de conservação.

Jovens locais que aprendem a surfar descrevem como o conhecimento sobre marés, ventos e correntes que aprenderam com parentes mais velhos enquanto pescavam se traduziu em surf. Ambas as atividades requerem tipos semelhantes de conhecimento específico de ambientes marinhos próximos à costa e observações de padrões naturais. Surfistas e pescadores organizam suas vidas em torno de marés, ventos e ondas, em vez de horários e relógios. Por exemplo, tanto os surfistas quanto os pescadores ocupam fisicamente as áreas costeiras, passando horas todos os dias observando e falando sobre o oceano e suas mudanças de marés e clima; esperando a chegada de barcos ou turistas para uma aula de surf.

Capítulo 8: Surfistas

“Todas estas cidades litorais eram esquecidas, perdidas durante décadas, Itacaré é uma delas. Com o aparecimento da divulgação do surfe ao mundo, que chegou ao Brasil e ao Bahia, os surfistas baianos foram procurando os picos. ... Estava vindo para as cidades esquecidas como Olivença, Ubaitaba. O que que acontece, diz que um dia Ronaldo Fadul, viajou, vagou, tu não chegas neste lugar, até que chegou a Itacaré. Quando ele acordou, na Tiririca, viu as altas ondas, de um metro e meio, pipocando, pó velho. A partir daquele dia, no final da década de 70 que Ronaldo Fadul viu aquelas ondas, pode escrever um novo capítulo na história de Itacaré” (Adroaldo, entrevista, 17 de julho, 2012).

A chegada dos surfistas a Itacaré foi o início de sua nova guinada para a economia do turismo. Os surfistas introduziram uma contracultura cosmopolita de ativismo social e consciência ambiental que influenciou os estilos arquitetônicos, o desenvolvimento dos bairros e o estabelecimento de áreas protegidas no município. Os moradores locais, no entanto, inicialmente não receberam bem aos surfistas, cujas atitudes de uma cultura alternativa entravam em conflito com as normas sociais conservadoras da vida em cidade pequena, que desaprovavam o uso de drogas, o hedonismo e a aparência desleixada dos surfistas. Gradualmente, à medida que o surfe criou maior visibilidade para a cidade na mídia regional e nacional e ajudou a expandir a indústria do turismo local, ele se tornou parte da identidade local.

A educação dos surfistas e suas redes sociais ajudaram os residentes locais a se organizarem contra os grandes proprie-

tários de terras, estabelecerem áreas de proteção ambiental e a lutarem pelo acesso à praia. No entanto, os surfistas também iniciaram os processos que levaram ao desenvolvimento de uma economia turística e novas formas de exclusão e marginalização para a população local. Embora inicialmente houvesse muita cooperação entre as pessoas de fora e locais, muitas dessas organizações originais eventualmente foram se desfazendo à medida que a cidade crescia. O surfe é uma esfera na qual os jovens locais podem participar do desenvolvimento da economia turística. Além disso, a Associação de Surf de Itacaré é uma das organizações onde moradores e recém-chegados têm trabalhado juntos de forma eficaz e duradoura para trazer mudanças sociais, em parte porque a cultura compartilhada do surf deu a esses diferentes grupos um terreno comum.

A vinda do surfe em Itacaré

Muitos surfistas viam Itacaré como um paraíso escondido do surfe, um belo lugar para escapar dos confins da vida urbana. A chegada dos surfistas em Itacaré representou um momento distinto de atrito cultural; um encontro estranho entre a juventude urbana e os residentes locais que deram início aos processos de desenvolvimento do turismo, conflito de terras e conservação ambiental que moldaram a paisagem física e social. Ronaldo Fadul foi o primeiro surfista a fixar residência em Itacaré. Ele estava morando em Salvador e ouviu de alguns surfistas anteriores Carlos e Mário Suárez, Hernane Castro, Carlos Paulista,

Mário Cabral Filhos e Cly Loylie sobre as ótimas ondas em Itacaré. Pouco tempo depois, ele e alguns amigos pegaram um fusquinha velho e começaram a jornada para o sul. Chegaram a Ubaitaba à noite e continuaram dirigindo durante a madrugada, percorrendo estradas de terra lavadas e rios caudalosos sem pontes. Eles chegaram à praia no momento em que o sol estava nascendo sobre as longas e belas linhas de ondas que se aproximavam. Ronaldo conta sua experiência assim;

“Quando olhei para o mar, seis ondas, uma em cima da outra, parecendo uma colher, vindo lá do horizonte crespo. O horizonte era crespo, do horizonte até a praia era aquele espelho de água. Na beira da praia, não tinha uma gota de espuma, juro por deus pela fidelidade de meus filhos. Quando olhei para estas ondas, puxei o freio de mão no carro e parti para baixo, e peguei as melhores ondas da minha vida. Foi a onda mais perfeita, mais imaginária que eu já vi. Eu disse para mim mesmo, isso é o que é surfe, o resto é resto. Aquilo que a gente estava acostumado a pegar lá, por uma coisa que me mostrou o que que é uma onda perfeita, ... Eu fui abençoado por aquele dia, foi um dia épico, um dia marcante para mim, um dia que disse aqui que eu vou fazer minha vida, aqui que eu vou criar meus filhos, eu vou fazer minha história” (Ronaldo Fadul, entrevista, 16 de abril, 2012).

Um ano depois, em 1974, Ronaldo voltou para Itacaré para ficar lá definitivamente. A vontade de abandonar as perspectivas de trabalho, família e responsabilidades sociais na capital diferenciava-o como um dos primeiros de um novo tipo de migrante para Itacaré, aquele que veio em busca de um novo estilo de vida e de relacionamento com a natureza. Como o primeiro surfista a fazer

isso, Ronaldo é creditado por estabelecer o surfe em Itacaré. A maior parte da população da cidade, mesmo quem não surfa, concorda que a chegada dos surfistas e as mudanças que eles trouxeram marcaram o início de um novo capítulo na história.

Com algumas exceções, os moradores de Itacaré não ficaram inicialmente animados com esses recém-chegados. Em todo o Brasil, durante os anos 60 e 70, os surfistas eram estereotipados como “maconheiros” e “vagabundos” e eram desprezados por uma generalizante associação às drogas ilegais, hedonismo juvenil e irresponsabilidade social. Joaca, um destes primeiros surfistas que vinha de Salvador e depois se-mudou para Itacaré, descreve esse primeiro momento de contato cultural,

“Na realidade eu me sinto participe, responsável pela introdução da cultura daqui. De passagem na época, era visto com muitos maus olhos. A polícia perseguia, na verdade ocorreu uma série de ocorrências policiais com surfistas no primeiro momento. A galera vinha de Salvador, pensando que vinha para o paraíso e como a maconha sempre fez parte da cultura do surfe, a galera vinha com uma bagulhinha para fumar e tinha um delegado que prendeu mais de 10. As pessoas vinham desarmada e não sabia, vinha armada e pegava a galera na praia. Estava preso, respondia processo, foi uma perseguição no primeiro momento contra o choque cultural que causamos que foi até caso de polícia” (Joaca, entrevista, July 14, 2012).

Essas histórias ilustram as diferenças culturais e de classe social entre os surfistas e os residentes locais, o que reforçou as reações negativas dos moradores aos primeiros surfistas que chegaram.

Uma exceção notável era Seu Joaquim, que morava na praia. Ele deu as boas-vindas aos surfistas visitantes à pequena cidade e os acolheu.

No início, vários dos primeiros surfistas a se mudarem para Itacaré compravam barcos de pesca e trabalhavam como pescadores como forma de sobreviver em uma economia que oferecia poucas opções. Outro, aproveitou o fato de ter carro e ligações em Salvador para comprar e revender pescados da região para restaurantes e hotéis da capital. A maioria dos surfistas de fora acabaram se mudando e envolvendo-se nos mercados de turismo mais lucrativos que se desenvolveram mais tarde.

Os primeiros meninos locais como Caneta, Tubão, Bocais, Luizão, Carlinhos, Elias e Silo aprenderam a surfar no final dos anos setenta. Alguns meninos locais que não podiam comprar pranchas de surfe serviam como guias e levavam surfistas as praias rurais remotas para poder pegar pranchas emprestadas depois que os visitantes terminassem de surfar. Os surfistas visitantes emprestavam pranchas para as crianças locais para que eles tivessem alguém com quem surfar ou deixavam uma prancha para pagar a comida e o aluguel depois que saíssem de Itacaré, e aos poucos, um pequeno grupo de crianças locais aprenderam a surfar.

No início, muitos dos pais dos primeiros surfistas locais os proibiram de surfar. Miguel, um surfista da primeira geração de Itacaré e ex-presidente da Associação de Surfe de Itacaré,

lembrou que “surfista era sujeiro, era maconheiro, sabe. Era discriminação total naquela época. Era filho de papai, filho de gente rica que viajava. Para a gente pegar onda, a gente pegava escondido, pô, dos pais” (entrevista, 14 de março de 2012). Assim, como jovens espertos em todos os lugares, eles escondiam suas pranchas na mata ou na casa de um amigo e surfaram em segredo. Tubão, um dos primeiros surfistas locais, filho de um militar aposentado e chefe da polícia local, descreve a reação de seus pais ao afro de surfista: “meu cabelo era grande. O velho não queria o cabelo grande. Cabelo grande era de vagabundo. Ai meu irmão tinha cabelo grandão mesmo, loiro, e meu era castanho, encaracolado, enrolado” (entrevista, 27 de janeiro de 2012). Seus pais, no entanto, estavam travando uma batalha perdida à medida que o surfe continuava a crescer e eventualmente se tornou um caminho para o envolvimento na crescente economia do turismo.

A identidade de Itacaré como cidade do surfe e destino turístico desenvolveram-se em conjunto. A imagem do surfe começou a mudar à medida que revistas e campeonatos de surfe trouxeram reconhecimento externo e colocaram Itacaré no mapa como destino turístico. À medida que o turismo explodiu nos anos que se seguiram à pavimentação da BR 001 em 1998, as lojas de surf, os shapers de pranchas e as escolas de surfe tornaram-se uma parte crescente da economia local. O proprietário de uma loja de surf local descreveu como a discriminação parou quando o surf se tornou um bom negócio. O

surfe forneceu uma via de potencial melhoria econômica para os meninos locais, ensinando-lhes certos códigos culturais e perspectivas associadas à classe média urbana. Nessa perspectiva, aprender a surfar não é apenas começar um novo esporte, mas também aprender um novo conjunto de valores e habilidades que criam oportunidades econômicas e culturais. Aprender a surfar oferece aos jovens locais novas perspectivas, sensibilidades estéticas e vocabulários que os permitem interagir numa economia turística em crescimento. Essas habilidades podem ser transformadas em oportunidades econômicas por meio de escolas e lojas de surfe, fazendo e consertando pranchas, ONGs ambientais e campeonatos de surfe.

O impacto e a influência do surfe no lugar e na população de Itacaré fornecem uma boa sinopse da influência do turismo em geral. A história de vida de Caneta, um dos primeiros surfistas locais, ilustra bem esses processos. Ao contrário da maioria dos outros primeiros surfistas locais, ele veio de classe social mais baixa da cidade. Ele foi criado por mãe solo em uma casa de taipa e nunca conheceu seu pai, um marinheiro de passagem. Depois de aprender a surfar, ele se casou com alguém de fora da cidade. Com o tempo, eles construíram uma casa numa colina com uma grande varanda e vista para o mar, baseada nas casas de praia havaianas que ele viu em revistas de surfe. Ele plantou na encosta da colina árvores frutíferas tropicais porque queria estar em meio à natureza. O aluguel desta e de outras propriedades para estrangeiros que vêm morar ou

visitar Itacaré por longos períodos de tempo tem proporcionado a ele uma renda estável ao longo dos anos. Examinando uma velha fotografia em preto e branco da área, fiquei surpreso ao ver que a colina atrás de sua casa era um monte gramado, muito diferente de seu estado atual de floresta. Dessa forma, sua sensibilidade estética do surfe também transformou a aparência da cidade.

Surfistas transformam a Cidade

O surfe, ao conectar Itacaré como um esporte em crescimento é percebido como aventureiro, jovem e com consciência ambiental, colocou Itacaré no radar nacional e internacional, ajudando a consumir seu estabelecimento como destino de ecoturismo em um momento crucial, que incentivava os investimentos governamentais e privados que transformou radicalmente a cidade. Os surfistas que se mudaram para a cidade também trouxeram dinheiro para investir e abrir novos negócios, bem como um senso estético que moldou esses novos negócios (Stranger 1999). Eles organizaram a Associação de Surf de Itacaré, que lhes deu uma voz organizada para a participação nos processos políticos.

Muitos contam que surfistas, a maioria vindos de partes mais urbanas do país, foram os primeiros forasteiros a investir e começar a comprar terrenos em Itacaré. O terreno que mais lhes interessava ficava perto das praias e, com isso, a cidade começou a se expandir do centro ao longo da orla ribeirinha em direção às praias oceânicas com suas ondas maiores.

Muitos dos surfistas que chegaram vinham de uma boa formação escolar e tinham experiência em organização e trabalho pela justiça social. Em várias ocasiões, conversei com chefes de ONGs ambientais, professores universitários, médicos, advogados, arquitetos e outros profissionais de Itacaré apenas para descobrir que eles também eram surfistas e vieram inicialmente surfar, depois se mudaram para lá e estabeleceram-se em suas respectivas profissões. Jaime Matos, um dos primeiros organizadores da Associação de Surfe, descreve que,

“Mas a comunidade teve grande lucro com este trabalho. O surfe vem com esta luta. O surfe vem através desta luta que eu participei e trouxe o primeiro campeonato para cá. Eu surfava, vim para surfar. Só que eu encontrei um problema social muito sério. A comunidade não tinha direito de se rebelar e lutar para que é seu. Plantei várias organizações de profissionais, advogados, desenhistas, artista plásticas, surfistas, músicos, e fizemos um movimento, uma conquista de espaço” (Jaime Matos, entrevista, 22 de Março, 2012).

Esta citação descreve como os primeiros surfistas e outros de fora trabalharam com os habitantes locais e se organizaram contra a desigualdade social e as injustiças. Eles fizeram parte de um momento durante o início dos anos 90 que resultou no aumento significativo no número de ONGs no Brasil com o fim da ditadura militar e a expansão da sociedade civil. Em Itacaré, esse processo aconteceu quando forasteiros se organizaram junto aos moradores locais para desafiar as disparidades sociais e econômicas existentes. Embora a maior dessas lutas tenha sido em torno dos direitos à terra e espaços públicos, esses grupos

também se organizaram em torno do ativismo ambiental, educação e outras iniciativas sociais.

Em 1989, um grupo de surfistas externos e locais fundaram a Associação de Surf de Itacaré, uma das ONGs mais antigas e em atividade contínua na cidade. Embora a inspiração original para a ONG, o estatuto e a estrutura organizacional tenham vindo de pessoas de fora que tinham as habilidades acadêmicas necessárias, eles perceberam como era importante que o primeiro presidente fosse nativo de Itacaré. Dentro da cultura do surfe, o senso de conexão e o conhecimento dos praticantes locais sobre os *picos* da região são respeitados. Esta dinâmica de combinar conhecimento externo, conexões sociais e recursos financeiros, com reivindicações locais, provou ser altamente eficaz em uma variedade de lutas políticas e ambientais.

Ao longo dos anos, a Associação de Surf de Itacaré expandiu sua influência para incluir uma ampla variedade de ações além do surf. A Associação é membro votante de diversos conselhos municipais e do Conselho de Gestão da APA de Itacaré-Serra Grande. Jadson, um dos fundadores da Associação Itacaré de Surf, lembra o importante papel desta:

“Exatamente, a gente observa nas outras cidades que o surfe trata só de si mesmo, ele toma para si só a matéria surfe. Itacaré, como nós crescemos junto com a cidade, nos desenvolvemos junto com a sociedade, a Associação acabou que participando das decisões importantes dela, então é uma entidade que é sempre lembrada o quando há uma reunião social, quando a sociedade se reunia, quando a comunidade organizada se reúne, a

associação de surfe de Itacaré é sempre convidada a participar e tem uma voz ativa. As opiniões, as coisas que a Associação de Surf reflete, coloca, são realmente valorizadas porque a gente vem acompanhando este processo desde o início, do renascimento de Itacaré” (Jadson, entrevista, 19 de abril, 2012).

Jadson passou a descrever as maneiras pelas quais a Associação de Surf de Itacaré tem participado do desenvolvimento local e se organizado em uma ampla variedade de questões em torno do desenvolvimento juvenil, meio ambiente, acesso e gestão de praias e turismo.

Uma das conquistas mais marcantes da Associação de Surf de Itacaré tem sido chamar a atenção da mídia nacional para a cidade por meio da promoção de campeonatos de surfe. A associação começou com competições locais e regionais menores, que atraíram principalmente competidores regionais. Um campeonato de surfe atrai muitos visitantes, que precisam de hospedagem, alimentação e outros serviços, proporcionando alguns dos primeiros negócios para os estabelecimentos turísticos. É importante destacar que os concursos deram visibilidade para Itacaré num momento em que o Estado da Bahia começava a investir fortemente no turismo como estratégia de desenvolvimento. Eventualmente, uma variedade de campeonatos regionais, nacionais e internacionais de surfe chegaram a Itacaré. Por meio dos torneios e da atenção da mídia, os surfistas divulgaram Itacaré como destino e passaram a reimaginar a paisagem. Ao invés de uma monótona vila de pescadores ou mesmo uma próspera cidade portuária, Itacaré começou a ser imaginada

como um paraíso para surfistas, com águas mornas, ondas constantes e florestas tropicais. Essa perspectiva pode ser melhor vista em um artigo de 1994 sobre Itacaré na Fluir, a maior revista de surfe do Brasil. Vários moradores citaram este artigo como a inspiração original para largar tudo e se mudar para Itacaré, ilustrando o poderoso efeito desses imaginários. Essas representações não apenas reformulam a maneira como as pessoas veem Itacaré, mas também remodelam fisicamente o ambiente à medida que as pessoas chegam e a transformam em seu próprio paraíso místico.

Com a passagem do tempo, Itacaré cresceu e se tornou um importante destino turístico com o surfe no centro desta identidade. Em 2011, um reality show, denominado “Nas Ondas de Itacaré”, estava sendo filmado e transmitido pela Globo, maior rede de TV brasileira e força dominante na mídia. Em 2016, Disney XD filmou Juacas, uma série de surf para adolescentes em Itacaré que foi transmitida para toda a América Latina. Esses programas ilustram como o surfe continua sendo o ícone mais marcante do município na mídia. A representação de Itacaré como uma cidade do surfe também ajudou a moldar sua imagem como destino de ecoturismo.

Surfe e o Ambientalismo

“O surfe foi que fez Itacaré renascer, mostrou um outro lado que não enxergava, que é o lado do potencial natural. Depois do surfe as pessoas vieram e identificaram que Itacaré é um lugar legal para rafting, para rapel, tem quedas, rapel de cachoeiras, é legal para arvorismo, off-road na península de Maraú. As

peessoas que vieram através do surfe ajudaram a identificar que Itacaré tinha outros potenciais de natureza. E o surfe que realmente fez a Itacaré renascer” (Jadson, entrevista, 19 de abril, 2012).

Os surfistas descrevem como o surfe estimulou uma cultura crescente de ambientalismo na cidade, desenvolvendo o ecoturismo, a participação em organizações ambientais e o ativismo ambiental. O surfe também ajudou a desenvolver uma nova perspectiva em relação às praias e à topografia costeira (Ford e Brown 2006). Miguel, ex-Presidente da Associação de Surf de Itacaré e ativista na conservação das praias, explica o impacto dos primeiros surfistas visitantes na cidade.

“Estes caras já era ecologistas natos, vieram para Itacaré a perceberam aquela situação toda, curtindo aquele paraíso ecológico, vamos preservar este pico, via que tinha um potencial de surfe, nacional, internacional. Aqueles caras tinha a visão naquela época. Os caras eram considerados os surfistas malucos belezas daquela época” (Miguel, entrevista, 14 de março, 2012).

Miguel aponta a perspectiva conservacionista dos surfistas. Pessoas que em suas viagens em busca de ondas puderam observar outras áreas costeiras rurais que foram destruídas pelo desenvolvimento desenfreado. A perspectiva dos surfistas, como forasteiros e “ecologistas natos,” fez com que percebessem a importância de preservar a região. No Brasil, podemos ver essas representações no filme *Menino do Rio*, filme de 1981 sobre um surfista carioca que busca romanticamente uma socialite de classe alta. O filme contrasta o mundo da cultura europeia, elite, alta moda, balé clássico e baladas noturnas com a cultura do

surfe, mais natural, que se pega livremente nas idealizações de culturas pré-modernas, incluindo luaus havaianos, enterros vikings no mar e um retorno lúdico ao Éden, com surfistas a acampar, a comer frutas frescas e a brincarem nus em cachoeiras. Ao retratar a cultura surfe como um retorno à natureza, abre-se a possibilidade do ambientalismo do surfista. Como um dos primeiros filmes no Brasil dirigidos explicitamente para a juventude, vinculou o surfe a uma cultura jovem emergente que era vista como nova e emocionante (Silva 2011).

Ao invés de ser único esporte ambientalista, o surfe se assemelha a trekking, hiking, rafting, escaladas e um número crescente de esportes ao ar livre que incentivam o ambientalismo (Dias 2008). Jadson, descreve como os surfistas e seus aliados começaram a produzir uma cultura de preservação ambiental na cidade:

“Porque a gente faz um esporte dentro da natureza. Então o surfista prima pela conservação ambiental, pela conservação, pela limpeza das praias. Então ele é um ambientalista por natureza. Então, como o surfe e o surfista fomos os primeiros no renascimento de Itacaré, o surfe passou a pulsar nos quatros cantos da cidade, já que o surfe que atraia os novos visitantes. Então aquelas pessoas que vinham para Itacaré é por que tinham alguma ligação com a natureza, com surfe. Se não surfava era um simpatizante, vamos dizer assim. Então esta mentalidade de conscientização pela conservação ambiental, de veio pela própria natureza do esporte. E as pessoas que vinham eram simpatizantes, ou pessoas que surfavam e esta mentalidade começou a ser implantada na cidade, a questão da conservação, da manutenção da natureza, da limpeza, da conservação dos nossos patrimônios naturais” (Jadson, entrevista,

abril 19, 2012).

Quando os surfistas foram questionados sobre a influência do surf no ambiente, palavras como “natureza,” “costumes,” “cultura” e “filosofia” sugerem uma conexão inerente entre o surf e o ambientalismo. Em Itacaré, os jovens que aprenderam a surfar mais prontamente adotaram e se identificaram com os ideais ambientalistas.

Os surfistas se descrevem repetidamente como "ambientalistas natos," "automaticamente guardiões da natureza" e "ambientalistas por natureza". Eles atribuem essas qualidades inerentes às longas horas passadas na água, aprendendo a ler os ventos, ondas e marés que ajudam os surfistas a entender e apreciar a natureza. Os surfistas também descrevem como estão entre os primeiros a sofrer o impacto da degradação ambiental na qualidade da água e como os impactos do desmatamento podem afetar os padrões de chuva, vento e erosão que interferem na qualidade das ondas. De muitas maneiras, essas auto-descrições sobre ter uma conexão especial com a natureza são parte de um fenômeno maior em que revistas, filmes e museus de surfe retratam os surfistas como uma espécie de tribo neo-indígena, que por sua vez, imaginam-se detentores de uma conexão inata e espiritual para o mundo natural (Rutsky 1999, Canniford e Shankar 2007, Conklin e Graham 1995). Alguns chegam a argumentar que o surfe como prática cultural combina a apreciação estética, corporificada e espiritual do oceano para criar uma “religião da natureza aquática” (Taylor 2007). Enquanto outros

pesquisadores argumentam que os surfistas seriam mais especificamente um grupo ligado ao consumo de roupas, equipamentos e viagens de surfe, perspectiva essa que aproximaria seus praticantes da maioria das culturas de consumo modernas, ambientalmente destrutivas, e que os surfistas não participaram dos movimentos ambientais de nenhuma maneira significativa (Buckley 1999, 2002, Hill e Abbot 2009, Westwick e Neushal 2013). Não sei se a cultura de surfe mundial é ambientalista ou não, mas em Itacaré os surfistas lutavam pelo meio ambiente.

Geralmente jovens, educados e idealistas, muitos dos surfistas que começaram a se mudar para Itacaré eram ativos em várias ONGs que começaram no final dos anos 80 e início dos 90. Os surfistas foram fundamentais para estabelecer a primeira organização ambiental, o Grupo Ecológico do Boto Negro, que foi estabelecido em 1987 em resposta ao encalhe de um grupo de Botos Negros na Praia da Piracanga, uma praia a aproximadamente 7 km quilômetros ao norte de Itacaré. Adroaldo, um dos primeiros líderes desses movimentos, descreveu como os forasteiros se apegaram a Itacaré e queriam ajudar a cidade, formando uma variedade de organizações para proteger e desenvolver a cidade que passaram a amar.

“Era tudo sobre isto, a beleza de Itacaré, as ondas de Itacaré, o windsurfe na boca da barra, entendeu, uns ventos booms. A gente não podia estar só olhando aquilo sem fazer nada. Além do movimento da questão agrária da terra, tinha outras coisas de Itacaré que era para ser resolvido ontem, isto tudo sem que a gente quisesse mesmo. Pela qualidade de vida que a gente queria em Itacaré a gente não podia ficar de braços

cruzados” (Adroaldo, entrevista, Julho 17, 2012).

A Associação de Surf de Itacaré se organizou contra o abrupto avanço de hotéis, lutou pelo acesso do público às praias e pressionou o governo a retirar os vendedores não regulamentados das praias urbanas e rurais.

Capítulo 9: A Estrada e Turismo

“Mas Itacaré tem outros ciclos. Quando a região mergulhou em crise, Itacaré emergiu. Itacaré fez um movimento. Esta região toda fez um movimento para baixo com o cacau, e Itacaré fez um movimento para cima com o procedimento do turismo, que o grande marco foi a rodovia Ilhéus-Itacaré em 1998. Rodovia Ilhéus-Itacaré chamada BR-001. Itacaré teve o privilégio, foi contemplada por este evento que criou uma nova perspectiva, num processo de transição que não foi planejado. A população não estava sequer preparada e o turismo criou muitos aspectos perversos naquela comunidade, a comunidade local, a comunidade nativista. Porque de repente houve uma supervalorização de tudo e a população despreparada vendeu por preços baratos e não tinha preparo para se inserir na nova economia. Ela foi uma população extrativista ligada à pesca e à agricultura. Ao chegar o turismo que está especializada em serviços, não encontrou a comunidade preparada. Então ficou para a população local o subemprego, vigilante, jardineiro, porteiro, cozinheiro. Os bons empregos vêm a mão de obra de fora. Aí criou um elemento interessante que hoje Itacaré é uma mistura, você tem uma matriz reduzida nativista e está nos cantos e uma grande quantidade de gente que veio de fora atraído pela fantasia do turismo” (Roberto Setubal, entrevista 4 de julho, 2012).

O turismo é o principal processo econômico que impulsiona as mudanças em Itacaré atualmente. A história da cidade foi moldada por sua conexão com o mundo exterior e os mercados de pau-brasil, ouro, diamantes, mandioca, cacau e agora, o turismo. O turismo é uma das maiores indústrias do mundo, pois cada vez mais pessoas querem viajar para conhecer novos lugares e ganhar novas experiências. Os antropólogos argumentam que as pessoas visitam outros lugares em busca da autenticidade.

dade encontrada na natureza, na história e na cultura. Itacaré com suas ondas, rios, cachoeiras e construções históricas da era do cacau têm todos esses elementos.

Em 1994, teve início o Programa de Desenvolvimento de Turismo chamado pela sigla PRODETUR. Era um programa federal para desenvolver o turismo como indústria nacional com diferentes segmentos para o Norte, Sul e Nordeste. O PRODETUR Nordeste investiu R\$ 670 milhões de 1996 a 1999, com pouco menos da metade para aeroportos e rodovias (Cabral 2006). O projeto PRODETUR mais significativo para o desenvolvimento do turismo em Itacaré foi a construção da rodovia BR 001, que liga Itacaré ao aeroporto de Ilhéus. A estrada é tão significativa que as pessoas sempre discutem a história de Itacaré em termos de pré e pós-estrada. A estrada permitia fisicamente que pessoas, capital e turismo se deslocassem para a região por meio dessa artéria recém-criada.

A construção da BR001 e PRODETUR

Os primeiros surfistas que chegaram a Itacaré, no início dos anos 70, sentiram que haviam descoberto o paraíso, uma idílica vila de pescadores com ondas perfeitas, onde o tempo tinha parado. O centro da cidade era simplesmente formado por duas ruas estreitas de paralelepípedos que corriam paralelas ao rio, onde um punhado de barcos de pesca estavam ancorados na costa. Casas menores de tijolo e taipa, chamadas de casas de

pescadores, cercavam as mansões em ruínas originárias do boom anterior do cacau. Joaca descreveu como,

“A Praia da Concha era mata virgem, um dos melhores ecossistemas, uma das maiores biodiversidades que já vi estava naquele ecossistema onde é hoje o loteamento Conchas do mar. A mata atlântica entrava na cidade por todos os lugares, quintais, todos os terrenos vazios que existia muito” (Joaca, entrevista, 14 de julho de 2012).

A exuberante floresta tropical parecia estar lentamente engolindo a pacata cidadezinha. As pessoas descreveram que chegar a Itacaré foi como voltar no tempo. No entanto, a aparência atemporal da cidade foi resultado de algumas décadas recentes de abandono, quando as estradas pavimentadas e a nova infraestrutura de transporte no interior contornaram a cidade e diminuíram sua importância portuária.

A história inicial de Itacaré baseou-se em sua conectividade, como um porto de pau-Brasil, diamantes, ouro, farinha e cacau. Eventualmente, na década de 40, a trilha que saía da cidade foi alargada e gradualmente tornou-se uma estrada de terra ligando Itacaré às áreas produtoras de cacau de Taboquinhas e Ubaitaba. As pessoas descrevem a viagem de trinta quilômetros que durava três horas ou três dias. As pontes eram inexistentes e uma forte chuva tornou a estrada intransitável. Zé Eduardo, que visitava Itacaré como veranista desde 1969 com a família, descreveu o caminho inicial.

“Mas a primeira estrada foi Taboquinhas para aqui. Conheci muita gente que trabalhou na abertura desta estrada aí, Sr Antônio Santos, gente, que trabalhou abrindo esta estrada. Foi aberta praticamente na mão,

na enxada. Depois tinha máquina mas começaram a abrir na mão. Depois tinha máquinas. Eu vi a inauguração destas pontes todas para Taboquinhas. Foi na administração do Dr Coutinho, estas pontes. Estas pontes foi quem fez o Dr Coutinho. Que era prefeito daqui. Mas abriu a estrada e a gente tinha que passar por dentro dos riachos que tem cortando a estrada. Aí passava por dentro dos riachos” (Zé Eduardo, entrevista, 29 de junho 2012).

Um dos primeiros donos de pousada descreveu como trouxe de volta um monte de pisos debaixo do ônibus. Depois de horas na estrada de terra, o piso estava todo quebrado então ele acabou fazendo um mosaico com os pedaços quebrados.

A pavimentação da BR001 em 1998 rompeu definitivamente o isolamento de Itacaré e mudou profundamente a cidade, gerando novos fluxos de pessoas, investimentos e ideias na região. Em vez de seguir para Taboquinhas e para as regiões produtoras de cacau do interior, a estrada seguia pelo litoral direto para Ilhéus e o aeroporto mais próximo, seguindo uma antiga trilha telegráfica, desviando-se para o interior apenas quando exigido pela topografia íngreme. Este desvio da estrada indica a crescente importância das áreas costeiras para o turismo tal como as áreas interioranas para o cacau. Discutindo as memórias populares da cidade antes da estrada e as mudanças que ela trouxe, vou mostrar o impacto da estrada em Itacaré.

Os primeiros forasteiros a se mudarem para Itacaré a descreveram como uma vila de pescadores esquecida pelo tempo, um paraíso ecológico no fim do mundo. O paraíso é a natureza domesticada, segura e pacífica. Eles descreveram a

cidade como o exato oposto da sociedade moderna. Neste “paraíso perdido”, as interações econômicas eram todas baseadas em um sistema de troca. Ninguém tinha dinheiro, mas também não havia quase nada para se comprar. Sem lojas e embalagens, não havia lixo na cidade. Todo mundo conhecia todo mundo na cidade e sabia sempre que alguém novo chegava. As pessoas pegavam seus colchões e dormiam na calçada quando suas casas estavam muito quentes. As pessoas deixavam suas portas e janelas abertas o tempo todo e era comum entrar nas casas tranquilamente procurando por alguém e apenas para encontrar a casa vazia, mas deixada aberta. Não havia crime nem drogas. Não havia carros. Os automóveis e a mobilidade, o desenvolvimento e o consumo que proporcionam tornaram-se sinais dos problemas e benefícios da modernidade. Aqui estão algumas dessas histórias da chegada de vários moradores que foram chegar ao longo dos anos:

“Tranquilíssimo, muito tranquilo. Não tinha carro. Eu acho que só tinha um carro. Tinha três pousadas. A noite era 6 da noite, tudo deserto, estava tudo fechado. Tinha um bêbado andando pela rua, um gato, um cachorro. Era um fim do mundo. No inverno parecia 100 Anos de Solidão. Você já leu o livro? Era bem aquilo, do Gabriel Garcia Márquez, o modo de viver das pessoas. No verão todo mundo botava colchão na calçada e dormia porque as casas são quentes então o ar-condicionado natural estava na rua. Então todo mundo dormia no chão e se largava e deitava na rua. Tinha uma inveja. Queria também fazer, mas não tinha coragem. Também tinha as crianças que brincavam. Não tinha carros então a rua era da gente. Pessoas andava no meio da rua. As crianças brincavam de roda,

cantiga de roda. Alimentação era muito mais tradicional. Não tinha supermercado. Era uma vida bem mais simples, saudável. Não tinha biscoitinho, aqueles salgadinhos não existiam. Lixo não tinha. Tinha uma casca de banana, um espinho de peixe, mas não tinha lixo. Era uma vida muito mais tradicional” (Nicole, entrevista, 26 de junho, 2012).

“Já estávamos cansados de São Paulo, daquela poluição toda. Saímos para o Nordeste Foi maravilhoso, lindo, lindo, lindo, bem rústico mesmo. Para começar, não existia carro aqui. Os únicos carros que tinham era uma caçamba da Prefeitura e uma ambulância. Meia que precária ainda, aí foi assim. Era tudo maravilhoso naquela parte. Saímos da agitação toda e chegamos aqui e encontramos este lugar, o paraíso, do sol, praias lindas, lindas, lindas. Não tinha este movimento todo. As pousadas não existiam. Era assim, uma pousada Paraíso era um camping, era uma casa de madeira, um campo aberto. Ele alugava para botar barracas que vinha. Era uma coisa muito simples mesmo, que era o bom da coisa” (Dona Judite, entrevista, 12 de abril, 2012).

Em suma, os primeiros migrantes dos centros urbanos do Brasil para Itacaré viam a cidade como um paraíso pré-industrial, pré-capitalista e pré-moderno, totalmente afastado dos problemas dos centros urbanos. Desde que a estrada foi construída em 1998, a cidade dobrou de tamanho e triplicou sua população. Problemas urbanos de crime, roubos, tráfico de drogas e escoamento de esgoto acompanharam esse crescimento. A partir dessa transição, seria fácil escrever uma história sobre a queda do Éden quando o turismo devastou a cidade, mas o processo real é muito mais complicado.

Essas descrições idílicas de Itacaré como o paraíso antes da estrada quase sempre foram oferecidas por migrantes de classe média ou alta ou por residentes com outros meios de subsistência fora da cidade. Embora alguns nativos mais pobres de Itacaré às vezes descrevam a falta de violência ou poluição com nostalgia, eles nunca descartaram as duras dificuldades econômicas de antes da estrada. Não sei quantas vezes os moradores mais pobres disseram que nunca queriam voltar aos dias anteriores à estrada - uma época de sofrimento, fome e dificuldade. Eles sempre descreviam como era também uma cidade sem emprego, sem lojas, sem hospital, sem escola secundária e sem ter como ganhar dinheiro. As narrativas das mudanças trazidas pela estrada, feitas por moradores locais, com menos condições financeiras enfatizam o subdesenvolvimento econômico e não idealizam o passado.

“Aqui era a cidade do não tem, procurava uma coisa e não tem, farinha não tinha. Tinha uma pousada e um restaurante, restaurante lá na Praça do Canhão e pousada logo na entrada da rua. Não tinha uma farmácia. Não tinha nada. Era uma vida, trabalho muito pior, só pescador ou trabalhar na prefeitura, desta prefeitura pobre que não tem condições de nada. Cheguei até esta cidade e gostei. Dá para se ver que ela tinha tudo para crescer, mas era uma cidade sufocada”
(Dona Otilia Nogueira, entrevista, 25 de abril, 2012).

“A mudança mais marcante aqui foi o asfalto. O asfalto foi uma coisa que impressionou. Tinha aqui uma faixa, no máximo seis carros. De 98 para cá aumentou de uma forma assustadora. Nem televisão as casas tinham, geladeiras muito menos. Pessoal costumava secar o peixe para comer aos poucos. Quem tinha televisão,

tinha famílias mais abastecidas que colocava a televisão, branco e preto, em frente de casa e todo mundo assistia. Até lá na praça do Marimbondo, se você olhar, tem um lugar era de televisão. Jogos estas coisas, até novela as pessoas pegavam as cadeiras de casa e ficava assistindo. Hoje não, todas as casas têm televisão. Fogão a gás não tinha, muito gente queimava no quintal de casa, foguinho no quintal de casa. Agora nem tanto, antes o índice de analfabeto era muito grande, na zona rural era mais intensa. A zona rural não tinha luz elétrica, agora a casa na zona rural tem” (Nilson, entrevista, 29 de março, 2012).

“Mudou para o melhor. Não tinha emprego. O emprego aumentou. Restaurante aumentou. Pousada aumentou. Agência de turismo aumentou. Tudo aumentou. Quando aumenta uma coisa, quando aumenta para um, aumenta para outros. Ajudou bastante” (Dona Nilsa, entrevista, 6 de março, 2012).

“Era outra cidade. Era tudo precária. Não tinha trabalho. Não tinha nada. Pessoas viviam de pescar no mangue. Coisas eram atrasados. Agora é um paraíso. Não é o que era” (Dona Antônia, entrevista, 6 de julho, 2012).

Essas narrativas locais sobre as mudanças trazidas pela estrada raramente eram nostálgicas sobre o tempo anterior à estrada. Eles se concentraram na falta de alimentos, empregos e bens materiais antes da estrada e viram o crescimento econômico trazido pela estrada e pelo turismo, apesar dos problemas, como uma grande melhoria. Embora reconheçam que drogas, crime e poluição também acompanharam a introdução da estrada, o resultado final foi visto como positivo, especialmente por aqueles que antes eram mais marginalizados. Isso é o inverso da

maioria dos forasteiros que viam a estrada como a destruição de tudo o que havia de bom em Itacaré (Oliveira 2007, Delgado 2009).

A estrada também trouxe uma enorme mudança demográfica com o crescimento populacional e a urbanização, já que a maior parte desse crescimento se concentrou na cidade de Itacaré, e não nas áreas rurais circundantes, à medida que as pessoas vinham em busca de trabalho criada pelo novo boom turístico. Esse crescimento pressionou a infraestrutura pública, especialmente no que se refere a lixo, esgoto e espaço para expansão urbana. Wellington, um dos primeiros proprietários de pousada que observou a mudança da cidade por várias décadas, descreveu o impacto inicial na cidade.

“Quando a estrada foi construída, você recebe um número de visitantes querendo encontrar em Itacaré aquilo que ele encontrava na cidade de sua origem, e as pessoas não sabiam, que era uma mudança brusca depois da estrada, de 2500 para 7000. Não tinha estrutura. A luz elétrica era rural. Faltava água. Faltava comida. Para resumir não tinha estrutura para receber este público e era muito difícil este período. Porque as pessoas exigiam um luxo que não tinha, de uma cidadezinha linda com pouco estrutura, impacto deste progresso desordenada, crescimento desordenada”
(Wellington, entrevista, 2 de julho, 2012).

Muitas pessoas descreveram que a estrada não era necessariamente uma coisa ruim, mas que a cidade não estava preparada para esse tipo de crescimento em termos de infraestrutura básica. Um sistema de esgoto foi construído em 2009, mais de 10 anos após a estrada, e as casas anteriores foram construídas com

fossas sépticas ou simplesmente encanamentos para o riacho mais próximo. Vinte anos depois a estrada, ainda não existe um aterro sanitário adequado. O financiamento da estação de tratamento de esgoto e do moderno aterro sanitário vem da continuação do PRODETUR com a ideia de construir ainda mais a infraestrutura básica para o turismo na região, mas vem devagar.

Ainda como continuação da infraestrutura do PRODETUR, foi construída uma grande ponte sobre o Rio de Contas e a estrada continuava ao norte até Camamu, que já estava ligada por rodovias à região metropolitana de Salvador. Mais uma vez, a conectividade de Itacaré teve um impacto fundamental no tipo de turismo que chegava à cidade. Como Itacaré não fica mais no final da estrada, os turistas agora podem vir a Itacaré por apenas algumas noites enquanto sobem ou descem o litoral para outras pequenas cidades litorâneas.

Wellington equilibra sua nostalgia das condições anteriores à construção estrada com uma avaliação honesta dos benefícios econômicos e reconhecendo sua própria perspectiva idealizada sobre o assunto.

“Muita coisa melhorou em termos, ficou mais fácil as coisas, em termos de materiais de construção, mercado, tudo. Hoje o acesso é mais fácil. Tem Ilhéus, Camamu, tem várias saídas. Não tem dúvida que hoje, em termos de poder aquisitivo das pessoas melhoraram, mas a gente paga um preço bem caro por isto, né. Com progresso chegou a violência, as drogas pesadas, e isto aí. Chega tudo. A cidade vai crescendo e vai chegando as coisas boas e ruins. Mas quem sou eu para falar isto.

Se fosse por mim mesmo, eu lembro aquele, lembro em 1976, aí sim. Assim gravado na minha mente, na minha história de vida. Este foi um presente até de Deus, me colocar nesta época, me ver estas coisas, ali sim, era Itacaré de verdade” (Wellington, entrevista, 2 de julho, 2012).

O tempo anterior à estrada era visto como mais real, autêntico e ideal, principalmente para quem vinha de fora. Embora os residentes possam discordar sobre os benefícios e desvantagens relativas à estrada, ninguém pode contestar as profundas mudanças demográficas, econômicas, sociais e ambientais que ela trouxe. Esse exame da importância da estrada enfatiza o papel fundamental dos investimentos do governo em infraestrutura na região na formação da paisagem.

Turismo e áreas protegidas e públicos

Ainda como parte da PRODETUR, a Bahiatursa, a empresa estadual de turismo, produziu uma nova geografia turística com diferentes trechos do litoral baiano que receberam nomes de diferentes produtos ou eventos históricos. De norte a sul estão a Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos ao redor de Salvador, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias, bem como os Chapada Diamantina no interior e vários outros no interior que foram desenvolvidos posteriormente. Junto com essas designações vieram mapas, sites, anúncios e sinalização que marcavam pontos turísticos como cachoeiras, praias, edifícios históricos e outras atrações. Esses atos conscientes de nomeação e criação de

lugares pelo estado para comercializar o turismo inscreveram novos significados e marcadores na paisagem que foram prontamente absorvidos pelas empresas turísticas locais. Eles também simplificam e cristalizam certos aspectos da história local para diferenciar as regiões como destinos únicos. O turismo, por definição, aumenta a consciência das paisagens cênicas locais e encoraja a proteção dessas paisagens.

Em meados da década de 1990, o PRODETUR estabeleceu uma série de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) em todo o estado da Bahia, todas em áreas costeiras, para preservar a beleza cênica que seria a base de uma nova economia turística. Essa mudança valorizou o ambiente natural como componente essencial para a produção de uma paisagem turística na região. A primeira unidade de conservação do território foi a Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré-Serra Grande, que em 1993, protegia uma faixa de terra de cinco quilômetros do Rio de Contas ao longo da costa. Ironicamente, a designação excluía algumas das terras mais valiosas do ponto de vista ecológico na área mais para o interior; indicando que a APA foi criada para promover o desenvolvimento do turismo costeiro e não somente para conservar a biodiversidade. Além disso, em 1993, a legislação federal e estadual proibiu toda exploração madeireira na Mata Atlântica, exigindo que 20% das terras privadas fossem mantidas em uma reserva florestal e iniciou-se um trabalho para criar uma série de parques, corredores e áreas protegidas para resguardar as áreas remanescentes (Câmara 2003). Mais tarde

em 1997 e 2003, as áreas ecológicas mais importantes eram conservadas com o estabelecimento do Parque Estadual da Serra do Conduru e a expansão da APA.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs) foram elaboradas como parte de uma estratégia de desenvolvimento turístico para proteger áreas sensíveis da degradação ou mitigar os impactos de projetos de infraestrutura turística, como a pavimentação da BR001 em Itacaré (Oliveira 2005). O estado implementou APAs em resposta à pressão de agências doadoras como o Banco Interamericano de Desenvolvimento para minimizar o impacto ambiental de grandes projetos como estradas. As organizações locais também pressionaram o governo para limitar os impactos ambientais do avanço do turismo em geral. A ideia de uma APA é permitir a ocupação, uso e desenvolvimento continuado de uma área, contudo, dentro do parâmetro de um sistema de zoneamento ecológico que regula quais tipos de desenvolvimento podem ocorrer em quais áreas, sendo então, dirigido por um conselho gestor formado por representantes da sociedade civil, poder público e empresas da região. Muitas pesquisas sobre conservação florestal giram em torno do conceito de bens comuns atrelado ao papel das instituições tradicionais; regimes de propriedade na conservação de florestas e o deslocamento privado de antigos bens comuns (Agrawal 2007). No entanto, neste caso, o terreno era originalmente privado e tornou-se cada vez mais público como resultado da intervenção estatal.

Nesse sentido, a criação da APA transformou toda a orla costeira em espaço público, servindo o conselho gestor como um verdadeiro fórum público de conversação e debate sobre os rumos futuros do desenvolvimento da área. O Conselho de Gestão da APA, especialmente em seus primeiros anos, serviu de modelo para outros conselhos em todo o estado, à medida que líderes-chave de ONGs locais foram responsáveis por desenvolver-lo, tornando-o um fórum eficaz de discussão e debate. O Conselho também produziu uma série de documentos, incluindo o “Plano Ambiental Urbano (PRUA)” e “Itacaré 2015”, uma visão futura para o desenvolvimento do turismo na região produzida por consultores externos, e uma série de conferências sobre turismo e sustentabilidade. Embora o Conselho seja deliberativo e consultivo, destituído da atribuição de constituir mandatos legais, ele atuou como um guardião, rejeitando alguns projetos questionáveis e moldando a opinião e a política locais.

O Conselho serviu para reunir lideranças para debater questões de forma transparente, havendo sido assim, uma importante ferramenta para regular e contribuir com projetos de desenvolvimento e implementação de políticas públicas. O Conselho debateu assuntos relativos ao lixo, esgoto, exploração de petróleo, hidroelétrica e os vários projetos grandes que passaram na região. O Conselho transformou a APA em um espaço público, para comentários e discussões sobre diversos projetos, convidando para essas conversas, diversos participantes que foram anteriormente excluídos, efetivando assim, trazendo a

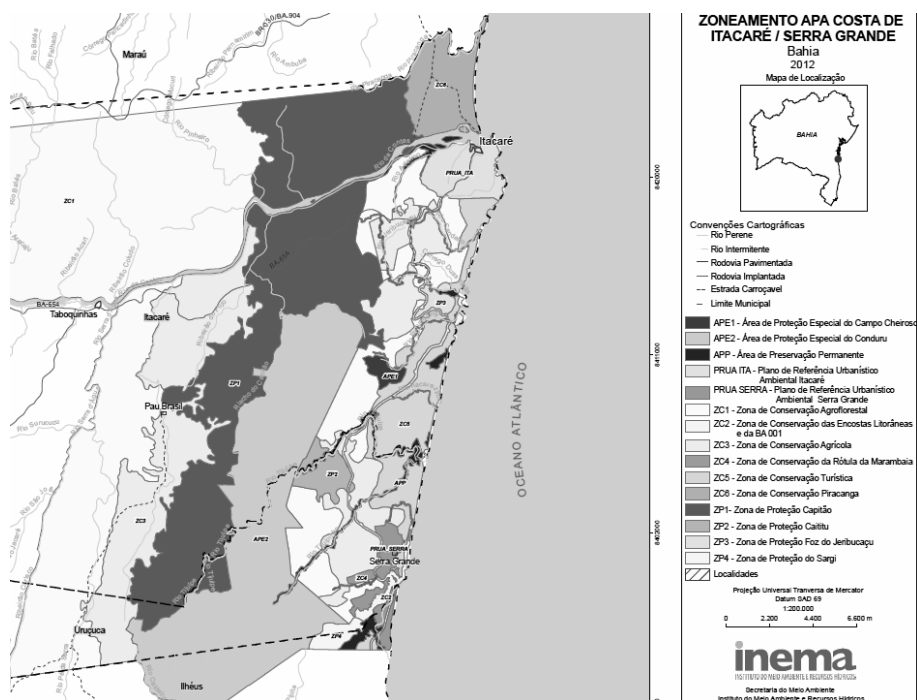


Figura 13: Zoneamento Ecológico e Econômico da APA Itacaré/Serra Grande expandida para incluir o município inteiro.

público o que antes acontecera a portas fechadas.

Além da designação de APA, uma região mais abrangente foi denominada como Reserva do Homem e Biosfera da UNESCO, e em 1991 e em 1997, o Parque Estadual da Serra do Conduru foi estabelecido um pouco mais para o interior, protegendo algumas das áreas ecologicamente importantes que haviam sido originalmente excluídas da APA. Em teoria, o Parque Estadual da Serra do Conduru é estritamente conservacionista, excluindo a maioria das atividades econômicas e trabalhando gradativamente para a compra de terra privada dentro do Parque. Porém, neste caso, mais de dez anos após sua implantação, menos de 50% do Parque pertence ao governo do estado. Ambos os casos destacam os problemas de criação de parques apenas no papel. Os políticos estabelecem parques para satisfazer os eleitores, fazer propaganda de projetos de desenvolvimento e outras motivações políticas, mas não acompanham o financiamento e a mão de obra para realmente consolidar ou manter o parque. Assim como a APA, grande parte da implementação efetiva do Parque Estadual foi feita pelos conselhos gestores locais e ONGs que deles participam, reforçando o controle local, ao invés do estadual, das áreas protegidas.

A crescente institucionalização e profissionalização dos movimentos ambientais locais que levaram a esse sucesso, no entanto, também excluiu alguns residentes o que fez aumentar a tensão entre os locais e os forasteiros. Isso aconteceu num momento em que as ONGs cresciam em todo o país à medida

que a ditadura militar recuava, abrindo espaço para atores não governamentais e as filosofias neoliberais se firmavam, incentivando a sociedade civil a ocupar o vazio deixado pela retirada do governo. O financiamento original para muitos dos projetos associados ao estabelecimento do Conselho de gestão da APA, incluindo boletins, um escritório e programas educacionais nas escolas, veio de uma bolsa de educação ambiental do Banco Interamericano de Desenvolvimento como mitigação dos danos ambientais e sociais causados pela construção da estrada BR001. O Instituto Socioambiental do Sul da Bahia, IESB, localizado em Ilhéus conseguiu a bolsa e contratou moradores do grupo Ecológico Boto Negro para implementar a obra em Itacaré. Um dos primeiros membros do Boto Negro, Ana Paranhos, descreve este período e seu efeito no Conselho de administração:

“Na época foi criado um programa de educação ambiental junto com IESB, do qual eu participei. Foi uma das condições do BIDE para ter a estrada. Para ter a estrada teria que ter um projeto de educação ambiental que preparasse a comunidade para a estrada. Eu acho foi uma fase muita boa assim. Uma fase que se isto tivesse continuado, talvez seria um pouco diferente. Porque o Conselho Gestor reunia as prefeituras da APA, de Uruçuca e de Itacaré, então todas as secretarias ligadas com a questão ambiental, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Turismo, Secretaria de Meio Ambiente estava todos dentro, e todos os órgãos e associações que atuavam no lugar. Teve IBAMA. Teve CRA, que era quem fiscalizava a APA, a Associação de Moradores de Pituba, a Associação de Moradores de Porto de Trás, e a Associação de Pescadores. Reunia muito gente pensando como Itacaré podia ser. Todo o grande projeto passava pelo Conselho. E tinha uma

sede, que hoje é onde tem o Espaço Educar. Era um lugar que a gente procurava a gente, [falando] ‘estou querendo fazer um projeto, será que faço assim.’ Dava de alguma forma de orientar as pessoas. Claro que era uma fase muito, foi 98 a 2000, foi 3 anos de projeto. A coisa não acontecia com a velocidade que começa agora. Estava tudo mais fácil você tentar orientar as pessoas. Abriu este diálogo, o Conselho gestor. Hoje não sei, o Conselho está muito esvaziado. Não sei quem participa nas reuniões. Era todo mês. Não tinha um mês que não acontecesse. As atas eram entregues para todos os membros. Eu era secretária e fazia, tinha um encaminhamento para todos os membros. Porque tinha uma estrutura que bancasse, tinha uma casa, tinha cafezinho, água, às vezes dava transporte para quem vinha de Taboquinhas. Não sei o que, então tinha uma estrutura que ajudava isto acontecer. Porque? Porque o governo acreditava que isto era importante. Então claro, é difícil mobilizar as pessoas sem a mínima de estrutura. Mas é uma pena, por que era um caminho legal. O projeto que abriu um contato com as escolas. As escolas sabiam o que era o zoneamento da APA, o que que era as zonas. A gente tinha uma palestra que fazia nas escolas. A gente tinha uns cinemas que fazia em três lugares diferentes. Foi uma coisa que envolveu a comunidade. O recurso acabou, não foi renovado, e aí partir daí a coisa foi perdendo” (Ana Paranhos, entrevista, 26 de abril, 2012).

Muitos outros ativistas ambientais que estiveram envolvidos nestes movimentos iniciais expressaram um sentimento semelhante, de que este período no início do Conselho da APA, foi o seu momento mais produtivo e desde então expirou, embora ainda houvesse reuniões algo regulares e muitos projetos importantes ainda estivessem em debate nessas reuniões. Os comentários de Ana Paranhos também apontam para as mudan-

ças do ativismo ambiental, com o Movimento de Resistência Ecológica do Boto Negro mudando seu nome para Instituto Ambiental do Boto Negro, para suavizar os elementos combativos do movimento e se concentrar mais na comunicação e no envolvimento da comunidade local.

Mais importante, esta seção demonstra como as áreas de proteção ambiental forneceram locais importantes para o envolvimento público, ao mesmo tempo em que estruturam a natureza desse envolvimento. Ao priorizar a conservação e a proteção paisagística em relação a outros usos, o uso do espaço por parte de ambientalistas estrangeiros e desenvolvedores turísticos é favorecido em lugar de usos extrativos ou agrícolas. No entanto, essas estruturas se desenvolveram, em parte, de baixo para cima, a partir da participação do nível local no processo de governança e não inteiramente das burocracias estaduais de cima para baixo.

Capítulo 10: Crescimento Urbano

“A cidade era bem menor. Você tinha Passagem que era uma fazenda. O Morro de Telebahia e o Outeiro do Santo Antônio não existiam. Pituba existia mas não tão densa, só até o restaurante, acabava a zona condensada. Até a praia era só rocinha. Tinha pessoas que plantavam mandioca, galinha, sitiozinhos, já tinha um pedaço de pedras, e quase até o Resende. Depois quando chegava na ladeira da ribeira tinha calçamento. Já que era muito íngreme. Indo para Porto não tinha tantas casas não, terminava na Praça do Canhão. Tinha uma meia dúzia de casa no lado esquerdo, ... Porto de Trás sempre existia, mais ou menos a mesma característica do que hoje. No Passagem as casas terminavam bem antes da pontezinha, a fazenda já era de Miguel Andrade que depois faleceu. Bairro Novo não existia nada. Existia o campo de futebol. O verde dominava a cidade por volta de tudo. Não existia rua atrás do Posto São Miguel que ia até a Praia da Concha. Praia da Concha não era utilizada por banhista, só por pescadores” (Carmen, entrevista, 14 de julho de 2012).

Com o crescimento do turismo em Itacaré, diferentes bairros se desenvolveram de formas diversas. O centro da cidade é dominado por sobrados neocoloniais da virada do século, que em sua maioria foram convertidos em empresas turísticas. Nos fins de semana, geralmente há um jogo de futebol na areia e, à noite, grupos de adolescentes locais relaxando e dançando com musica tocando nos carros estacionados. Compare isso com a Concha, onde casas rústicas recém-construídas estão escondidas atrás de folhagens tropicais, muros altos e cercas elétricas; proteção contra fantasmas da violência das classes populares que tantas vezes organizam a vida urbana no Brasil (Caldeira 2000).

As ruas empoeiradas estão quase desertas porque as pessoas entram e saem de carro e quase não há restaurantes ou lojas. Cada bairro tem sua aparência, sons e sensações únicos, que os marcam como espaços sociais distintos.

Por causa da especulação imobiliária e da disparada do valor da terra em espaços turísticos (especialmente em certos bairros), ser dono de terra é extremamente importante para estabelecer quem pode se beneficiar da expansão de uma economia turística. A participação na expansão da economia de aluguel e no mercado imobiliário tem sido uma forma importante de algumas famílias locais se beneficiarem do turismo, enquanto outras foram excluídas. Essas negociações criam essencialmente um sistema de propriedade de dois níveis, no qual os ricos são capazes de agregar muito valor à sua propriedade por meio da posse legal da terra, que é, no entanto, amplamente negada aos outros residentes. Por exemplo, no caso da reforma agrária e dos quilombos, ambos os regimes de propriedade concebidos para apoiar as reivindicações de terras dos mais pobres, possuem limites quanto ao direito de venda da propriedade, vetando-lhes o valor de mercado da propriedade, facultando-lhes apenas o acesso ao valor que vem da agricultura ou da moradia. Isso é particularmente emblemático na discussão da história da posse da terra no Brasil, na qual o fraco sistema legal foi usado para consolidar o poder nas mãos das elites. No entanto, esse mesmo sistema fraco sempre permitiu que diferentes grupos sobrevivessem em suas margens.

Em muitos casos, ter um título legal é uma indicação de poder político do que posse legítima da terra. Cada bairro de Itacaré, com sua história específica, envolve uma dinâmica de ida e volta entre os sistemas jurídico e político, à medida que a cidade se expande. As histórias dos bairros Pituba e Concha estão interligadas, pois se desenvolveram a partir de uma mesma propriedade maior, mostrando o impacto direto do desenvolvimento turístico na cidade. Neste caso, impulsiona-se o desenvolvimento para as praias, uma vez que estas se tornam importantes na economia do turismo. Os bairros de Santo Antônio e Passagem ilustram como as regiões populares se desenvolvem entre conflitos e negociações com proprietários de terras, prefeitura e assentados. Esses bairros de classe trabalhadora afastam-se da praia em direção a terras menos valiosas. Por último, a história do Porto de Trás ilustra as transformações e releituras das identidades geográficas e raciais face ao desenvolvimento turístico da cidade. Ao descrever, contrastar e comparar as diversas histórias de cada um desses bairros, este capítulo explora como o desenvolvimento urbano baseado no turismo e nos direitos de propriedade moldaram as oportunidades econômicas de diferentes pessoas em Itacaré.

Fazenda Conchas do Mar e Pituba

Os bairros Pituba e Concha cresceram em direção às praias do Atlântico, foco da vida social do pós-turismo. O bairro da Pituba está localizado ao longo da Rua Pedro Longo que leva às

praias do Atlântico. Este primeiro trecho da estrada tinha algumas poucas casas de pescadores, mas além do riacho e um pouco mais abaixo começava a Fazenda Conchas do Mar. Todos os bairros que se desenvolveram em direção às praias, o fizeram em violento conflito físico e legal, com os proprietários da Fazenda Conchas do Mar. Há muita especulação e debate sobre as origens e a legalidade dessa propriedade. A Fazenda Conchas do Mar foi registrada pela primeira vez em 1940, quando a área foi passada de pai para filho, ocupando 282 hectares, margeando o Oceano Atlântico a leste, o Rio de Contas a norte e com outras três propriedades maiores. Durante todo esse tempo, havia várias pessoas morando na terra em diferentes relações de inquilinato. Em 1976, a empresa Panorama de Hotéis e Turismo, dirigida por Julival Góes, de Salvador, comprou o terreno. De acordo com o contrato, todas as pessoas que viviam na fazenda deveriam receber indenizações justas por meio de um processo pacífico que, como veremos, não ocorreu. Nessa época, viviam cerca de 50 famílias nas terras indiretamente administradas por Manuel Quadros. Em 1986, os novos proprietários começaram a retirar à força as pessoas que viviam na terra (Fernandes 1999, Couto 2007).

A maioria dos residentes locais considera Julival Góes um grileiro, ou alguém que ganha terras com a produção de documentos que comprovem a propriedade. Grilagem é o processo pelo qual as pessoas manipulam os títulos de propriedade e criam títulos de propriedade ilegalmente. O nome grilagem tem origens

diversas. Uma dessas versões seria que grilos eram colocados em gavetas com os títulos de terra falsos para danificá-los, fazendo-os parecer mais velhos. Outras versões dizem que ambos, grilos e grileiros, pulam de propriedade em propriedade, ou ainda porque alguém podia ouvir o som do grilo, mas nunca realmente localizá-lo (Holston 1991). Muitos residentes notaram que esses proprietários nunca pagaram nenhum imposto sobre a terra para o estado ou município, ou sequer fizeram algo para melhorá-la. Um posseiro, que mora nas terras do Concha do Mar há 25 anos e já documentou legalmente sua parcela, queixou-se de que “nunca plantaram um único coqueiro.” Os moradores apontam para o fato de que esse terreno inclui uma pista de pouso de avião, obviamente de propriedade municipal, para ilustrar que se tratava de uma grilagem e não de uma aquisição legal. Outros afirmam que esse título é delimitado, de um lado, pela igreja, incluindo efetivamente metade da cidade na escritura original, o que corrobora a acusação de que o título fora feito ignorando as famílias antes já estabelecidas na área. Eles afirmam que quando o terreno foi documentado, os proprietários olharam apenas algumas outras propriedades que já estavam registradas e, em seguida, tomaram o resto do terreno, ignorando toda a cidade e os residentes vizinhos cujas terras nunca foram legalmente registradas.

Em muitos aspectos, grilagem é o oposto de posse, sendo a forma como alguém ganha direitos legais sobre a terra por meio de papelada, em vez de qualquer trabalho manual produzido

nesta. Frequentemente, durante esse processo, as pessoas que antes viviam na terra, às vezes por gerações, são desapropriadas e precisam lutar nos tribunais para manter os direitos às suas terras. A família Góes é poderosa e muito ligada a políticos importantes, o que permitiu que seus integrantes negociassem títulos de terra e, em seguida, aplicassem esses títulos com apoio da polícia e de investimentos estatais que tornaram as terras valiosas. É importante notar que todos os proprietários da Fazenda Conchas do Mar moravam longe da área e quase nada fizeram com a terra até meados da década de 1980, quando adotaram uma abordagem mais ativa para o desenvolvimento da terra com o turismo em mente. Sua reivindicação sobre a terra começou ao tirarem à força as pessoas que nela já viviam, queimando casas, derrubando cercas e árvores e removendo todas as evidências de atividades produtivas dos residentes que poderiam ser usadas para estabelecer posse e, simultaneamente, colocando suas próprias cercas para literalmente tomarem as terras. Isso não envolveu nenhuma das atividades agrícolas tradicionais associadas com uso produtivo da terra.

Em resposta à violenta expulsão de moradores da Conchas do Mar, um grupo de forasteiros, em conjunto com posseiros que haviam sido retirados à força da Fazenda, se organizaram. Depois de algumas pesquisas, esse grupo decidiu que o título legal era questionável, que a Fazenda devia impostos atrasados e então decidiram invadir e ocupar a terra.



Figura 14: Foto a Aéreo de Itacaré em 1964. Somente os bairros do Centro, Porto de Trás, e Rua Pedro Longo são visíveis.

Dada a necessidade social de moradores pobres em ter um lugar para morar, eles decidiram realizar um movimento de reforma agrária no qual terras agrícolas improdutivas, que não cumprem seu propósito social, seriam confiscadas e transformadas em serviço do bem público. Essa ocupação foi organizada, em parte, por um grupo de jovens ativistas, que haviam se mudado recentemente para a cidade. Eles criaram a Fundação para o Desenvolvimento da Criança (FUNDESC), um nome improvável para uma organização ativista que lutou para recriar a cidade e desafiar as hierarquias tradicionais de poder. Primeiro, eles ocuparam a área ao longo da Rua Pedro Longo e construíram coletivamente várias casas de taipa em grandes lotes. O objetivo da FUNDESC por trás dos grandes lotes era fornecer lotes agroflorestais ao proprietário, além de um cinturão verde ao redor da cidade, indicando o caráter ambientalista de seu projeto social.

Esses forasteiros vieram em busca do paraíso e, ao encontrarem histórias complexas de opressão e conflitos, aliaram-se aos moradores locais, passando assim a lutar por justiça social. Em 1987, eles organizaram uma Semana do Meio Ambiente com o objetivo de levar a consciência ambiental para a cidade. Eventualmente, este grupo organizou-se em uma associação de bairro com o objetivo de obter o reconhecimento dos direitos de posse dos moradores. Esse grupo de jovens urbanos, educados e de esquerda trabalhou para fundar diversas organizações, como a Associação de Surfistas de Itacaré, o Movimento

de Resistência Ecológica do Boto Negro, a Associação de Moradores de Pituba, um Grupo de Mulheres e outras. Jeovane Fernandes, um dos forasteiros que veio de Salvador para dar aulas nas escolas locais, acabou escrevendo uma monografia de sociologia sobre o conflito de terras pela Pituba. Seu trabalho situa o conflito dentro de uma história de reforma agrária, com foco na dificuldade de se conseguir justiça social quando o sistema judicial está tão claramente alinhado aos interesses das elites. Ao longo desta seção, utilizo os relatos do trabalho mencionado e de outros participantes sobre esse conflito, situando-o no desenvolvimento turístico e em contraste com outros bairros da cidade.

Em resposta à organização local, a Fazenda Conchas do Mar revidou, trazendo policiais de outras cidades, além de bandidos e mercenários. Casas foram derrubadas, queimadas e pessoas espancadas, alvejadas e aterrorizadas. Fernandes descreve que:

“Em dezembro de 1990, Julival Góes chega a cidade acompanhado de um destacamento de vinte e cinco soldados militares, e dez pistoleiros considerados os mais agressivos de toda a região, logo pela manhã cedo. A partir daí, começou a promover verdadeira barbárie com os posseiros e sua família. Munidos de armamentos pesados, motoserras e galões de gasolina, passaram a cortar todas as plantações, queimaram dez casas e causaram a tortura de dois posseiros, que sob a mira dos rifles foram obrigados a atos humilhantes na presença de suas esposas e filhos” (Fernandes 1999: 39).

A polícia e os juízes da cidade recusaram-se a responder para proteger os posseiros. Em resposta, em 9 de janeiro de 1991, os ocupantes destruíram uma das casas de Julival Góes e imediatamente os juízes locais e a polícia responderam prendendo vários líderes. Com isso ficou claro o quanto o sistema legal favorecia aos grandes proprietários de terras. Em razão disso, os ocupantes começaram a procurar o sindicato dos trabalhadores rurais e outras organizações dedicadas à reforma agrária a fim de obter apoio legal para seu movimento (Fernandes 1999). Adroaldo, um dos primeiros líderes dessas lutas, descreve esse período inicial.

“Foi muito trabalho. Os caras nativos não acreditaram, por medo da cara. Latifundiário já estava no município há muitos e muitos anos, o Julival Góes. E o cara era um terror. Apareceram cadáver, gente morta. Era muito antes da gente, 40 anos atrás. Esta terra está em litígio há muitos anos. As primeiras casas que fizemos, incendiaram. Vieram 50 policiais, batiam nas pessoas, incendiavam as casas. Era um filme de terror, cara. Crime pesado, policiais, jagunço, parecia época de Jorge Amado e os coronéis de cacau, nem parecia a década de 80 que estava acontecendo. Era muita violência. Mas o Bairro da Pituba foi destruído três ou quatro vezes aquele bairro para você ter uma ideia, tipo 10 casas, 12 casas, desmanchadas, trator, gente presa, processo em cima da galera, mentiras, jornais publicando que a gente estava invadindo a terra para plantar maconha. Não tinha nada disso nesta história. Era tudo uma questão de justiça social, entendeu velho. O povo era dono da terra, nasceram e se criaram ali” (Adroaldo, entrevista, 17 de julho, 2012).

Catu, pescador nativo com forte atuação ambiental e social, também descreveu esse momento da história da Pituba.

“E aí o que ele fez. Ele chegou com policiais, capangas e saiu tocando fogo nas casas das pessoas. Botando as pessoas que nasceu, criou, criou seus filhos, netos, e bisnetos na cal. Botou todo mundo para fora. Esta propriedade onde eu tenho casa hoje está dentro do loteamento Conchas do Mar. Quem diz que ele tem um área desde 40 anos atrás, mas as pessoas que moraram aqui têm 5 ou 6 gerações e ninguém passou para ele. Como que ele é dono? Isto praticamente foi um atraso muito grande. E aí tem este negocio que eu falei para você que o nativo não consegue desenvolver” (Catu, entrevista Abril 30, 2012).

Em vez de usar a terra para a agricultura, o proprietário da Conchas do Mar planejava vendê-la a terceiros para a construção de empresas de turismo ou casas de veraneio. Em vez de usar a terra de forma produtiva, eles veem a terra como um investimento e esperam que seu valor aumente conforme a estrada foi construída, o acesso melhorou e a cidade cresceu.

Os residentes culpam a incapacidade dos tribunais em resolver esses casos por diversos fatores. Uma das evidências disso é que antes que a cidade tivesse seu próprio juiz, os juízes eram revezados, nunca ficavam por muito tempo e a cidade passava muito tempo sem alguém nessa função. Frequentemente, havia muito trabalho para o juiz visitante, então apenas os casos considerados prioritários eram julgados, enquanto outros simplesmente tinham que esperar. Sob essas condições, casos especialmente complicados e altamente politizados envolvendo disputas de terra poderiam ser facilmente evitados por anos. Algumas pessoas afirmam que o lado oposto dispõe de recursos

para pagar grandes escritórios de advocacia, tornando a disputa muito desigual. Alguns afirmam que juízes foram subornados, enquanto outros, que o processo está em andamento, mas em um tribunal superior em Salvador ou até em Brasília. Mesmo que a vizinhança esteja fisicamente bem estabelecida, a confusão, a desinformação e a falta de clareza em torno do processo judicial é tamanha que poucos desses casos foram resolvidos. Quase três décadas depois, o bairro ainda permanece no limbo jurídico. Apesar das inúmeras promessas de políticos e de reuniões com representantes da Fazenda Conchas do Mar, o processo de titulação de terras continua sem solução. O longo período que esses processos legais levam é uma das maneiras pelas quais o Judiciário é visto como estando constantemente ao lado dos poderosos, que têm tempo e dinheiro para lidar com procedimentos judiciais demorados e, assim, continuar a explorar suas terras às custas das pessoas mais pobres, que eventualmente se cansam e abandonam os processos, ou não têm recursos para levá-los adiante.

Este atual impasse ambíguo surgiu aos poucos, mas está intimamente relacionado com a eleição do Dr. Edgar Reis como prefeito. Ele era um advogado que havia trabalhado com processos reforma agrária e representava os ocupantes da Pituba. Durante sua gestão, a maioria dos moradores obteve alvará de construção, assim como os materiais necessários ganhando legitimidade crescente para a ocupação das terras. Sob seu incentivo, a vizinhança cresceu, chegando ao ponto em que o

tamanho e a densidade das construções impediram que as famílias fossem despejadas. Além disso, a Fazenda Conchas do Mar teve que trabalhar com a Prefeitura para obter a aprovação do loteamento no bairro da Concha, mais próximo à praia. Muitas pessoas afirmam que o conflito teria encontrado seu fim por meio de um acordo entre a Prefeitura e a Fazenda Conchas do Mar. Segundo tal combinação, o prefeito faria as estradas e permitiria o loteamento no bairro recém-desenvolvido da Concha, e em troca, a Fazenda doaria o terreno em Pituba e a prefeitura poderia distribuí-lo.

Durante esse início de história, Pituba era o bairro de estrutura mais precária da cidade, com ruas lamacentas e casas de taipa, onde se instalavam os moradores mais marginalizados. Muitos afirmavam que as pessoas venderiam um terreno na Pituba para comprar uma bicicleta, um bom rádio ou uma TV. O terreno tinha pouco valor e aos poucos a maioria dos moradores locais que participaram da ocupação original foram se mudando. Além disso, os grandes lotes originais foram subdivididos várias vezes e muitos são agora menores do que o requisito legal mínimo de 125 metros quadrados. Os lotes são frequentemente subdivididos para fornecer fundos para a construção, o que acontecia especialmente no início, quando havia pouco dinheiro circulando na cidade. A falta de emprego e dinheiro, especialmente antes da chegada da estrada, incentivou este tipo de loteamento informal. A desvalorização da terra na Pituba, no começo de sua ocupação, contrasta fortemente com seu valor

relativamente alto nos dias de hoje. Quem possui um terreno na Pituba pode bem viver do aluguel de lojas, casas ou outros tipos de imóveis comerciais. Com o tempo, porém, muitos dos lotes em Pituba foram vendidos para pessoas de fora, que tinham dinheiro para desenvolver negócios. Ainda assim, há um bom número de moradores que possuem terras e administram negócios ou alugam espaços para terceiros. É o único bairro que ainda se apresenta demograficamente um tanto mesclado, com moradores e forasteiros, em grande parte devido ao caráter cooperativo de sua ocupação, bem como a sua importância para o desenvolvimento do turismo. Apesar do aumento massivo no preço dos terrenos e do fato de Pituba ter se tornado o centro econômico das atividades turísticas, muitos moradores ainda não possuem o título legal de suas terras.

Pituba leva o nome de um bairro nobre de Salvador e ouvi várias histórias sobre a origem do nome. Um dos primeiros residentes disse que o nome foi dado como piada, já que muitos dos novos moradores sempre quiseram morar na Pituba e agora podiam. Outra versão da história é que o nome Pituba foi dado como provocação por outras pessoas na cidade ou pela polícia e pistoleiros que vieram para despejar os posseiros. Ironicamente, o bairro é hoje na verdade o centro comercial turístico de Itacaré, repleto de boutiques, bares, restaurantes, pousadas, agências de turismo, lojas de artesanato, entre outros comércios. Durante a alta temporada, a rua principal fica tão lotada de pedestres que fica fechada ao tráfego de automóveis. Embora haja um punhado

de residências ao longo da rua, a maioria mudou-se para a parte de trás do lote ou para o segundo andar, enquanto as fachadas foram quase todas convertidas em estabelecimentos comerciais.

A história violenta e o status legal ambíguo da Pituba enfatizam o quanto a terra é fundamental para a política local e o desenvolvimento turístico. O interesse inicial da Fazenda no terreno e a remoção de residentes de áreas com vista e próximas à praia refletem a importância de determinados espaços para o turismo. Uma possível razão pela qual a Fazenda resiste em conceder títulos de terra aos residentes seria influenciá-los e aos políticos locais, para obter apoio para projetos futuros nas terras restantes. No entanto, nas lutas pela Pituba, podemos observar como os ativistas locais desafiaram as estruturas tradicionais de poder e forçaram alguns compromissos. Por causa da localização do bairro, os moradores que ficaram na Pituba se beneficiaram com o aumento do valor da terra, aluguel de propriedades e oportunidades de negócios, de uma forma que em outras áreas da cidade não era possível.

Concha: o único loteamento planejado

O reverso do que ocorreu na Pituba, deu-se no bairro da Concha. Em vez de uma ocupação, a Concha viveu um processo em que uma série de lotes foi vendida a promotores turísticos. A permissão para lotear, desenvolver e vender a Concha fez parte da negociação com a Fazenda e os políticos locais, a fim de permitir que a Pituba se desenvolvesse como bairro. A primeira

pousada apareceu em meados dos anos 1990, poucos anos antes da rodovia ser construída em 1998. A Concha é o único bairro da cidade onde a maioria das pessoas possui título de propriedade, resultando em sólidos investimentos de terceiros interessados em abrir negócios em Itacaré. Isso levou a maiores investimentos na área que concentra a maioria das pousadas mais caras, elas que são quase exclusivamente de propriedade de forasteiros. A ironia é que todos esses títulos legais são baseados em um título original que é questionado por muitos moradores.

Como a maioria dos bairros mais novos, houve um tempo em que a Concha era só palmeiras, cajueiros, pântanos e selva. O bairro ocupa uma planície costeira pantanosa, em que fluíam vários pequenos riachos, resultando em grandes áreas de água parada durante a estação chuvosa. Construir na Concha apresentava várias dificuldades devido a esta topografia. O lençol freático alto, com menos de um metro de profundidade em muitos lugares, torna difícil construir fossas sépticas ou instalar piscinas. Quando os residentes começaram a cavar mais de um ou dois metros, os buracos se enchiam de água instantaneamente. Como resultado, um proprietário de pousada descreveu a criação de cinco pequenas fossas sépticas rasas espalhadas ao redor de sua propriedade, em vez de uma grande. Outro construiu uma fossa séptica que foi totalmente fechada em vez de vaziar para o solo, exigindo que fosse bombeada regularmente. Muitos lotes tiveram que ser levantados com terra de fora para aumentar a altura da propriedade a fim de tornar possível a construção.

Então, a água simplesmente se acumula em lotes vizinhos que são mais baixos. Ainda há alguns lotes vazios e a maioria deles fica inundado durante parte do ano. Na realidade, grande parte das terras da Concha provavelmente não era ambientalmente adequada para este tipo de desenvolvimento.

As estradas ainda não foram pavimentadas e muitas pessoas suspeitam que um acordo entre os proprietários do loteamento e a Prefeitura teria dado a eles o direito de vender terrenos sem fornecer a infraestrutura necessária. Os moradores da Concha são, em sua maioria, de fora de Itacaré e têm pouca influência eleitoral. Como resultado, o bairro é totalmente ignorado pelos governantes no poder, que por sua vez, esperam que seus projetos de obras públicas se traduzam em apoio eleitoral. Mesmo quando começou uma nova gestão do governo do estado, e este construiu um sistema de esgoto central para toda a cidade, o bairro da Concha foi excluído do projeto, com exceção dos restaurantes ao longo da praia, que são propriedade de famílias locais. Várias pousadas, após terem sido acusadas de vazamento de esgoto no oceano, começaram a trabalhar com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para conectar suas pousadas ao sistema de esgoto central, mas o lençol freático alto está dificultando esses esforços.

Embora os bairros populares tenham sido criticados por sua falta de planejamento e pelo impacto ambiental, os bairros de elite têm problemas semelhantes. A Concha, apesar de ser planejada e subdividida “legalmente”, às vezes vaza esgoto sem



Figura 15: Foto a aéreo de 1992. Os novos bairros de Passagem, Concha, e Pituba estão se tornando visíveis.

tratamento para o oceano, tem estradas de terra de baixa qualidade e os mesmos problemas ambientais associados aos bairros mais pobres não planejados. Apesar da fachada de uma paisagem de selva exuberante, o bairro é em grande parte um enclave de complexos murados, separados da vida social e política da cidade. Essa segregação social foi o resultado direto da legalização dos títulos de propriedade que aumentaram o valor da terra, excluindo efetivamente os moradores mais pobres. A Concha ilustra bem como a criação de títulos de propriedade legais exigia a remoção forçada de residentes originais, para assim subdividir e vender lotes que estavam muito além das faixas de preço dos residentes locais, preços estes que continuaram a aumentar rapidamente com o desenvolvimento turístico. Mostra também a capacidade limitada que investidores externos do turismo têm de influenciar a política local a seu favor, dinâmica que também influencia a expansão dos bairros da classe trabalhadora.

Santo Antônio: bairros populares

Semelhante à Pituba, outros bairros populares da cidade surgiram de uma série de conflitos e interações entre moradores, grandes proprietários de terras e o governo municipal, geralmente iniciados pela ocupação popular de uma nova área. O governo municipal está fortemente envolvido na distribuição de terras porque são elas um dos principais recursos, juntamente com os empregos públicos, que os governos locais podem usar para recompensar partidários leais, e criar um sistema de

patrocínio político que mantém as elites locais no poder (Graham 1990). No entanto, o desenvolvimento real desses bairros também destaca a complexidade, a cumplicidade e os limites das estruturas de poder locais, assim como as formas criativas pelas quais os residentes originais aproveitam e se envolvem nesses processos. A história específica de cada bairro reflete as múltiplas maneiras como esses processos podem se desenvolver em diferentes contextos.

O mais polêmico desses bairros é Santo Antônio, comumente referido como Bairro Novo e como favela pelos moradores das classes alta e média. O Bairro Novo é visto por muitos como a expressão singular de tudo que deu errado no desenvolvimento turístico da cidade. Sua localização bem visível na entrada da cidade torna-o o primeiro bairro que se vê ao descer o morro para entrar em Itacaré. A designação de favela marca um lugar como periférico e o associa à atividade criminosa, à violência e a uma subclasse urbana (Banck 1993, Koster 2009). Designar um bairro como favela é excluí-lo espacial e socialmente da cidade. Em muitos mapas, especialmente em turísticos, as favelas simplesmente não são mostradas e há grandes espaços em branco que marginalizam e tornam invisíveis esses espaços e seus moradores. A marginalidade social desses bairros é tamanha que, por vezes, seus moradores não admitiam morar ali, mas mencionavam que moravam próximo ao terminal de ônibus, em determinada rua ou mencionavam algum outro ponto de referência próximo ao bairro. Alternativamente, as favelas

podem ser vistas como desenvolvimentos orgânicos e espontâneos que destacam as aspirações de classe média dos cidadãos trabalhadores. Os residentes preferiam outros termos, como comunidade carente (Koster 2009), enquanto eu costumava ouvir o termo bairro popular.

O bairro Santo Antônio começou quando o prefeito Hudson Vasconcellos usou fundos municipais para comprar dez hectares de terra com a intenção de distribuí-los a seus seguidores leais. O prefeito desmatou e queimou o grande vale atrás da cidade durante a noite, com o plano de convidar pessoas de cidades da região para lá viverem, a fim de ganhar votos eleitorais. A área foi limpa e queimada em 1991, em preparação para as eleições em 1992, que, apesar desses esforços, o prefeito Hudson perdeu. Imediatamente, o Grupo de Resistência Ecológica do Boto Negro entrou com uma ação no Ministério Público e no Ministério do Meio Ambiente, alegando que a área era inadequada para expansão urbana devido à presença de nascentes de água, ao declive do terreno e ao fato de ter sido coberto originalmente por mata atlântica. Com o estabelecimento da APA em 1994 e o processo que o acompanhou, a área foi zoneada para sistemas agroflorestais e proteção visual. Nesse período, um hectare da área foi destinado, como parque florestal municipal, para educação ambiental e proteção de diversas nascentes de água do vale. Como as mãos do governo municipal estavam atadas por litígios ambientais, ele não podia estabelecer abertamente novas famílias ali.

Embora a floresta tenha começado a crescer novamente, a área acabou se tornando, de qualquer maneira, um bairro. Nilson de Óculos, um nativo que viveu parte de sua vida em São Paulo e depois voltou para a região, foi um dos líderes da ocupação e formação do Bairro Novo. Nilson soube dos planos propostos para as áreas e descreve o início da ocupação:

“Quando eu descobri depois que tinha sido comprado para ser feito um bairro, só que a intenção deste prefeito era trazer todo o povo de Ubaitaba para virar tipo um curral eleitoral. Aí conversei com um advogado na época, o Dr. Edgar Reis. E ele falou, se você quer construir, você vai lá e mete na cara. Aí eu reuni um grupo de 14 moradores e começamos a fazer as casas num sistema de mutirão. Era casa de barro, que aqui a gente chama de taipa. Nesse meio tempo a gente ia chamando pessoas para ocupar o espaço lá. E ainda tinha espaço pra caramba, só que a mata tinha caído e tinha muito tiririca, aquele capim que corta. Veio uma ameaça de derrubada por parte da prefeitura, isso já em 91-92. Já tinha mudado de Prefeito, era Roberto Setúbal. Entramos com ação cautelar no Fórum, que estávamos sendo ameaçados de perder a casa. Essa ação cautelar foi baseada na Constituição de 1988, que diz num trecho lá que todas as terras que pertencem ao estado, município, e União têm que ter uma função social. Isso usamos com a juíza na época, esta função social incluía nosso direito de moradia, que também está incluso na Constituição” (Nilson, entrevista, 29 de março, 2012).

Educado e articulado, Nilson valeu-se de seus direitos consagrados na nova Constituição. Ele usou as conexões que fez como professor de escola rural para reunir moradores rurais e ocupar o espaço para que pudessem ter uma casa na cidade para mandar

seus filhos à escola, ou um lugar para ficar se precisassem vir ao hospital. Até este ponto, os ambientalistas tentaram trabalhar com o governo local e os residentes para encontrar outra área para reassentar os ocupantes, mas não tiveram sucesso.

Enquanto os ocupantes alegavam que eram, em grande parte, pessoas pobres que precisavam de um lugar para morar, as pessoas que se opunham à ocupação os descreviam como residentes de classe média que queriam lotes para seus filhos mais velhos ou para vendê-los. Os moradores locais também criticavam a liderança ambiental, alegando que eles estavam mais interessados em manter sua visão da mata e a apresentação estética da cidade para turistas, do que com os meios de subsistência locais ou mesmo o meio ambiente. Tal postura de defesa ambiental foi vista como egoísta pelos opositores, em vez de sincera. Este foi um conflito entre visões de lugar e de meio ambiente fundamentalmente diferentes, e ambos os lados usaram a retórica ambiental para defender suas causas. Os ambientalistas queriam evitar a criação de uma favela, mas expressavam seus argumentos em termos ambientais. Isso não quer dizer que não houvesse preocupações justificáveis sobre erosão, esgoto, desmatamento e manutenção de bacias hidrográficas. A maioria dos estrangeiros e ambientalistas trabalhavam na economia do turismo e também queriam manter a estética de uma pequena e pitoresca vila de pescadores cercada por florestas tropicais. Os habitantes locais e os recém-chegados de classe baixa viam a terra como uma oportunidade para garantir um lugar na cidade

em crescimento, para obter acesso à educação e aos cuidados de saúde disponíveis no centro urbano, e para melhorar sua condição econômica, sustentando ideias segundo as quais a natureza deve ser usada em vez de observada, ideias estas fundamentalmente contrárias às do grupo opositor.

Ao mesmo tempo, a Prefeitura havia perdido o controle da ocupação e tentava remover os novos moradores, especialmente depois que o prefeito Hudson foi reeleito em 1996. Tendo em vista que seus planos originais para a área haviam sido frustrados, ele pediu ao juiz a retirada dos invasores e a devolução do terreno ao Município. Embora o caso tenha continuado com ambos os lados apelando ao Judiciário para resolver o caso, uma decisão definitiva nunca foi alcançada. O governo municipal não conseguiu encontrar um local para reassentar o bairro em crescimento, tornando-se politicamente difícil seguir tentando removê-lo. Parte do problema é que a cidade era cercada por terras pertencentes a grandes e poderosos proprietários, além de áreas naturais, como manguezais, pântanos ou colinas íngremes, inadequadas para o desenvolvimento. Por causa disso, havia poucas opções de locais para construir um bairro da classe trabalhadora nas proximidades da cidade. Inicialmente, tanto os grupos ambientais quanto os políticos não tinham poder para remover os moradores, que acabaram tendo sucesso em se estabelecer. No entanto, o problema maior foi provavelmente a ambiguidade na posição do governo municipal. Embora certamente houvesse pressão de proprietários de negócios de turismo,

e de grandes proprietários de terras para remover os residentes e o desejo de manter o controle da situação, em última análise, as autoridades municipais também queriam apaziguar os residentes. Frequentemente, eles assumiram posições contraditórias e inconstantes em relação aos ocupantes, à medida que estes foram se estabelecendo.

A ocupação cresceu devagar até um momento-chave, em setembro de 1998, quando a Câmara Municipal convocou o Grupo Ambiental do Boto Negro a comparecer diante dos vereadores para censurá-lo publicamente por suas atividades (Kent 2000). Alguns ambientalistas afirmaram ter recebido ameaças de morte e outros se mudaram da área. Carmen, uma das integrantes do Boto Negro descreve o encontro:

“A Câmara de vereadores começou a questionar o Boto. Quem era o Boto? A gente tinha CNPJ? Teve autorização deles para funcionar? Não precisa de autorização de Câmara de Vereadores para Associação Civil se organizar. Você está maluco. Aí eles chamaram a gente ... O Boto foi, todo o membro do Boto Negro foi para a Câmara de Vereadores e a Câmara chamou os centos e poucos pessoas que morava neste bairro, quando ainda era mais em baixo, assim. Da estrada você praticamente não via muito, só uma beiradinha, umas cento e poucas pessoas. A Câmara de Vereadores parecia um forno, pequeno, cheia de gente, um calor insuportável, e aquele povo suando ali dentro e quase nos massacraram. Quase não, com palavras o Boto foi massacrado. Que nos éramos de fora, que nós não precisamos de lugar para morar, que nós queríamos tomar conta de Itacaré, que nós queríamos mandar em Itacaré. ‘Fora os forasteiros. Itacaré para os Itacar-enses,’ eles berravam. Mandaram a gente embora. Eles mandaram assim: ‘Nós vereadores estamos aqui

para defender os invasores (batendo o peito).’ Isto foi numa terça-feira. Até quinta-feira tinha mais 400 lotes demarcados, o fogo comendo que você não fazia ideia, serra elétrica derrubando as árvores” (Carmen, entrevista, 14 de julho 2012).

Com uma aprovação pública e dramática da Câmara Municipal, todos que quisessem, se sentiam capacitados a ocupar e reivindicar terras. O tamanho do assentamento triplicou naquela semana, passando de cerca de 100 para algo como 300 casas. Como o governo municipal comprou originalmente o terreno, a ocupação se tornou uma conversa entre a prefeitura, ocupantes e ambientalistas, com ideias diferentes sobre a direção que o desenvolvimento deveria tomar.

Sendo o lugar mais barato para morar em Itacaré, o Bairro Novo se tornou o bairro mais populoso da cidade. Devido à construção da estrada e ao crescimento impulsionado pelo turismo no mercado de trabalho, Itacaré tinha oportunidades de emprego, enquanto muitas das áreas rurais do entorno ainda sofriam com o colapso da economia cacaujeira. O Bairro Novo e, até certo ponto, Passagem, eram as únicas áreas onde novos moradores mais pobres podiam se estabelecer. As pessoas que ali vivem são empregadas domésticas, jardineiros, guardas, garçons, pedreiros e guias, que sustentam a economia turística de Itacaré e vêm, em sua maioria, de outras cidades da região ou do meio rural do entorno. O aumento do valor dos imóveis em todos os bairros estabelecidos praticamente garantiu que os recém-chegados tivessem que encontrar um lugar para ocupar ilegal-

mente. Ainda que tenham vindo em busca de postos de trabalho, seria incorreto classificá-los como significativamente diferentes de outros migrantes que vieram em busca de lazer. Muitos moradores de bairros periféricos me descreveram o desejo de escapar do crime das grandes cidades, a visão do mar e outras vantagens que ganharam com a mudança para o paraíso de Itacaré. Pouquíssimos nativos de Itacaré moram no Bairro Novo; a maioria dos residentes são migrantes de outras cidades da região que, como forasteiros abastados da Europa e do Sudeste brasileiro, vieram em busca de oportunidades econômicas e melhor qualidade de vida.

Mais tarde, o CONDER, órgão estadual responsável pelo desenvolvimento urbano e habitação popular, envolveu-se no desenvolvimento da infraestrutura de Santo Antônio. Alguns anos depois e em vários estágios, o órgão construiu dezenas de pequenas casas de concreto, substituindo muitas das cabanas de madeira e casas de taipa. Foram pavimentadas as estradas principais, becos e calçadas e construiu-se escadas conectando diferentes ruas. Também foi feito um pequeno parque e muitas famílias puderam ter acesso a eletricidade e água. Essas melhorias ajudaram a estabelecer o bairro como legítimo.

Passagem

Originalmente, o bairro da Passagem era quase todo de floresta, com uma trilha que levava a um pequeno porto onde as pessoas que vinham do rio estacionavam seus barcos quando iam

ao mercado para vender seus produtos. O terreno que agora o bairro da Passagem ocupa fazia parte da Fazenda Ponta Grossa, de propriedade do Capitão Manuel Andrade. Ele era um médico aposentado que era capitão do exército e veio para a região já em sua vida madura. A partir da década de 1970, o Capitão Andrade criou e abriu o bairro, dando terras em troca de trabalhos que as pessoas realizavam para ele, como um favor a quem ele gostava, e de quem precisava. Semelhante ao governo municipal, muitos patronos rurais no Brasil são ricos em terras, mas com poucos recursos em dinheiro vivo, portanto, os pagamentos geralmente eram feitos em terras. Assim, o bairro começou a crescer aos poucos.

O Capitão até começou a criar informalmente um loteamento chamado Havaí Cabana Park, medindo e subdividindo lotes, mas nunca o fez legalmente. Apesar de o Capitão Andrade ser da região, ele viajou muito e via o potencial turístico de Itacaré. Ele cedeu uma grande área central no bairro para um clube de futebol local, que continua como um importante espaço de uso público. O nome que escolheu para o loteamento, sua provisão de espaços públicos, assim como os lotes maiores de 300 metros quadrados, indicavam uma nova visão de expansão urbana. Ele também removeu uma grande faixa de manguezais entre o bairro e o rio, criando uma praia que antes não existia, como preparação para o desenvolvimento turístico. Há rumores de que essa derrubada de manguezais causou problemas com o Governo Federal (SPU) e por isso não pôde continuar. Ele abriu

ruas, batizando várias delas com nomes de mulheres da cidade e árvores da região. Quando vendia ou doava um lote, dava às pessoas um pedaço de papel indicando a venda, ou doava-o para uma determinada pessoa em uma determinada data, com um recibo informal. Ele fez isso no final da década de 1980, vendendo ou dando quase dezessete hectares de terra, incluindo dois e meio que à Prefeitura, que pretendia formar um bairro popular.

Semelhante ao caso do Bairro Novo, assim que as pessoas souberam que o Município doaria terras na área, imediatamente invadiram a área. Isso aconteceu no início dos anos 1990. Quando o governo municipal empreendeu a abertura de uma estrada, teve que fazê-lo com o espaço limitado que restava entre os lotes já reclamados e construídos. Nessa época, o capitão Andrade foi morto numa disputa sobre um cavalo roubado. Devido a essas histórias do bairro, pode ser difícil obter o título legal das terras no bairro.

Porto de Trás: um quilombo urbano

Muitos moradores descrevem Porto de Trás como o bairro mais antigo da cidade, ainda mais do que a igreja central. O bairro começou por causa da segregação de moradores afro-brasileiros e indígenas. Muitos o descrevem como o bairro original dos escravos da cidade. A geografia marcava as hierarquias sociais à medida que os negros eram segregados às áreas baixas próximas ao rio, enquanto a elite do cacau ocupava o pequeno morro ao redor da igreja, no centro da cidade à beira-

mar. Nas últimas décadas Porto de Trás vem sendo reconfigurado por promotores de turismo e ativistas afro-brasileiros, como o centro de autenticidade cultural e étnica de Itacaré em uma nova economia turística que valoriza essas características (Couto 2011). Isso levou a projetos de desenvolvimento no bairro e fomentou o orgulho cultural para os residentes, mas isso não necessariamente levou ao crescimento econômico.

O bairro foi construído em torno de uma rua principal que termina no rio. Ao caminhar por ela, vê-se pessoas nas calçadas consertando redes, inclinando-se para fora das janelas, conversando ou sentadas junto às portas. As casas da rua principal são construções antigas típicas, todas elas construídas até a calçada. No final da rua, sem aviso, uma série de degraus desce até a água do rio. À direita, meia dúzia de canoas escondidas e protegidas entre os manguezais. Pouco antes dos degraus, a estrada sobe abruptamente para um grande novo centro comunitário com vista para o rio.

Em dezembro de 2012, a Fundação Cultural Palmares, o órgão federal brasileiro que promove e preserva a cultura afro-brasileira, reconheceu Porto de Trás como um quilombo urbano, ou uma comunidade que contém os restos de comunidades de escravos fugidos. Porto de Trás e seis outros quilombos rurais do município estão todos ligados ao histórico quilombo de Oitiz-eiro, localizado rio acima, no Rio de Contas. Com direitos à terra garantidos na Constituição de 1988, os quilombos, semelhantes às comunidades indígenas, permitem que as comunidades

reivindicam direitos às terras comunais com base em sua história cultural compartilhada e conexão com territórios específicos (French 2009).

O reconhecimento como quilombo também pode atrair novos investimentos para o bairro. Por exemplo, no início dos anos 2000, a CARE Brasil lá construiu vários banheiros, e em 2008 uma Corporação Sueca, SVEA, construiu um amplo centro cultural comunitário, como contrapartida para um grande projeto de hotel perto da Praia de Resende. Uma contrapartida é geralmente um projeto em obras públicas, construído por empresas a fim de garantir o apoio da comunidade ou do governo para seu desenvolvimento. As reuniões públicas sobre projetos de desenvolvimento muitas vezes enfocam o que a comunidade será capaz de ganhar com essas negociações e estão vinculadas à ideia de que os novos desenvolvedores devem ser bons patrocinadores e apoiar as comunidades locais.

Porto de Trás também se destaca como um bairro sem disputas judiciais por terra. Mesmo que o bairro tenha se expandido gradualmente para manguezais e subido a encosta de uma colina em direção ao cemitério, houve poucos conflitos com os proprietários de terras ao redor. Ajudam à ausência de conflitos o consenso de que o bairro é o mais antigo da cidade, e o fato de os manguezais que margeiam o rio pertencerem ao estado. No entanto, o turismo tem impactado Porto de Trás, estimulando uma nova consciência cultural e desenvolvimentos ligados à identidade afro-brasileira. A identidade cultural e a

coesão da comunidade também significam que ela escapou, em grande medida, dos problemas do crime associados ao crescimento urbano.



Figura 16: Imagem de Satélite de Itacaré de 2020. (Imagem de Google Mapas)

Conclusão

Itacaré passou de uma pequena aldeia indígena a um destino turístico internacional, e isso aconteceu no relacionamento e na interação com o ambiente ao seu redor. O crescimento da cidade foi moldado pelo rio, pela floresta, por manguezais, pelos tipos específicos de solo e por sua vasta disponibilidade de recursos naturais, como madeira, ondas, biodiversidade e peixes. O desenvolvimento e o crescimento de Itacaré aconteceram em uma conversa de ida e volta com o mundo natural ao seu redor. À medida que Itacaré continua a se desenvolver, seria sábio lembrar dessa relação e desenvolver maneiras que protejam e apoiem o meio ambiente.

Desde a chegada dos europeus, Itacaré também está conectada a um mundo maior por meio dos mercados internacionais de pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes, chocolate, turismo e organizações globais, como a Ordem Religiosa Jesuíta, ou movimentos de contracultura, como os hippies e a cultura do surfe. Em vez de ser um local isolado, desconectado do resto do mundo, a história de Itacaré foi fortemente moldada, desde o início, por suas conexões globalizadas e o meio ambiente ao seu redor.

Bibliografia

- Agrawal, A. (2007) Forests, governance, and sustainability: common property theory and its contributions. *International Journal of the Commons*, 1(1), 111-136.
- Aguiar, A.P., A.G. Chiarello, S. Lucera Mendes, E.N de Matos. (2003) The central and Serra do Mar corridors in the Brazilian Atlantic Forest. In: The Atlantic Forest of South America: biodiversity, states, threats, and outlook. Eds. C. Galindo-Leal and I. de G. Camara. Island Press.
- Alvim, R. and P.K.R. Nair (1989) Combination of cacao with other plantation crops; an agroforestry system in Southeast Bahia, Brazil. In: Agroforestry systems in the tropics. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht, Boston, London.
- Amado, J. (1989) The violent land. London: Collins Harvill.
- Balée, W. (1993) Indigenous Transformation of Amazonian Forests: An Example from Maranhão, Brazil. *L'Homme*, 33(126/128), 231-254. Retrieved August 17, 2020, from www.jstor.org/stable/40589895
- Banck, G. A. (1993) Signifying urban space: Vitoria, Brazil, cultural and political discourses behind urban imagery. In P. Nas (Ed), *Urban Symbolism*. (pp. 104-115). Leinden, Netherlands: Brill.
- Begossi, A. (1995) Fishing spots and sea tenure: incipient forms of local management in Atlantic forest coastal communities. *Human Ecology* 23(3)
- Begossi, A. (2001) Mapping spots: fishing areas of territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil) *Reg Environmental Change* 2:1-12
- Begossi, A. (2002) Latin American Fisheries: local organization and management. Presented at Latin American Fisheries Tunisia March 6-9.
- Begossi, A. (2006) Temporal stability and fishing spots: conservation and co-management in Brazil artisanal coastal fisheries. *Ecology and Society* 11(1)
- Buckley, R. (1999) Recreational capacity for surf tourism in Indonesia. The 1999 International Symposium Society and Resource Management.
- Buckley, R. (2002) Surf tourism and sustainable development in Indo-pacific Islands. *Journal of Sustainable Tourism* 10(5): 405-424.
- Burda, C. L., M. Poletter, and A. Schiavetti (2007) Análise da cadeia causal para a criação de uma unidade de conservação: Reserva Extrativista Marinha de Itacaré (BA)- Brazil. *Revista de Gestão Costeira Integrada* 7(1): 57-67.

- Burns, B. (1993) A history of Brazil, 3rd Ed. Columbia Univ. Press.
- Bueno, E. (1998) Capiteas do Brasil: a saga dos primeiros colonizadores. Coleção Terra Brasilis. Vol III. Objectivo. Rio de Janeiro.
- Bright, C. and R. Sarin (2003) Venture capitalism for a tropical forest: cocoa in the Mata Atlantica. Worldwatch Paper 168. Worldwatch Institute.
- Cabral, A. K. P. (2006) As Políticas Regionais de Turismo e as Ações do PRODETUR/NE em João Pessoa. *Revista Global Tourism: Turismo & Políticas Públicas*. Maio.
- Caldeira, T. (2000) *City of walls: Crime, segregation, and citizenship in São Paulo*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- Camara, I deG. (2003) Chapter 4: A Brief history of conservation in the Atlantic Forest. In: The Atlantic Forest of South America: biodiversity, states, threats, and outlook. Eds. C. Galindo-Leal and I. de G. Camara. Island Press.
- Campos, E. V. M. (2002) *O Assoreamento do Baixo Curso do Rio de Contas: uma abordagem hidráulica e sedimentológica*. 77f. Dissertação de Mestrado- Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Curso de Pós-graduação em Geologia.
- Canniford, R. & Shankar, A. (2007) "Marketing the Savage" - Book Chapter in Cova, B., Shankar, A. and Kozinets, R. Consumer Tribes: Theory, Practice and Prospects, Oxford: Elsevier
- Carvalho, B (2007) Mapping the urbanized beaches of Rio de Janeiro: modernization, modernity and everyday life. *Journal of Latin American Cultural Studies* 16(3):325-339
- Carrara, A. A. (2007) Fiscalidade e estruturas agrárias: Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, séculos XVI-XVIII. Em: Ed. Marcelo Henrique Dias and Angelo Alves Carrara. Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacão. Editus: Editora da UESC. Ilhéus, Bahia.
- Castriota, L. B. (1999) Living in a World Heritage Site: Preservation Policies and Local History in Ouro Preto, Brazil/. *Traditional Dwellings and Settlement Review* X (7-20).
- Chilcote, R. H. (1990) Power and the ruling classes in Northeastern Brazil: Juazeiro and Petrolina in transition. Cambridge Univ. Press.
- Cleary, D. (2001) Towards an Environmental History of the Amazon: From Prehistory to the Nineteenth Century. *Latin American Research Review*, 36(2), 65-96. Retrieved April 9, 2020, from www.jstor.org/stable/2692088

- Conklin, B. and L. Graham (1995) The shifting middle ground: Amazonian indians and ecopolitics in Brazil. *American Anthropologist*.
- Cordell, J (1989) Social marginality and sea tenure in Bahia. In: *Sea of Small Boats*, ed. John Cordell. Cultural Survivals Inc. Cambridge, MA.
- Cordell, J and M. A. McKean. (1985) Sea tenure in Bahia, Brazil. *Proceedings of the Conference on Common Property Management*, April 26-26th, 1985
- Costa, C. A. S., Comerlato, F., & da Silva Cunha, C. (2018) Arqueologia do Baixo Sul da Bahia: Engenho Rio de Contas, Itacaré, Bahia, Brasil. *Revista de Arqueologia*, 31(2), 256-281.
- Couto, P. D. A. B. (2006) Identity and Interaction: Gazes and Reflections of Tourism. *Tourism and Social Identities*, 175.
- Couto, P. A. B. (2007) O direito ao lugar: situações processuais de conflitos na reconfiguração social e territorial do município de Itacaré, BA. Tese por Doutorado em Antropologia na Universidade Federal Fluminense. Niterói.
- Couto, P. D. A. B. (2011) Porto de Trás: etnicidade, turismo e patrimonialização. *Special Issue-Número Especial Tradition and Modernity in Tourism Issues Tradición y Modernidad en Turismo*, 9(3), 19.
- Da Silva, J.M.C, and C.H.M Casteletti (2003) Chapter 5: Status of the biodiversity of the Atlantic Rainforest of Brazil. : *The Atlantic Forest of South America: biodiversity, states, threats, and outlook*. Eds. C. Galindo-Leal and I. de G. Camara. Island Press.
- de Deus Pinheiro, J. (2016) Iracema, a virgem dos lábios de mel: negação e afirmação da indianidade no Ceará contemporâneo. *GIS-Gesto, Imagem e Som-Revista de Antropologia*, 1(1).
- Dean, W. (1995) *With broadax and firebrand: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest*. University of California Press, Berkeley, CA.
- Delgado, A. K. C. (2009) As ações do PRODETUR/NE I e suas implicações para o desenvolvimento da Paraíba com base no turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 9(3).
- Dias, C. A. G. (2008) Urbanidades da natureza: o montanhismo, o surfe, e as novas configurações de esporte no Rio de Janeiro. Apicuri.
- Dias, M. H. (2007) A inserção econômica dos aldeamentos jesuítcos a capitania de Ilhéus. Em: Ed. Marcelo Henrique Dias and Angelo Alves Carrara. *Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacão*. Editus: Editora da UESC. Ilhéus, Bahia.
- Dias, M. H. (2011) *Farinha, Madeiras e cabotagem: a capitania de*

- Ilhéus no antigo sistema colonial. Editus: Editora da UESC. Ilhéus, Bahia.
- Diegues, A. C. (1983) Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Editora Ática.
- Diegues, A. C. (1994) Traditional Sea tenure and coastal fisheries resources managements Brazil. Workshop in Political Theory and Policy Analysis, Indiana University.
- Diegues, A.C. (1998) Ilhas e mares: simbolismo e imaginário. Editora Hucitec, São Paulo.
- Diegues, A. C. (2004) Saberes tradicionais e etnoconservação. *Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. 2ª ed., São Paulo, Hucitec/Nupaub, 9-22.*
- Escobar, A. (2008) *Territories of difference: place, movements, life, redes.* Duke University Press.
- Fausto, B. and S. Fausto (2014) A Concise History of Brazil. 2nd Ed. Cambridge University Press.
- Fernandes, J. M. R. (1999) Concha, uma história de resistência. Monografia de conclusão de curso em ciências sociais- sociologia. Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- Ford, N., & Brown, D. (2006) *Surfing and social theory: Experience, embodiment and narrative of the dream glide.* Taylor & Francis.
- Forman, S. (1970) The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy. Indiana University Press, Bloomington.
- French, J.H. (2009) Legalizing identities; becoming black or indian in Brazil's Northeast. University of North Carolina Press.
- Freyre, G. (1956) [1933]. The Masters and the slaves: a study in the development of Brazilian civilization. Translated by Samuel Putnam from Casa Grande e Senzala. Knopf, New York.
- Freyre, G. (1964) The patriarchal basis of Brazilian Society. In Politics of Change in Latin America. Eds Joseph Maier and Richard W. Weatherhead. Frederick A. Praeger Publisher, New York.
- Gomes, L. (2007) [1808]. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- Grindle, M. S. (1986) *State and countryside: development policy and agrarian politics in Latin America.* Johns Hopkins University Press.
- Grunewald, R. (2002) Tourism and cultural revival. Annals of Tourism Research 29(4): 1104-1021.
- Graham, R. (1990) Patronage and Politics. Stanford University Press, Stanford, California.
- Harder, H. (1920) Original Title: Human Hunting Glyptodon. In: The Wonderful Paleo Art of Heinrich Harder. Dominio Publico. Accessed at

- https://en.wikipedia.org/wiki/Glyptodon#/media/File:Glyptodon_ol_d_drawing.jpg.
- Higgins, K. J. (2010) *Licentious Liberty in a Brazilian Gold-Mining Region: Slavery, Gender, and Social Control in Eighteenth-Century Sabara, Minas Gerais*. Penn State Press.
- Hill, L.L. and J. A. Abbott (2009) Surfacing tension: toward a political ecological critique of surfing. *Geography Compass* 3(1): 275-296.
- Homann, J. B. (1704) *Mapa das Capitanias do Brasil*. Domínio Público. Acesso a <https://santarosadeviterbo.wordpress.com/2013/03/17/capitanias/>
- Hutchinson, H.W. (1957) *Village and plantation life in Northeastern Brazil*. A monograph for the Research and Training Program for the Study of Man in the Tropics. University of Washington Press, Seattle.
- Jablonksi, S. (2003) Chapter 7: Conservation priorities and main causes of loss of biodiversity of marine ecosystems. In: *The Atlantic Forest of South America: biodiversity, states, threats, and outlook*. Eds. C. Galindo-Leal and I. de G. Camara. Island Press.
- Kent, M. (2003) Ecotourism, environmental preservation, and conflicts over natural resources. *Horizontes Antropológicos* 9(20), 185-203.
- Koster, M. (2009) *In fear of abandonment: slum life, community leaders and politics in Recife, Brazil*. Wageningen Universiteit.
- Lanna, M. P. D. (1995) *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Editora da Unicamp.
- Langfur, H. (2006) *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830*. Stanford University Press, Stanford.
- Lazar, S. (2007) *El Alto, rebel city: self and citizenship in Andean Bolivia*. Duke University Press.
- Lejeune, J.-F., Ed. (2005) *Cruelty and Utopia: Cities and landscapes of Latin America*. New York: Princeton University Press.
- Leonel, M. (2000) O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. *Estud. av.* [online]. 2000, vol.14, n.40, pp.231-250.
- Levis, C., Flores, B. M., Moreira, P. A., Luize, B. G., Alves, R. P., Franco-Moraes, J., ... & Costa, F. R. (2018) How people domesticated Amazonian forests. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 5, 171.
- Mathews, A. S. (2008) State making, knowledge, and ignorance: translation and concealment in Mexican forestry institutions. *American Anthropologist*, 110(4), 484-494.
- Mattoso, K. M. de Queiros (1986) *To be a slave in Brazil, 1550-1888*. Rutgers University Press. New Brunswick, N. J.

- Medeiros, R., G. L. H. Medeiros da Silva & H. I. de Araújo-Júnior (2018) Interações entre Humanos Pré-Históricos e a Megafauna Quaternária na América do Sul: Aspectos Zoo Arqueológicos e Paleoecológicos. Anuário do Instituto de Geociências - UFRJ www.anuario.igeo.ufrj.br
- Meliani, P. (2006) De porto cacaueiro a destino turístico: Transição funcional e permanência do espaço derivado de Itacaré, município da região cacaueira da Bahia. *Geografia, Rio Claro* 31(3), 555-569.
- Mota, I. M. (2010) Liberdade Escrava na Economia Informal Quilombola entre as matas e a cidade Diamantina (1862-1866). Ca. Pesq, Cahis. Uberlândia 23(1)Jan/June.
- Oliveira, J. A. P. (2005) Tourism as a force for establishing protected areas: The case of Bahia, Brazil. *Journal of Sustainable Tourism*, 13(1), 24-49.
- Oliveira, E.S. (2007) Impacto socioambientais e econômicos do turismo e a suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré. *Interações* 8(2)
- Oliveira, Rogério Ribeiro de. (2007) Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. *Ambiente & Sociedade*, 10(2), 11-23. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2007000200002>
- Ondetti, G. A. (2008) *Land, protest, and politics: The landless movement and the struggle for agrarian reform in Brazil*. Penn State Press.
- Plymouth Chapter of the Society for Effecting the Abolition of the Slave Trade Poster (1788) Dominio Publico. Accessed at [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slaveshipposter_\(cropped\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Slaveshipposter_(cropped).jpg)
- Poppino, R. (1968) Brazil: the land and people. Oxford University Press, New York.
- Reichman, F. (1959) Sugar, gold, and coffee; essay on the history of Brazil based on Francis Hull's book. Cornell University Library, Ithaca, NY.
- Reis, J. J. (1996) Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP, São Paulo* (28);14-39. Dec/Fev.
- Robben, A. (1989) Sons of the sea goddess: economic practice and discursive conflict in Brazil. Columbia University Press, NY.
- Robles, W. (2001) The landless rural workers movement (MST) in Brazil. *The Journal of Peasant Studies*, 28(2), 146-161.
- Rugendas, J. M. (1820) Pintura Mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi (Ouro Preto?). Domínio Público. Accessed at https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-

- _Lavage_du_Mineral_d%27Or_-_pres_de_la_Montagne_Itacolumi.jpg
- Rutsky, RL, (1999) "Surfing the Other: Ideology on the Beach", *Film Quarterly* 52(4): 12-23.
- Sahlins, M. (1998) The original affluent society. *Limited wants, unlimited means: A reader on hunter-gatherer economics and the environment*, 5-41.
- Saint, W. S. (1977) The social organization of crop production: cassava, tobacco, and citrus in Bahia, Brazil. PhD Thesis, Cornell University.
- Sambuichi, R.H.R. (2006) Estrutura e dinâmica do componente arbóreo em área de cabruca na região cacauzeira do sul da Bahia, Brasil. *Acta botânica Brasileira* 20(4): 943-954.
- Schwartz, S. (1978) Indian Labor and New World Plantations: European Demands and Indian Responses in Northeastern Brazil. *The American Historical Review*, 83(1), 43-79.
doi:10.2307/1865902
- Setúbal, R. (2012) Aspectos Históricos no Contexto de Itacaré. não publicado.
- Setúbal, R. (2012) O Município de Itacaré: um Pouco de Historia, do Seculo XVII ate o Inicio do Seculo XXI. não publicado.
- Shock, M. P., Kipnis, R., Bueno, L., & Silva, F. M. (2013) A Chronology of the introduction of domesticated plants in Central Brazil. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, 11(2), 52-59.
- Silva, F. A. da (2007) Cultivando a liberdade- Alforrias em Ilhéus (1710-1758). Em: Ed. Marcelo Henrique Dias and Angelo Alves Carrara. Um lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacao. Editus: Editora da UESC. Ilhéus, Bahia.
- Silvano, R.A.M., P.F.L. MacCord, R.V. Lima, and A. Begossi (2006) When does this fish spawn? Fishermen's local knowledge of migration and reproduction of Brazilian coastal fishes. *Environmental Biology of Fish* 76: 371-386.
- Stranger, M. (1999) The aesthetics of risk: a study of surfing. *International Review for the Sociology of Sport*: 34: 265-276.
- Taylor, B (2007) Surfing into spirituality and a new aquatic nature religion. *J. of the American Academy of Religion* 75(4): 923-951.
- Teixeira, W. G., Kern, D. C., Madari, B. E., Lima, H. N., & Woods, W. (2009) *As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas*. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental.
- Thevet, Andre (1575) Universal cosmography illustrated with various remarkable things Vol. 2. Library of Congress. Rare Book and

- Special Collections Division. Dominio Publico.
- Visscher, N. (1640) Domínio Público. Accessed at [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nicolaes_Visscher_-_Pharnambuci_\(Pernambuco,_Brazil\).jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nicolaes_Visscher_-_Pharnambuci_(Pernambuco,_Brazil).jpg)
- Walker, T. (2009) Establishing cacao plantations in the Atlantic world: Portuguese cacao plantation culture in Brazil and West Africa 1580-1912. In *Chocolate: history, culture, and heritage* Eds Grivetti and Shapiro. John Wiley and Sons, Inc.
- Warren, J.W. (2001) *Racial revolutions: antiracism and Indian resurgence in Brazil*. Duke University Press. Durham and London.
- Webb, K. G. (1974) *The changing face of Northeastern Brazil*. Columbia University Press. New York and London.
- Weigand, R. (2003) *The social context of participation and participatory rural appraisal (PRA) and the creation of marine protected areas in Bahia, Brazil*. Dissertation in Anthropology at the University of Florida, Gainesville
- Westwick, P., & Neushul, P. (2013) *The World in the Curl: An Unconventional History of Surfing*. Random House LLC.
- Wolford, W. (2010) *This land is ours now: social mobilization and the meanings of land in Brazil*. Duke University Press.
- World Wildlife Foundation. (2017) State of the Atlantic Rainforest: three countries, 148 million people, one of the richest forests on Earth. https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/saf_2017_baja.pdf
- Young, C.E.F. (2003) Chapter 10: Socioeconomic causes of deforestation in the Atlantic Forest of Brazil. In: *The Atlantic Forest of South America: biodiversity, states, threats, and outlook*. Eds. C. Galindo-Leal and I. de G. Camara. Island Press.